

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

186 jan./mar. 2015

ISSN 1413-1536

Entrevista:

**Antonio
Lacerda**

“É preciso
reverter o foco
no curto prazo”

Ponto de vista:

Marcos Medrado

Código de Defesa do
Consumidor: 25 anos de
história e perspectivas

**Desconcentração do crédito:
metodologia de avaliação de meta e
aplicação para o caso da Desenhahia**

**Análise temporal dos indicadores da
indústria de transformação da Bahia:
uma abordagem com métodos da
mecânica estatística**



Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices > Pesquisas > Estudos
> Números > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão? São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

www.sei.ba.gov.br
facebook.com/imprensasei @eu_SEI

**SEI**
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

186 jan./mar. 2015

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Desempenho da economia baiana em 2014 e perspectivas

Bruno Neiva, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Jorge Caffé

Entrevista

21

“É preciso reverter o foco no curto prazo”

Antonio Lacerda

Artigos

25

Desconcentração do crédito: metodologia de avaliação de meta e aplicação para o caso da Desenhahia

Adelaide Motta de Lima, Sandra Cristina Santos Oliveira

45

O programa Vida Melhor Urbano e a economia dos setores populares: a experiência da unidade de inclusão socioprodutiva Salvador Norte

Vinicius Gonçalves dos Santos, Lucas Kelsen, Perivaldo do Rosário Neris

35

Análise temporal dos indicadores da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem com métodos da mecânica estatística

Everaldo Freitas Guedes, Gilney Figueira Zebende, Aloísio Machado da Silva Filho

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Thaís Raiana Pires Silva (estagiária)
Thiago Lima Silva (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Christiana Fausto (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA

Colaborou com este número a jornalista
Aline Cruz Cardoso.

Ponto de vista

52

Código de Defesa do Consumidor: 25 anos de história e perspectivas

Marcos Medrado

Investimentos na Bahia

54

Complexo Atividade Mineral e Beneficiamento deverá gerar cerca de R\$ 26 bilhões em investimentos até 2017

Fabiana Karine Santos de Andrade

58 Livros

60 Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

73

Indicadores econômicos

80

Indicadores sociais

90

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2015.
n. 186
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema

**GEOTECNOLOGIAS
E GEOINFORMAÇÃO**

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS

6 de outubro de 2015

INFORMAÇÕES

(71) 3115 4793 (Aline Rocha)

EDITAL

http://www.sei.ba.gov.br/images/publique_seu_artigo/pdf/temas_e_prazos/bad_geotecnologias.pdf

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Aline Rocha

Rita Pimentel

ENDEREÇO ELETRÔNICO

PARA ENVIO DOS ARTIGOS

aedgeotecnologias@sei.ba.gov.br

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Carta do editor

A revista *Conjuntura & Planejamento*, edição de janeiro/março de 2015, faz uma retrospectiva da economia em 2014 e traz as perspectivas para este ano. Apesar de 2014 ter se iniciado com expectativas positivas em relação à atividade econômica, em decorrência da realização da Copa do Mundo e do processo eleitoral, que poderiam impulsionar a geração de emprego e renda, no seu término foi observado um baixo crescimento. Conforme ressalta a equipe de conjuntura da SEI, levando em conta dados do IBGE, no ano passado, o PIB brasileiro registrou avanço de apenas 0,1%, enquanto na Bahia a atividade econômica teve acréscimo de 1,5%. Considerando o ajuste fiscal em vigor, esses resultados revelam uma expectativa de retração na economia nacional e de estabilidade para o estado em 2015.

Esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção de Marcos Medrado, superintendente do Procon/BA, acerca dos 25 anos da edição da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, denominada de Código de Defesa do Consumidor. Segundo Medrado, ao longo desses 25 anos, muitas legislações foram incorporadas ao sistema de proteção e defesa do consumidor. Dentre elas, o Plano Nacional de Consumo (Plandec), instituído através do Decreto Federal nº 7.963/13 com a finalidade de promover a integração e a articulação de políticas, programas e ações governamentais e da sociedade civil. Na seção Entrevista, tem-se a contribuição do professor doutor Antonio Corrêa de Lacerda, que, em linhas gerais, discute os fatores determinantes para a atual conjuntura macroeconômica do Brasil. Na sua avaliação, as medidas em curso podem provocar uma queda ainda mais intensa na atividade econômica, inviabilizando o ajuste pretendido. Em relação a alguns críticos da política econômica, Lacerda considera que, apesar de algumas observações construtivas, é preciso avaliar o custo/benefício de cada alternativa de política econômica.

Na seção Artigos, o trabalho de Adelaide Motta de Lima e Sandra Cristina Santos Oliveira intitulado *Desconcentração do crédito: metodologia de avaliação de meta e aplicação para o caso da Desenbahia* propõe um método de análise da eficácia do objetivo de desconcentração regional do crédito. Assim, discute-se o papel da Desenbahia no processo de “interiorização do crédito”. Em outro artigo, com o título *Análise temporal dos indicadores da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem com métodos da mecânica estatística*, Everaldo Freitas Guedes, Gilney Figueira Zebende e Aloísio Machado da Silva Filho analisam a dinâmica temporal do indicador de produção da indústria de transformação da Bahia e dos segmentos Alimentos e bebidas; Borracha e plásticos; Celulose e papel; Metalurgia básica; Minerais não metálicos; Químico; e Refino de petróleo e álcool, de modo a fornecer mais um procedimento para gestão de tais indicadores.

Assim, a edição 186 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para a economia brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama das perspectivas para o ano 2015, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia em curto e longo prazo.



Desempenho da economia baiana em 2014 e perspectivas

Bruno Neiva*

Carla do Nascimento**

Elissandra Britto***

Jorge Caffé****

O ano de 2014 iniciou-se com expectativas positivas de crescimento, seja por conta do grande evento esportivo da Copa do Mundo, seja pelas eleições, o que poderia gerar grandes volumes de obras de infraestrutura, criando empregos e renda. No entanto, as perspectivas não se concretizaram, e o ano encerrou-se com crescimento da atividade econômica próximo de zero e uma grande crise interna – econômica e política.

* Economista pela Universidade Salvador (Unifacs) e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). brunoneiva@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

**** Analista técnico da SEI; especialista em Planejamento Agrícola pela Sudene/UFPE; bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). tadeu@sei.ba.gov.br

O crescimento global ficou abaixo do inicialmente previsto – na ordem de 3,4% –, refletindo a menor expansão dos países emergentes e da Zona do Euro, mesmo com a recuperação da economia dos EUA e o bom desempenho de outros mercados desenvolvidos, que afetaram positivamente a economia global em 2014.

De acordo com estimativas divulgadas pelo World Economic Outlook (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2015), o produto interno bruto (PIB) dos Estados Unidos teve uma alta anualizada de 2,4% em 2014, evidenciando avanço em relação à taxa do ano anterior, que foi de 2,2%.

Do outro lado, a economia dos países da Zona do Euro registrou, em 2014, um crescimento mais forte do que o esperado, segundo dados divulgados pelo World Economic Outlook (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2015). Porém, o bloco continua enfraquecido e precisando de mais estímulos. De acordo com estimativas preliminares, a economia dos 18 países que adotam a moeda comum cresceu 0,9% em 2014, em comparação com o ano anterior, quando a taxa foi negativa em -0,5%.

O Japão apresentou, no ano, taxa nula, resultado que se contrapôs ao exibido em 2013, quando o índice foi de 1,6%. A crise atual na economia japonesa é atribuída à elevação do IVA, de 5% para 8%, em abril. A maior tributação fez o consumo despencar – muitos cidadãos haviam antecipado suas compras por causa do iminente aumento dos preços –, e a economia se ressentiu disso por mais tempo do que se esperava.

O PIB chinês teve expansão de 7,4% em 2014, abaixo da taxa de 2013, de 7,8%, mas ainda acima da expectativa dos analistas de mercado, que era de 7,2%. O índice menor reflete a mudança na política de crescimento estabelecida pelo governo chinês, com maior ênfase no consumo interno e na sustentabilidade.

Em 2014, o PIB brasileiro avançou apenas 0,1%, taxa menor que a observada no acumulado até o terceiro trimestre (0,2%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2014). Destaque para o aumento de 0,7% de Serviços e para a expansão de 0,4% da Agropecuária. Em sentido contrário, o setor industrial recuou 1,2%. Houve

crescimento no consumo das famílias – 0,9% – e do governo – 1,3% – em relação ao ano anterior, mas ocorreu um recuo na formação bruta de capital fixo de 4,4%. No quarto trimestre de 2014, registrou-se uma leve recuperação do ritmo da atividade econômica. O PIB desse período aumentou 0,3% ante o trimestre julho-setembro, após crescer 0,2% no trimestre anterior, na série com ajuste sazonal.

Nesse contexto, o cenário macroeconômico interno e internacional continua demonstrando incertezas, com uma inflação acima da meta estabelecida pelo governo e os indicadores gerais de consumo retraídos.

A economia brasileira apresentou sinais de recuperação no quarto trimestre de 2014, com leve aumento da atividade econômica, apesar de ainda se observar redução da produção industrial, impactando diretamente o consumo de bens e serviços. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), utilizado como referência para o PIB, mostrou desaceleração ao longo dos últimos três trimestres do ano, com taxas de, respectivamente, -1,5%, -0,2%, -0,6%, na comparação com os respectivos trimestres do ano anterior, acumulando percentual negativo de 0,2% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Em 2014, o PIB brasileiro avançou apenas 0,1%, taxa menor que a observada no acumulado até o terceiro trimestre (0,2%) [...] Destaque para o aumento de 0,7% de Serviços e para a expansão de 0,4% da Agropecuária. Em sentido contrário, o setor industrial recuou 1,2%.

Na Bahia, a atividade econômica, no quarto trimestre de 2014, aumentou 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior [...] Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, o PIB estadual teve acréscimo de 0,3%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal

A inflação iniciou o ano de 2015 com taxa acumulada, nos últimos 12 meses, acima da meta (7,14% em janeiro), após exibir variação de 6,41% em 2014, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O índice foi maior do que o de 2013 – 5,91% –, mas ainda assim ficou abaixo da meta de inflação – 6,5% (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2014).

Na Bahia, a atividade econômica, no quarto trimestre de 2014, aumentou 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, o PIB estadual teve acréscimo de 0,3%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. Tendo em mente o mesmo período do ano anterior, a Agropecuária exibiu crescimento de 9,8%, e o setor de Serviços aumentou 1,6%, com altas em *Transporte* (7,5%) e *Alojamento e alimentação* (12,8%). Por sua vez, a Indústria apresentou queda de 0,4%, puxada pela retração da *Construção civil* (-6,3%). Na taxa anualizada de 2014, a atividade econômica baiana registrou acréscimo de 1,5%, em comparação com o mesmo período anterior. O destaque entre os grandes setores econômicos ficou por conta da Agropecuária, que acumulou, no período, expansão de 12,5%. Serviços registrou acréscimo de 1,8%, e a Indústria recuou 1,9% (ATIVIDADE..., 2015).

As próximas seções apresentam o desempenho setorial da economia baiana ao longo dos quatro trimestres de 2014.

VAREJO MANTEVE TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO MODERADO

O crescimento de 2,2% no volume de vendas do comércio varejista nacional no ano de 2014 foi comprometido pela elevação no nível de preços, pela condição financeira mais rígida e pela desconfiança por parte dos consumidores quanto à situação econômica do país. Verificando-se o comportamento do setor nos dois anos imediatamente antecedentes, observa-se que vem ocorrendo uma perda no seu ritmo de crescimento em todo o país (Tabela 1).

Na Bahia, a despeito de a taxa de 4,6% representar um crescimento nas vendas em relação ao ano anterior, ainda não é possível comemorar. A conjuntura adversa pode ser percebida no comportamento do segmento *Móveis e eletrodomésticos*, terceiro maior para o indicador do comércio varejista. Nos últimos três anos, essa atividade teve decréscimos gradativos no ritmo de crescimento, registrando, em 2014, a taxa negativa de 0,2% (Tabela 2).

Tabela 1
Volume de vendas do Comércio Varejista

Ano	Brasil	Bahia
2012	8,4	9,7
2013	4,3	2,7
2014	2,2	4,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração: CAC/SEI.

Tabela 2
Variação percentual do volume do comércio varejista por segmentos de atividade – Bahia – 2012-2014

Segmentos de atividade	Ano		
	2012	2013	2014
Comércio varejista	9,7	2,7	4,6
Combustíveis e lubrificantes	6,5	-8,4	7,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,0	1,3	2,8
Tecidos, vestuário e calçados	11,2	4,3	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	11,1	10,0	-0,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,0	15,0	16,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,2	16,1	4,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	32,1	-15,9	-14,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,6	18,7	18,1
Comércio Varejista Ampliado	11,0	1,7	1,1
Veículos, Motos, Partes e Peças	15,3	-1,8	-6,0
Material de construção	5,9	8,1	-2,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração: CAC/SEI.

O comportamento moderado das vendas desse segmento frustrou as expectativas dos analistas de mercado quanto aos estímulos oriundos da realização da Copa do Mundo e do Programa Minha Casa Melhor. Com exceção de maio, quando as vendas do subgrupo de eletrodomésticos foram impulsionadas em função dos apelos para que os consumidores adquirissem novos televisores, nos meses subsequentes os negócios realizados pelo ramo perderam a intensidade.

Nesse período, observa-se que o crédito consignado, que até então havia sido um dos líderes do ciclo de expansão, sustentado, em grande parte, pela manutenção da renda elevada, apresentou arrefecimento. Esse comportamento é atribuído ao aumento da taxa de juros, associado à retirada gradual dos incentivos direcionados à linha branca, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na Bahia, os segmentos que registraram variações positivas no período foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (18,1%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (16,6%); *Combustíveis e lubrificantes* (7,3%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (4,9%); e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (2,8%).

O segmento de maior destaque em 2014 foi *Combustíveis e lubrificantes*, com uma variação de 7,3% em relação a 2013. Chama a atenção o comportamento dessa atividade por ter registrado desempenho negativo até o mês de setembro. Assim, a explicação para essa performance pode ser encontrada no efeito base.

Quanto a *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, atividade de maior peso para o setor do comércio, verifica-se que o seu desempenho foi favorecido, em 2014, pelo alívio da inflação, ao longo do ano, em alguns produtos. Entretanto, esse fato não foi suficiente para o segmento atingir um ritmo de crescimento que animasse o mercado, encerrando o ano com uma variação positiva de 2,8%.

O terceiro melhor desempenho ficou por conta *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*. Essa atividade, que engloba artigos

essenciais à saúde do consumidor, expandiu, nos últimos três anos, o seu volume de negócios, alcançando, em 2014, a taxa de 16,6%. A característica de fraca elasticidade dos produtos comercializados garante que o ramo apresente um desempenho relativamente bom, mesmo no momento em que a economia passa por um período de crescimento moderado (Gráfico 1).

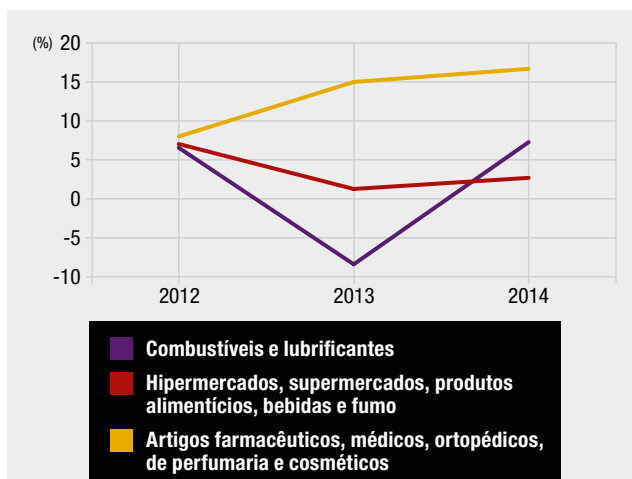


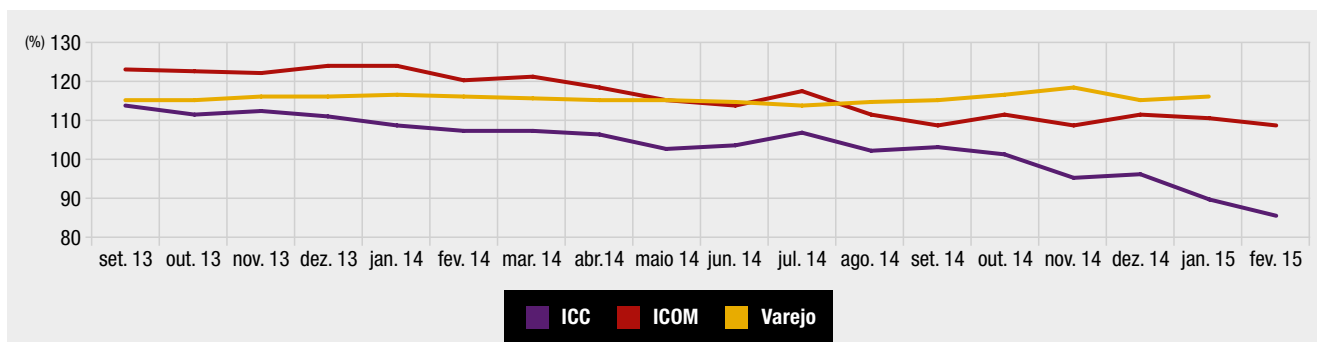
Gráfico 1
Variação percentual do volume de vendas do comércio varejista por atividade – 2012 – 2014

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração CAC/SEI.

No varejo ampliado, que inclui *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, o modesto ritmo de crescimento foi reflexo dos resultados negativos de *Material de construção* (-2,7%) e, principalmente, de *Veículos, motos, partes e peças*, que apresentou variação negativa de 6,0% no período. A desaceleração nas vendas já era esperada, em função do retorno escalonado do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Cenário para o comércio varejista em 2015

A perda de fôlego no volume de vendas, evidenciada no Indicador do Comércio Varejista, foi resultado de uma perspectiva apática quanto ao comportamento da economia brasileira. Esse quadro é reforçado quando se observa o Índice de Confiança do Consumidor ao longo de 2014 (Gráfico 2).

**Gráfico 2****Índices de Confiança do Consumidor e do Comércio X Índice do Comércio Varejista (com ajuste sazonal) – Brasil – set. 2013-jan. 2015**

Fontes: FGV–Sondagem de Expectativas do Consumidor e do Comércio; IBGE– Índice do Comércio Varejista.
Elaboração: SEI/CAC.

A trajetória do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) de dezembro de 2013 até fevereiro de 2015 foi de queda. A partir de dezembro de 2014, o ritmo de retração foi intensificado. Assim, para o ano de 2015, a expectativa é que o consumidor continue inseguro quanto aos rumos da economia brasileira. Diante das incertezas, as vendas do setor deverão permanecer enfraquecidas, caso não seja adotada nenhuma medida de estímulo por parte do governo.

A falta de dinamismo do setor também foi captada pelo Índice de Confiança do Comércio (Icom). Depois de registrar uma perspectiva de vendas menos intensas nos últimos meses de 2014, o indicador revela que há pessimismo entre os comerciantes em relação aos negócios e à lucratividade nos próximos meses de 2015.

Na avaliação de José Francisco de Lima, economista-chefe do Banco Fator, “à medida que os dados vão mostrando essa piora, os modelos de previsão vão incorporando e jogando a deterioração para frente” (FEDEROWSKI, 2014).

A projeção é que o segmento Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo deverá ter ritmo de crescimento moderado

Na Bahia, apesar de, no primeiro trimestre, as vendas serem impulsionadas pela realização de campanhas promocionais, como a Liquida Salvador, no mês de março, a expectativa para os primeiros meses de 2015 é que o comércio varejista apresente um ritmo de moderado a fraco.

No que diz respeito ao comportamento das atividades que compõem o setor, a projeção é que o segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* deverá ter ritmo de crescimento moderado. Essa perspectiva se fundamenta no quadro de inflação elevada e sem arrefecimento em médio prazo e de comprometimento da renda, em decorrência do mercado de trabalho mais restrito.

No comércio varejista ampliado, o segmento de veículos deverá ter redução nas vendas. As montadoras instaladas no país retiraram os descontos no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis na virada do ano, tendo a recomposição tributária um impacto estimado em 4,5% no preço do carro popular (LAGUNA, 2014). Assim, embora ainda não se possam definir os rumos do comércio varejista em 2015, a trajetória até o momento revela que, nos próximos meses, as decisões sobre a política econômica vigente no país serão determinantes para manter ou mudar a trajetória ao longo do ano.

O MERCADO DE TRABALHO BAIANO EM 2014

O setor de Serviços se constituiu no mais dinâmico empregador da economia baiana em 2014. Foram gerados 24.032

postos de trabalho, dos quais 11.446 (47,6%) estavam concentrados no território de identidade Metropolitano de Salvador. É importante destacar que a totalidade dos 27 territórios de identidade apresentou saldos positivos em Serviços, expondo, portanto, um processo generalizado na Bahia. Os subsetores que mais contribuíram para o desempenho positivo, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram *Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação* (6.873 empregos) e *Comercialização e administração de imóveis, valores mobiliários* (5.625 postos).

O comércio foi o segundo maior empregador de mão de obra (8.967 postos) no estado em 2014, sendo que o subsetor *Comércio varejista* participou com a criação de 6.546 empregos – 73% dos novos postos de trabalho.

A administração pública mostrou fraca empregabilidade, gerando apenas 67 novos postos em 2014 e reduzindo sua participação em 90% em relação a 2013.

Não obstante o relevante desempenho do setor Serviços, coadjuvado pelo comércio, o mercado de trabalho baiano contabilizou o menor saldo geral de empregos formais em 13 anos, período compreendido de 2002 e 2014, quando foram criados 22.008 postos¹. O saldo de 2014 decresceu 59,1% em relação ao do ano de 2013.

A distribuição do saldo geral de empregos, em termos geográficos ou espaciais, sinalizou uma maior participação dos municípios do interior (não metropolitanos), com 17.432 postos (79,2%), ficando a Região Metropolitana de Salvador com 4.576 postos (20,8%). Em termos macrorregionais, o percentual do estado (-59,1%) foi superior ao do Nordeste (-53,6%) e inferior ao do país (-65,1%).

De acordo com os dados do Caged, a Construção civil foi responsável pela maior baixa de empregos (-7.621 postos) em 2014, em razão, sobretudo, da retração no subsetor *Construção de edifícios*, da desaceleração de *Incorporação de empreendimentos imobiliários* e da

A distribuição do saldo geral de empregos, em termos geográficos ou espaciais, sinalizou uma maior participação dos municípios do interior (não metropolitanos), com 17.432 postos (79,2%), ficando a Região Metropolitana de Salvador com 4.576 postos (20,8%)

Tabela 3
Saldo de emprego formal por setor de atividade econômica
Bahia – 2014

Sector de atividade econômica	Saldo
Extrativa mineral	-348
Indústria de Transformação	-1.897
Serv. Ind. de utilidade pública	-178
Construção civil	-7.621
Comércio	8.967
Serviços	24.032
Administração pública	67
Agropecuária	-1.014
Total	22.008

Fonte: Brasil (2014b).

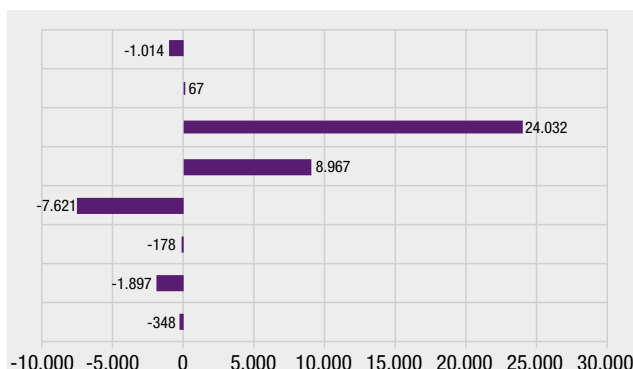


Gráfico 3
Saldo de emprego por setor de atividade econômica – 2014

¹ Este saldo passará por alterações com a publicação futura das declarações fora do prazo, no período de um ano.

desmobilização de *Obras portuárias, marítimas e fluviais*. Além disso, a indústria de transformação e o setor agropecuário, como também a indústria de extração mineral e os serviços industriais de utilidade pública, em menor proporção, subtraíram 3.437 empregos do mercado de trabalho no ano em foco. Consta-se, assim, a perda de representatividade desses setores e subsetores na composição ocupacional da Bahia.

Considerando-se o mercado de trabalho formal e informal, em dezembro de 2014, o total de desempregados na RMS alcançou 305 mil pessoas. Em termos relativos, esse contingente diminuiu 3,2% em relação a dezembro de 2013, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da SEI/Dieese/Seade/Setre.

Ainda segundo a PED, em dezembro de 2014, o rendimento médio real apresentou ligeiro aumento para os ocupados (0,8%) e ficou estável para os assalariados. Já a massa de rendimento médio real elevou-se (1,0%) para os ocupados e declinou (0,4%) para os assalariados.

Os mercados de trabalho brasileiro e baiano exibiram resultados crescentes nos últimos 13 anos. Entretanto, observou-se uma queda do ritmo de geração de vagas em 2014, o que pode indicar uma tendência de enfraquecimento do mercado de trabalho em geral (Gráfico 4).

Assim, as perspectivas para 2015 são que o mercado de trabalho – que vem em descenso desde o ano passado – deverá sofrer pressões adicionais provenientes das medidas de ajuste macroeconômico em curso no país, as quais, dadas a sua dimensão, impactarão, por consequência, a taxa de desemprego e o rendimento real.

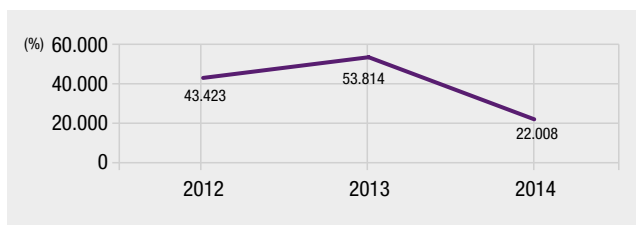


Gráfico 4
Saldo do emprego formal – Bahia – 2012-2014

Fonte: Brasil (2014b).

ATIVIDADE INDUSTRIAL E EXPORTAÇÕES ENCERRAM O ANO COM QUEDA

O declínio da indústria brasileira em 2014 foi mais severo do que era esperado pelos atores da economia. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgados pelo IBGE, confirmaram isso, mostrando que a produção industrial do país recuou 3,2% em relação ao ano anterior. A retração do setor ocorreu na maioria dos estados pesquisados. Na Bahia, o recuo foi de 2,8%. Setorialmente, houve decréscimo de 3,1% na transformação e expansão de 1,3% na indústria extrativa mineral. O pífio desempenho na transformação industrial decorreu principalmente dos segmentos *Veículos* (-22,4%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-44,3%), *Metalurgia* (-9,9%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (-2,1%), refletindo a redução da demanda interna e externa, principalmente por veículos, bens duráveis e produtos metalúrgicos, bem como o encerramento de atividades, em 2013, em indústrias de produtos de informática e de calçados. Os segmentos de *Produtos químicos* (7,2%), *Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* (2,5%) e *Produtos alimentícios* (1,0%) apresentaram taxas positivas no período (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2015), conforme ilustrado no Gráfico 5.

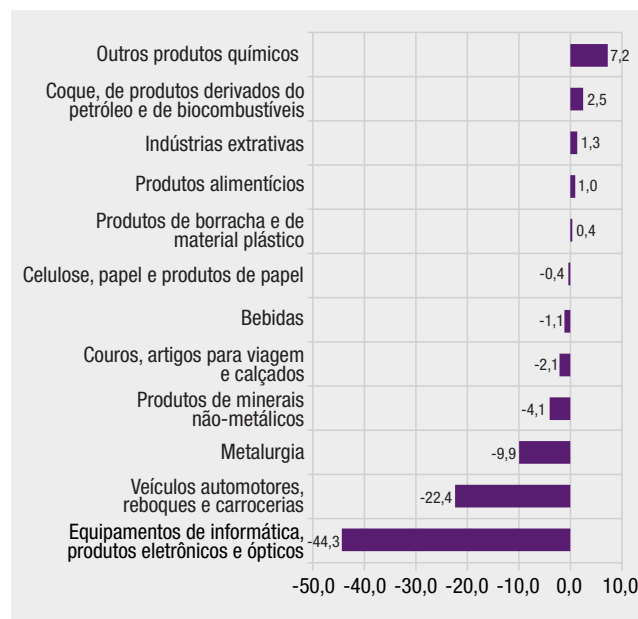


Gráfico 5
Produção física dos principais segmentos da indústria Bahia – 2014

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar da recuperação da produção de *Veículos* no quarto trimestre, o setor encerrou o ano com resultado negativo, atribuído, sobretudo, à queda na demanda da Argentina, mas também ao alto volume dos estoques das montadoras e concessionárias. Em 2014, a Bahia vendeu 152 mil veículos, queda de 3,8% ante o ano anterior, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (2014), o que contribuiu para a ampliação dos estoques. O recuo dessa atividade também prejudicou a performance de outros segmentos, como *Borracha e plástico*, que cresceu apenas 0,4% no período, e culminou no encerramento de atividades de algumas empresas. O setor se expandiu no período 2012/2014 estimulado pela redução de IPI.

Por outro lado, a principal contribuição positiva, no período, coube ao segmento *Produtos químicos*, beneficiado pela demanda externa e doméstica por petroquímicos, sendo a última influenciada pelo bom desempenho de atividades relacionadas a bens de consumo não duráveis – como bebidas – e pelo setor de infraestrutura. Outro segmento que apresentou desempenho positivo no período foi *Refino de petróleo*, que, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (2014), processou 17,53 milhões de metros cúbicos de derivados de petróleo em 2014, volume superior em 2,8% ao de 2013.

Por sua vez, o comércio exterior baiano atravessou período difícil em 2014. A balança comercial da Bahia apresentou superávit de apenas US\$ 14 milhões, ante US\$ 1,20 bilhão no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (BRASIL, 2014a), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2014). No país, foi observado um déficit de US\$ 3,96 bilhões no período, resultado da queda de 7,0% nas exportações e do decréscimo de 4,5% nas importações.

A lenta retomada da economia mundial tem sido o principal fator para a queda das vendas para outros países. As exportações baianas, em 2014, registraram redução de 7,7%, alcançando US\$ 9,30 bilhões. Pesaram ainda no desempenho no período a diminuição generalizada dos preços das *commodities* no mercado internacional e

a redução nas vendas de produtos industrializados, principalmente automóveis para a Argentina, petroquímicos para os EUA e metalúrgicos para a China.

Já as importações baianas, em 2014, atingiram US\$ 9,29 bilhões, com crescimento de 4,6% frente ao ano anterior. Apesar do arrefecimento da produção industrial, sobretudo no segundo e terceiro trimestres, o que resultou na queda de 9,6% nas importações de bens intermediários e de 4,3% nas de bens de capital, prevaleceu, em 2014, o aumento de 45,7% nas compras de combustíveis.

Portanto, os indicadores de comércio exterior permitem evidenciar que os efeitos da crise internacional ainda não cessaram e podem continuar a interferir no setor industrial, ainda instável. Além disso, as incertezas com relação ao futuro do ambiente econômico externo permanecem.

Para 2015, não se espera que esse quadro se altere substancialmente. No primeiro trimestre, provavelmente a indústria apresentará tendência de queda, em razão da continuidade do desaquecimento da demanda interna e externa. Nos trimestres seguintes, o início de uma nova trajetória dependerá, principalmente, da confiança dos empresários e de suas expectativas com relação a seus negócios e às medidas de política econômica nacional.

Entre os entraves para o avanço da produção industrial em 2015 tem-se o imbróglio da energia, pois os contratos firmados na década de 1970 entre Chesf e indústria de base do Nordeste vencem no final do primeiro semestre. A fonte de energia é substancialmente a UHE Sobradinho, construída no final da década de 1970, chegando a tensões de 230 kV, com modulação no horário de ponta². Entre as indústrias impactadas ressalta-se a metalurgia, que é altamente intensiva em energia elétrica, e o setor petroquímico.

Em relação ao mercado petroquímico, o cenário de curto prazo é de cautela. Conforme esperado, os preços passaram a acompanhar a tendência de queda observada na cotação da nafta, que seguiu em linha com a dinâmica do mercado de petróleo. A empresa do ramo também

2 Teleconferência de resultados do quarto trimestre da empresa Ferbasa.

segue empenhada nas negociações dos novos termos e condições para a renovação, em bases competitivas, do seu contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras.

SAFRA BAIANA DE GRÃOS CRESCEU EM 2014

A safra baiana de 2014 apresentou crescimento relativo de 25,1% em comparação com a de 2013, conforme dados divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2014) do mês de dezembro. A produção física alcançou 7,6 milhões de toneladas, a área cultivada foi de 3,1 milhões de hectares, e o rendimento médio atingiu 2,9 toneladas/hectare.

A colheita do milho destacou-se positivamente, com produção de 2,92 milhões de toneladas. Essa cultura teve acréscimo de 38,4% em relação à safra anterior. Dentre os grãos, o milho foi o que mais contribuiu para o aumento da safra, com elevação de 800 mil toneladas. A área plantada alcançou 826 mil ha, atrás apenas da soja, com 1,3 milhão de ha. Um dos fatores que contribuíram para o relevante desempenho do milho foi o controle da praga da lagarta do milho, que atacou fortemente a safra de 2013. Além disso, a umidade do solo em níveis satisfatórios durante o plantio e o clima favorável também colaboraram para a excelente recuperação da cultura.

A colheita do milho destacou-se positivamente, com produção de 2,92 milhões de toneladas. Essa cultura teve acréscimo de 38,4% em relação à safra anterior

O destaque negativo ficou com a cana-de-açúcar, que registrou queda de 0,7% em relação à safra passada. A produção foi de 6,7 milhões de toneladas, numa área total de 129 mil ha. A diminuição na produção de cana-de-açúcar deveu-se à crise no setor sucroalcooleiro, em razão dos altos custos de produção do álcool e do baixo preço interno do petróleo, o que provocou dificuldades financeiras para muitos usineiros no país. Não fosse suficiente essa crise, as adversidades climáticas também concorreram para a redução da produtividade dessa cultura.

É possível observar o desempenho dessas duas culturas, bem como das demais a seguir analisadas, na Tabela 4.

Tabela 4
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Mandioca	1.854	1.989	7,2	185	296	59,8	179	177	-1,4	10.352	11.261	8,8
Cana-de-açúcar	6.754	6.706	-0,7	118	129	9,3	118	118	0,5	57.455	56.788	-1,2
Cacau	153	179	17,4	532	568	6,8	532	547	2,8	287	327	14,2
Café	158	202	27,6	160	171	6,9	160	161	0,6	987	1.253	26,9
Grãos	6.078	7.606	25,1	2.747	3.069	11,7	2.544	2.808	10,4	2.390	2.709	13,4
Algodão	925	1.164	25,8	296	342	15,6	294	341	15,8	3.141	3.413	8,7
Feijão	231	248	7,3	462	534	15,7	374	450	20,4	617	550	-10,8
Milho	2.110	2.920	38,4	680	826	21,6	571	657	15,2	3.698	4.443	20,1
Soja	2.766	3.206	15,9	1.211	1.276	5,4	1.211	1.276	5,4	2.283	2.512	10,0
Sorgo	47	69	44,7	99	91	-8,8	93	83	-11,3	509	830	63,1
Total	-	-	-	3.743	4.233	13,1	3.533	3.811	7,9	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE–PAM safra 2013.

(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2014 (dez. 2014).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Em relação aos grãos, a soja, mais uma vez, teve a produção mais relevante, apresentando a segunda maior safra da história do estado, com cerca de 3,2 milhões de toneladas em 2014. Entre os fatores que contribuíram para isso ressaltam-se a umidade do solo na época de plantio, a ausência de chuvas no período de desenvolvimento e seu excesso na colheita. Outras razões desse resultado foram o crescimento da área plantada, que ultrapassou 1,2 milhão de ha, com acréscimo de 5,4%, e o rendimento da produção, que foi 10% superior ao do ano passado, com 2,5 t/ha.

Assim como a soja e o milho, o algodão também apresentou crescimento (25,8%), registrando um total de 1,2 milhão de toneladas, excelente resultado para a cultura, que foi a mais prejudicada pela praga da lagarta do milho na safra anterior. O nível satisfatório de chuvas no plantio e o aumento de 15,6% da área plantada, que totalizou 342 mil ha, contribuíram para a boa recuperação da safra.

O feijão teve aumento de 7,3% em relação a 2013, com acréscimo 15,7% na área plantada e queda de 10,8% na produtividade. Já o sorgo alcançou uma produção de 69 mil toneladas, com aumento de 44,7% em relação à safra anterior e 91 mil hectares de área plantada.

A cultura do café foi muito prejudicada nos últimos anos em razão do baixo volume de chuvas, porém, ao final de 2014, a produção atingiu 200 mil toneladas, o que representou um crescimento de 27,6% em relação à safra anterior. Esse aumento decorreu, principalmente,

das chuvas que aconteceram na época de desenvolvimento dos frutos nas regiões produtoras. O café exibiu expansão de 6,9% na área plantada, chegando a 171 mil ha. A produtividade desse grão foi de 1,2 t/ha.

A produção de cacau teve alta em relação a 2013, alcançando 179 mil toneladas, representando uma elevação de 17,4%. Essa expansão decorreu do bom volume de chuvas nas regiões de cultivo. A área plantada figurou com crescimento de 6,8%, chegando a 568 mil ha, além de apresentar rendimento de 0,3 t/ha, aumento de 14,2% em relação à safra anterior.

A mandioca, após alguns anos com sucessivas retrações, voltou a crescer. Sua produção foi de quase 2 milhões de toneladas, acréscimo de 7,2% em relação à safra de 2013.

Além do IBGE, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)³ divulgou, em setembro de 2014, dados referentes ao 12º levantamento da produção de grãos da safra 2013/2014, apontando expansão de 41,8%, com produção de 8,1 milhões de toneladas. Esse levantamento também quantificou a produção das culturas de algodão, com acréscimo de 36,6%, equivalente a 1,2 milhão de toneladas; feijão, que totalizou 260 mil toneladas (incremento de 36,6%); milho, com aumento de 67,6% e produção total de 3,2 milhões de toneladas; soja, que chegou ao patamar de 22,9% de crescimento em relação à safra de 2013, com produção final de 3,3 milhões de toneladas (maior entre os grãos); e sorgo, que apresentou crescimento de 268%, resultando em uma produção de aproximadamente 120 mil toneladas.

Em relação a 2015, as estimativas da Conab, no quarto levantamento da produção de grãos, safra 2014/2015, divulgadas em janeiro, apontaram para 9 milhões de toneladas, representando acréscimo de 14,9%. Considerando-se as principais culturas agrícolas no estado da Bahia, ressalta-se a expectativa de crescimento de 22,9% para a soja (resultado mais expressivo),

A produção de cacau teve alta em relação a 2013, alcançando 179 mil toneladas, representando uma elevação de 17,4%. Essa expansão decorreu do bom volume de chuvas nas regiões de cultivo

3 Os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são levantados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2014 a setembro de 2015, enquanto o IBGE considera o ano civil. É preciso ressaltar também que esses dados ainda são preliminares e poderão ser alterados na Pesquisa Agrícola Municipal 2014 (PAM).

Tabela 5
Estimativas de área plantada, rendimento e produção física – Bahia – 2014/2015

Produtos/safras	Área Plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)			Produção física (mil t)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)
Grãos	3.063	3.201	4,5	2.490	2.738	9,9	7.627	8.764	14,9
Algodão	319	294	-8,0	2.357	2.466	4,6	753	725	-3,7
Feijão	481	474	-1,5	550	531	-3,4	265	252	-4,9
Feijão 1ª safra	268	261	-2,8	375	377	0,5	101	98	-2,3
Feijão 3ª safra	213	213	-	771	721	-6,5	164	153	-6,5
Milho	813	854	5,1	3.917	4.039	3,1	3.182	3.449	8,4
Milho 1ª safra	545	586	7,6	4.550	4.640	2,0	2.478	2.719	9,7
Milho 2ª safra	268	268	-	2.630	2.725	3,6	705	730	3,6
Soja	1.313	1.422	8,3	2.520	2.860	13,5	3.308	4.067	22,9
Sorgo	137	158	15,2	867	1.720	98,4	119	272	128,4

Fonte: Acompanhamento de Safras de Grãos do Brasil (2015).

Elaboração: CAC/SEI.

(1) Décimo-segundo levantamento da safra de grãos (set. 2014).

(2) Quarto levantamento da safra de grãos (jan. 2015).

com produção de pouco mais de 4 milhões de toneladas; aumento de 8,4% para o milho, chegando a 3,4 milhões de toneladas; queda de 3,7% para o algodão, com produção estimada de 725 mil toneladas; redução para a produção de feijão em 4,9%, com previsão de 252 mil toneladas; e incremento de 128,4% para o sorgo, com 272 mil toneladas de produção (Tabela 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira inicia o ano de 2015 em ritmo lento. A indústria ainda não apresentou retomada mais forte da produção e continua afetando o desempenho do comércio e dos serviços. Contribuem ainda para este cenário a baixa demanda do setor automotivo; o menor dinamismo da construção civil; as paradas para manutenção de indústrias estratégicas; e a queda dos indicadores de confiança dos mais variados segmentos de atividade.

O ano de 2014 evidenciou, para a economia baiana, perspectivas desfavoráveis para o crescimento anual, pautadas principalmente no desempenho negativo da Indústria e no baixo ritmo do comércio exterior. O setor de Serviços teve resultado modesto, ancorado no *Comércio varejista*, que tem mostrado ritmo moderado de crescimento no estado, devido à pouca confiança do consumidor e das incertezas do mercado quanto à atividade econômica de modo geral.

Positivamente, surgiram os resultados do setor agropecuário, que exibiu uma significativa produção de grãos na safra de 2014, beneficiado pelas boas condições climáticas, pela ausência de pragas e pelos preços no mercado internacional. Em resposta a esse cenário, o mercado de trabalho manteve-se estável, tanto para o nível de emprego como para a ocupação, ao mesmo tempo em que os salários reais reduziram o ritmo de crescimento.

O Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou, para a Bahia, acréscimo de 2,4% em 2014, na comparação com o ano anterior. Para o Nordeste, a elevação foi de 3,7%, enquanto que, no país, o índice foi negativo (-0,2%) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Esses resultados evidenciam que a Bahia e o Nordeste tiveram desempenho favorável e acima do observado para a economia nacional. Tal cenário foi corroborado pelos resultados do PIB divulgados pelo IBGE mostrando que a Bahia cresceu 1,5%, e o país, apenas 0,1%.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu as expectativas do PIB global para 3,5% em 2015, mas num patamar ainda superior a 2014, que registrou taxa de 3,4%. A revisão reflete um menor crescimento, de modo geral, das economias emergentes e dos mercados desenvolvidos, a valorização do dólar e a elevação da taxa de juros em países emergentes. A exceção foi a perspectiva para a economia norte-americana, que, segundo o FMI, deverá ter uma expansão de 3,6%.

A atual dinâmica do mercado de petróleo poderá impulsionar a demanda global, especialmente dos mercados desenvolvidos e dos países importadores. A queda recente no preço internacional, como resultado do aumento da produção do óleo de xisto, e o retorno do petróleo da Líbia ao mercado, ao mesmo tempo em que grandes importadores, como China, reduzem sua demanda, trouxeram efeitos positivos para países como os Estados Unidos e negativos para os exportadores de petróleo. Essa situação também põe em risco os projetos de exploração de reservas profundas. No Brasil, a queda na cotação internacional deverá provocar diminuição na arrecadação de *royalties* sobre a produção neste ano, afetando a receita de municípios e estados produtores de petróleo.

Nesse contexto, os fatores positivos para a retomada da atividade nacional em 2015 são, entre outros, a recuperação dos EUA, que tiveram elevação de 2,4% no PIB em 2014; a estabilidade no crescimento da China; e a redução nos preços dos alimentos. Por outro lado, como entraves à recuperação, observam-se o fraco desempenho na economia da América Latina; o aumento das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas; a ausência da confiança empresarial e de investimentos; a alta dos juros; e o menor dinamismo do consumo das famílias.

Portanto, diante de um maior patamar de taxa de juros, dos ajustes fiscais que vêm sendo implementados pelo governo, do impacto da desaceleração da China e do baixo crescimento das exportações de *commodities*, espera-se uma estagnação do PIB do Brasil. Adiciona-se a esse cenário a potencial necessidade de racionamento de energia, em função dos níveis dos reservatórios do país. Todos esses fatores, direta ou indiretamente, deverão afetar a economia baiana.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2013/14. Brasília: CONAB, v. 1, n. 12, p. 1-96, set. 2014. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_10_14_35_09_boletim_graos_setembro_2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2014/15. Brasília: CONAB, v. 2, n. 2, p. 1-96, jan. 2015. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_01_09_09_00_21_boletim_graos_janeiro_2015.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

ATIVIDADE econômica baiana cresce 1,3% no quarto trimestre e fecha 2014 com expansão de 1,5%. *Informativo PIB Trimestral*. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2014_4.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, dez. 2014. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2014.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, dez. 2014a. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2014b. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/caged-dez-2014.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2014: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2014. 40 p. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201404caderno.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: FENABRAVE, dez. 2014. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

FEDEROWSKI, Bruno. *Economia: visão majoritária e de que a elevação nos preços não vai ceder até o fim de 2015*. REUTERS. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/atividade-fraca-no-brasil-contamina-expectativas-para-2015>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2014. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_2014012comentarios.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook*. Washington, IMF. abr. 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

LAGUNA, Eduardo. *Preço de carro popular sobe 4,5% com aumento do IPI, diz Anfavea*. 04 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3804926/preco-de-carro-popular-sobe-45-com-aumento-do-ipi-diz-anfavea>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2014. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, dez. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_set14.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2014. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 11 fev. 2015.





ANTONIO LACERDA

“É preciso reverter o foco no curto prazo”

Antonio Corrêa de Lacerda é Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp; mestre em Economia Política e economista; professor doutor e coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP. Também membro do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (Gacint) da USP; consultor econômico e sócio principal da ACLacerda-Consultores Associados Ltda. Nesta entrevista, Lacerda comenta a crise econômica, as alternativas para superar a atual conjuntura e, entre outros assuntos, discute as políticas econômicas atuais.

C&P – Como o senhor vê a conjuntura econômica atual, com queda na indústria e no comércio e perspectivas de recessão que podem impactar o mercado de trabalho, ocasionando aumento do desemprego e diminuição da renda?

Antonio Lacerda – Há um ajuste em curso e temo que estejamos numa combinação perversa de corte de investimentos e aumento de juros. O risco é que as medidas sejam “mais realistas que o rei” e provoquem uma queda ainda mais pronunciada na já fragilizada atividade econômica, inviabilizando o ajuste pretendido. Lembrando que cada elevação da taxa de juros representa, além do encarecimento do crédito e do financiamento, também um aumento dos gastos com pagamentos de juros sobre a dívida pública. Um verdadeiro “tiro no pé”.

C&P – A crise internacional ainda tem reflexos sobre essa conjuntura?

AL – A desaceleração da China derrubou o ritmo do comércio global e provocou queda nos preços das commodities exportadas pelo Brasil,

como minérios, soja e petróleo bruto. Portanto, ao contrário do período 2004-2012, em que esses itens tiveram impacto positivo para a nossa economia, agora temos o inverso.

C&P – Para alguns críticos da política econômica, a crise se deve à mudança no tripé macroeconômico. Como o senhor vê essas críticas?

AL – No geral, elas escondem o principal, ou seja, a defesa dos juros altos e aperto fiscal sobre investimentos para privilegiar os ganhos dos rentistas. Há, de fato, críticas construtivas, mas lembrando que toda decisão envolve custos. É preciso avaliar o custo/benefício de cada alternativa de política econômica. Houve exageros nos últimos dois anos, mas houve acertos, principalmente nas medidas anticíclicas adotadas após a crise norte-americana.

C&P – Em relação ao ajuste fiscal, para muitos, ele está centrado na elevação de impostos e redução de direitos trabalhistas e benefícios previdenciários. O senhor concorda?

AL – Isto já não é opinião, mas um fato consumado. Todo o ajuste se dá sobre investimentos, benefícios sociais e aumento de tributos. Os rentistas estão preservados.

C&P – O ajuste fiscal pode, realmente, contribuir para a recuperação da confiança dos agentes econômicos e evitar a perda do grau de investimento pelo Brasil?

AL – Sim, se fosse bem conduzido. Não é o que está ocorrendo, pelas distorções já apontadas. O risco de fracasso é grande.

Grande parte da inflação brasileira nos últimos anos tem pouca relação com o excesso de demanda, o que justificaria o seu combate com base em restrições monetárias

C&P – A inclusão social fica comprometida com o contingenciamento de recursos para o FIES para atender ao ajuste fiscal?

AL – É um exemplo do que me refiro. Você gasta R\$ 400 bilhões ao ano para pagar juros sobre a dívida pública e economiza alguns trocados cortando programas importantes. Uma grande distorção.

C&P – A inflação, este ano, se encontra em níveis bem elevados, acima de 8,0% em 12 meses. O governo promete entregar, no final 2016, uma taxa próxima de 4,5%. É factível?

AL – No regime de metas, elevando desesperada e atabalhoadamente os juros, talvez cheguemos à meta em 2016, mas a pergunta é a que custo econômico e social. Grande parte da inflação brasileira nos últimos anos tem pouca relação com o excesso de demanda, o que justificaria o seu combate com base em restrições monetárias. As pressões inflacionárias no Brasil, majoritariamente, decorrem de questões de oferta – falta de investimentos, problemas de estiagem, urbanização –, que encarecem produtos agrícolas, entre outros aspectos. Além disso, a indexação continua sendo um fator de rigidez para a redução da taxa de inflação.

É preciso avaliar o custo/benefício de cada alternativa de política econômica. Houve exageros nos últimos dois anos, mas houve acertos, principalmente nas medidas anticíclicas adotadas após a crise norte-americana

Publiquei, com um ex-aluno, artigo acadêmico analisando essa distorção.

C&P – Quais os efeitos sobre a economia brasileira do fim do ciclo de alta das commodities?

AL – Queda nas exportações e, conseqüentemente, de PIB e de emprego e renda. Os dados da balança comercial brasileira denotam a ampliação do déficit do segmento de manufaturados, que atingiu US\$ 108 bilhões em 2014. Trata-se de uma crescente ampliação da dependência de importados e uma perda de capacidade de exportação. Basicamente, nossa geração de superávit comercial está cada vez mais restrita aos produtos básicos (o complexo agro-mineral) e aos semimanufaturados

C&P – O Brasil, nos últimos anos, vem registrando níveis de crescimento da produtividade muito baixos. Para muitos economistas, esse problema impede que o país cresça a taxas mais elevadas. O senhor concorda?

AL – O crescimento é uma condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento. Portanto, precisamos crescer de forma sustentada, de forma que os benefícios sejam distribuídos.

C&P – Ainda nesse tema, o projeto de terceirização vai nessa direção e na de elevar a competitividade da economia?

AL – Vai na direção de precarizar o mercado de trabalho, reduzir salários e benefícios. Na contramão do desenvolvimento.

C&P – A taxa de câmbio tem papel na competitividade da economia brasileira?

AL – Sim. Câmbio é preço, e o longo período de apreciação do real tem gerado desindustrialização e maior vulnerabilidade externa. A correção em curso é saudável, mas precisa ser mais estável e permanente. O câmbio, por si só, não representa a solução para os nossos problemas de competitividade, mas sem uma moeda competitiva em padrões internacionais, não é possível preservar e avançar na (re)industrialização. É esta a oportunidade que se apresenta para a economia brasileira, mas isso não será imediato, nem virá automaticamente. É preciso que a moeda se desvalorize em termos reais, comparativamente às moedas dos países com os quais competimos doméstica e internacionalmente. Também é preciso levar em conta que o longo período de apreciação do real desarticulou cadeias produtivas locais, substituídas pelas importações, assim como diminuiu o

O câmbio, por si só, não representa a solução para os nossos problemas de competitividade, mas sem uma moeda competitiva em padrões internacionais, não é possível preservar e avançar na (re)industrialização

espaço de participação no mercado exterior. Reverter essa tendência não será tarefa rápida, tampouco fácil, mas é preciso perseverar no ajuste e nas condições de competitividade da economia.

C&P – Qual a importância das concessões nesse processo de competitividade e de elevar a taxa de investimento em relação ao PIB?

AL – Diante da escassez de investimentos públicos e de linhas de financiamento, as concessões são uma alternativa. No entanto, carecem de um marco regulatório mais preciso, de forma a transferir a operação para o setor privado, mas mantendo a fiscalização e a coordenação no Estado.

C&P – O Brasil, estruturalmente, é desigual. Do ponto de vista regional, o que pode ser feito para reduzir essas desigualdades?

AL – Primeiro, criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento produtivo e, segundo, adotar políticas públicas que possam ajudar a amenizar as desigualdades.

C&P – As perspectivas para os próximos anos para o Brasil são otimistas?

AL – Em termos potenciais, sim. Mas é preciso reverter o foco no curto prazo, retomar a capacidade de planejamento e execução, fortalecendo as políticas públicas e instrumentos que favoreçam investimentos produtivos e geração de emprego e renda.





Desconcentração do crédito: metodologia de avaliação de meta e aplicação para o caso da Desenbahia

Adelaide Motta de Lima*
Sandra Cristina Santos Oliveira**

O presente artigo tem duplo objetivo. O primeiro é propor uma metodologia de avaliação da eficácia da meta de desconcentração regional do crédito, bastante usual entre as instituições financeiras de desenvolvimento estaduais. E o segundo, complementando o primeiro, é o de testar a metodologia a partir dos dados de desembolso de operações de crédito da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, nos anos de 2010 e 2011.

* Mestre em Economia e doutora em Administração (UFBA); superintendente de Estruturação de Projetos da Desenbahia e professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. adelaide@desenbahia.ba.gov.br

** Mestre em Economia (UFBA) e secretária executiva de Fundos Estaduais da Desenbahia. ssoliveira@desenbahia.ba.gov.br

A relevância deste trabalho reside no fato de que um dos argumentos frequentes à existência de instituições financeiras públicas é que elas se constituem em poderosos instrumentos para a uma melhor distribuição regional e setorial do crédito. Alinhada com essa visão, a Desenhahia estabeleceu como um dos seus objetivos estratégicos, para o período de 2008 a 2011, o incremento da liberação de recursos para regiões menos desenvolvidas no estado, buscando, assim, desconcentrar o crédito, reduzindo a participação relativa da Região Metropolitana de Salvador no desembolso total e ampliando o peso das liberações para os demais municípios no conjunto. A este objetivo denominou-se “interiorização do crédito”.

Para atingir seus objetivos, este trabalho, inicialmente, apresenta de forma resumida algumas das mais importantes concepções teóricas sobre o tema da distribuição regional do crédito e formulações metodológicas para mensuração dessa distribuição. Em seguida, são relatados os resultados obtidos pela ABDE/IPEA quando do levantamento do perfil de atuação das agências de fomento e dos bancos de desenvolvimento. Na sequência, uma nova metodologia é proposta para captura da atuação regional dessas instituições, a partir das formulações apresentadas anteriormente. Finalmente, a metodologia é aplicada ao caso da Desenhahia. Nas considerações finais são sintetizadas as principais ideias do trabalho, e os resultados encontrados para a Desenhahia são contextualizados.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE CRÉDITO

Um dos argumentos mais usuais às visões que defendem a existência de instituições financeiras públicas é que estas contribuem para a desconcentração espacial e setorial do crédito. Dentre aqueles que partem do arcabouço convencional, que associa a presença dessas instituições públicas às falhas de mercado (DEOS; MENDONÇA, 2010), uma posição frequente é a de que tais instituições promovem o desenvolvimento financeiro e disponibilizam serviços bancários a clientes que não se apresentam atrativos para o segmento privado da oferta de crédito. Assim, setores e espaços desprovidos, ou com baixo acesso ao crédito, beneficiam-se

com a atuação dessas instituições e, dessa forma, lapsos do mercado são amenizados.

No campo do arcabouço não convencional, ainda na classificação de Deos e Mendonça (2010), um dos expoentes é Minsky, que, por sua vez, defende que a função central da estrutura financeira é assegurar a acumulação de capital, com vistas ao crescimento da capacidade produtiva e à geração de riqueza da economia. Cabe às instituições financeiras públicas intervir na oferta de serviços bancários, em especial na concessão de crédito, para determinados segmentos e regiões, considerando que estes serviços contribuem para garantir decisões de gastos, resultando, por conseguinte, em desenvolvimento econômico.

Apesar de esses dois arcabouços partirem de campos teóricos distintos no conjunto do pensamento econômico (e resultarem em conclusões nem sempre convergentes), eles conseguem justificar a existência de instituições financeiras públicas, ressaltando, entre outros atributos, a possibilidade que elas têm de intervir na distribuição espacial do crédito.

Crocco e outros (2011) também partem do pensamento pós-keynesiano e defendem que a moeda não é uma instituição exógena ao processo econômico, e, assim, o crédito assume papel relevante, uma vez que valida investimentos e interfere na dinâmica de criação de

Cabe às instituições financeiras públicas intervir na oferta de serviços bancários, em especial na concessão de crédito, para determinados segmentos e regiões, considerando que estes serviços contribuem para garantir decisões de gastos

riqueza. Em razão dessas premissas, concedem relevância aos estudos sobre os padrões de distribuição espacial e setorial, assim como aos mecanismos de geração de crédito, e propõem-se a trabalhar para o desenvolvimento de instrumentos que captem esses padrões e mecanismos. Mais especificamente, Crocco e outros (2011) propõem-se a investigar o gap de crédito nos municípios brasileiros, empregando, para tanto, o Índice Regional de Crédito (IRC).

O indicador, seguindo a lógica de um “quociente locacional”, permite cotejar a participação de um subespaço regional no total do crédito concedido no país com a sua participação no PIB. Assim, se o IRC for igual à unidade, significa que a proporção do crédito concedido à região é idêntica à sua participação no PIB total do país. Se o IRC for superior à unidade, a participação da região na distribuição do crédito é superior à sua participação no PIB. E, no caso de IRC inferior à unidade, a participação da região na distribuição do crédito é inferior à sua contribuição para formação do PIB. Segue a fórmula:

$$IRC = \frac{CREDi}{CREDbr} \cdot \frac{PIBbr}{PIBi} \quad (1)$$

Onde: *CREDi* é o total das operações de crédito na região “i”, *CREDbr* é o total das operações de crédito no Brasil, *PIBi* é o PIB na região “i”, e *PIBbr* é o PIB brasileiro.

O gap de crédito a ser capturado é dado pela diferença entre o volume de crédito que cada região deveria receber para alcançar um IRC igual à unidade e o volume de crédito que de fato recebeu.

Os dados de 2011 revelam que as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentaram IRC inferior a 1, indicando que receberam proporcionalmente menos crédito

Tabela 1
IRC das regiões do Brasil – 2011

Região	IRC
Centro-Oeste	0,95
Nordeste	0,99
Norte	0,72
Sudeste	1,00
Sul	1,12

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2
IRC dos estados do Nordeste – 2011

Nordeste	IRC
Maranhão	0,91
Piauí	0,91
Ceará	0,92
Rio Grande do Norte	0,97
Paraíba	0,89
Pernambuco	1,21
Alagoas	0,98
Sergipe	0,92
Bahia	0,97

Fonte: Elaboração própria.

quando comparadas às regiões Sudeste e Sul, que obtiveram IRC igual e superior à unidade, respectivamente. Analisando o contexto da Região Nordeste, grande parte dos estados apresenta IRC menor que a unidade. A única exceção é Pernambuco, com IRC de 1,21. O estado da Bahia possui um IRC de 0,97, o terceiro maior da região, abaixo de Pernambuco e Alagoas.

AGÊNCIAS DE FOMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE CRÉDITO

Em 2010, por meio de um convênio de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), o IPEA realizou um diagnóstico analítico sobre as agências de fomento e os bancos de desenvolvimento (AF&BDs). Apesar de os autores identificarem e descreverem sumariamente as principais correntes teóricas do pensamento econômico que justificam a existência de bancos públicos, não se constata uma filiação explícita a uma delas. De qualquer forma, eles absorvem as principais justificativas para o funcionamento dessas instituições e buscam investigar o padrão de atuação delas. Um dos aspectos analisados foi o comportamento de concentração ou desconcentração das operações de crédito no respectivo espaço territorial estadual, através de um indicador adaptado do IRC. Aqui, o indicador foi chamado de Índice de Concentração (IC) e correlacionou a participação do crédito desembolsado nas microrregiões (definidas pelo IBGE) no total concedido pelas instituições nos seus estados com a

participação das mesmas microrregiões na formação dos PIBs estaduais. A fórmula empregada foi:

$$IC = \frac{\frac{DesembolsoTotal_{microrregião}}{DesembolsoTotal_{estado}}}{\frac{PIB_{microrregião}}{PIB_{estado}}} \quad (2)$$

Onde: $DesembolsoTotal_{microrregião}$ é valor do crédito desembolsado (ou aprovado) da instituição financeira em análise para a microrregião em evidência, $DesembolsoTotal_{estado}$ é o valor do crédito total desembolsado (ou aprovado) pela instituição na sua área de atuação, $PIB_{microrregião}$ é o valor do PIB na microrregião, e PIB_{estado} é o PIB total do estado da instituição. Os autores alertam que, como os PIBs de 2008 e 2009 não estavam disponibilizados pelo IBGE, os ICs desses anos foram calculados com os PIBs de 2007.

No que se refere à atuação da Desenhahia, os autores (ARAUJO et al., 2010) observaram que a microrregião da capital baiana – Salvador – apresentou tendência a declínio de participação no período de 2002 a 2009, uma vez que, em 2002, cerca de 88% das aprovações foram dirigidas para essa microrregião, vindo a se reduzir tal participação para próximo à metade em 2009. Por outro lado, a microrregião de Salvador foi a única a apresentar perdas relativas entre as cinco mais importantes. Essas constatações são corroboradas nos ICs calculados para o período: enquanto os ICs de Salvador caem, os ICs de Ilhéus/Itabuna e os de Barreiras, duas importantes áreas econômicas do estado da Bahia, tendem a se elevar.

A microrregião da capital baiana – Salvador – apresentou tendência a declínio de participação no período de 2002 a 2009, uma vez que, em 2002, cerca de 88% das aprovações foram dirigidas para essa microrregião

Como o padrão observado para a Desenhahia também foi verificado nas demais AF&BDs investigadas, Araujo e outros (2010) concluem afirmando que há fortes indícios de que a atuação dessas instituições é concentrada nos espaços economicamente mais dinâmicos dos seus estados, o que fortalece os desequilíbrios intrarregionais. Com esse perfil de atuação, as AF&BDs não atingem a missão para a qual foram criadas: promover o desenvolvimento econômico e social dos espaços em que atuam. Eles ponderam, no entanto, que estudos mais aprofundados devem ser empreendidos com o fito de ratificar ou não se o comportamento identificado é estrutural, uma vez que consideram que os dados utilizados não são suficientes para uma conclusão definitiva.

METODOLOGIA PARA CAPTURA DA ATUAÇÃO REGIONAL DAS AF&BDS

A proposta de metodologia que se apresenta a seguir acompanha a linha geral dos trabalhos tratados acima, já que se aproveita da concepção de “quocientes locais”. Não obstante, com o intuito de aprimorar a análise, propõe-se desmembrar o fenômeno que se quer analisar em duas etapas: na primeira, capturada pelo indicador α , verifica-se se a região apresenta dinamismo financeiro; na segunda, capturada pelo indicador β , certifica-se se a instituição financeira estadual está contribuindo para reforçar a dinâmica financeira observada ou está operando em sentido contrário, colaborando para promover a desconcentração do crédito. Como se observa abaixo, o indicador α é exatamente o IRC, e o indicador β exprime se a atuação da instituição segue a mesma lógica de distribuição do crédito das demais instituições financeiras do mercado ou tem uma lógica própria.

$$\alpha = \frac{\frac{Cred_{região}}{Cred_{estado}}}{\frac{PIB_{região}}{PIB_{estado}}} \quad (3)$$

Como no caso do IRC, se α iguala-se à unidade, tem-se uma região em que a participação do crédito concedido naquela praça no total concedido no estado corresponde exatamente à contribuição do PIB da região no PIB do estado. Se α supera a unidade, a participação do crédito

A agência de fomento ou o banco de desenvolvimento está dirigindo um volume de crédito para uma região na mesma proporção que os demais agentes bancários

outorgado na região em relação ao total do estado é maior que a proporção do PIB da região no PIB estadual. Se α é menor que a unidade, a participação do crédito na região no total do estado é inferior à contribuição do PIB da região no PIB do estado. Analiticamente, pode-se dizer que, se α é unitário ou maior que 1, trata-se de uma região com praça financeira dinâmica, que, a princípio, dispensa uma atenção focada da instituição financeira pública estadual. Ao contrário, se α registra um resultado inferior à unidade, trata-se de uma região carente de crédito, para qual a instituição financeira pública precisaria canalizar recursos.

A atuação propriamente dita das instituições (AF&BDs) é capturada por β :

$$\beta = \frac{\frac{Cred_{AF\&BD_{região}}}{Cred_{AF\&BD_{estado}}}}{\frac{Cred_{região}}{Cred_{estado}}} \quad (4)$$

Através do resultado encontrado para β , observa-se se a agência de fomento ou o banco de desenvolvimento está dirigindo um volume de crédito para uma região na mesma proporção que os demais agentes bancários (se β é igual à unidade), em um volume superior (se β supera a unidade) ou ainda em volume inferior (se β é menor que a unidade).

Com esses dois indicadores calculados, quatro possibilidades se desenharam:

- i. Se $\alpha > 1$ e $\beta > 1$, revela-se uma região com praça financeira dinâmica no contexto estadual, e a atuação da instituição reforça este dinamismo.

- ii. Se $\alpha > 1$ e $\beta < 1$, trata-se de uma região com praça financeira dinâmica no contexto do estado, e a atuação da instituição não reforça esse dinamismo.
- iii. Se $\alpha < 1$ e $\beta > 1$, tem-se uma região sem dinamismo financeiro compatível com o porte da região, e a instituição atua contribuindo para dinamizar a praça.
- iv. Se $\alpha < 1$ e $\beta < 1$, observa-se uma região sem dinamismo financeiro compatível, e a atuação da instituição não contribui para reverter o quadro.

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA: A DESENBÁHIA E O OBJETIVO ESTRATÉGICO DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Objetivo Estratégico de Interiorização do Desenvolvimento

Em articulação e sinergia com os objetivos do governo estadual, a Desenhábia elegeu como um dos seus objetivos estratégicos para o período 2008-2011 perseguir os seguintes focos de atuação: i) inclusão socioeconômica; ii) interiorização do desenvolvimento; iii) fortalecimento da pequena empresa; e iv) fortalecimento da base municipal. Em poucas palavras, o primeiro foco buscava assegurar uma atuação robusta na área de microcrédito; o segundo referia-se à necessidade de interiorização do crédito considerando a forte concentração espacial da economia baiana; com o terceiro, buscava-se permanecer como uma instituição voltada para atender às necessidades de crédito das micro e pequenas empresas; e, finalmente, com o quarto foco, procurava-se consolidar a área de operações de crédito com as administrações municipais.

Especificamente no que se refere à relevância do foco “interiorização do desenvolvimento”, cabe registrar que a Bahia possui 417 municípios, e apenas 10 deles respondem por cerca de 55% do PIB do estado: Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Candeias, Simões Filho, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas, Itabuna e Ilhéus. Além disso, aproximadamente 70% do território baiano está localizado na região semiárida.

O crédito é um dos instrumentos capazes de fomentar a economia local e visando contribuir para uma desconcentração da atividade econômica no estado, a agência adotou como uma de suas diretrizes a interiorização do crédito

Por entender que o crédito é um dos instrumentos capazes de fomentar a economia local e visando contribuir para uma desconcentração da atividade econômica no estado, a agência adotou como uma de suas diretrizes a interiorização do crédito. Desse modo, passou a priorizar a concessão de financiamentos para empreendimentos localizados fora da Região Metropolitana de Salvador, em especial para aqueles instalados no semiárido, com a oferta de linhas de crédito com condições diferenciadas, como, por exemplo, taxas de juros menores.

Nesse sentido foram ampliados os números de postos de atendimento do Credibahia, programa de microcrédito do estado da Bahia, e reforçada a atuação das gerências de negócios regionais, instaladas nas principais cidades polos de desenvolvimento.

O resultado principal dessas ações foi a ampliação da participação de empresas sediadas no interior do estado na carteira de crédito da agência. Em dezembro de 2011, a carteira totalizou mais de R\$ 822 milhões, dos quais cerca de 50% foram destinados a empreendimentos localizados fora da Região Metropolitana de Salvador. Entretanto, se excluídas as grandes operações relacionadas aos eventos da Copa 2014, a participação do interior sobe para aproximadamente 60%.

Aplicação da metodologia proposta

Com o objetivo de analisar os impactos dessa política de desconcentração de crédito sobre a distribuição de financiamentos entre os territórios de identidade do estado foi aplicada a metodologia discutida na seção anterior. Foram utilizados os dados acumulados do PIB dos municípios baianos e das operações de crédito da Desenbahia nos anos de 2010 e 2011. A opção pelos dados acumulados visou minimizar possíveis efeitos sazonais e garantir uma maior estabilidade para os resultados. É comum, entre as agências de fomento, fenômenos particulares intervirem no resultado consolidado de um ano, como, por exemplo, um financiamento de um projeto estratégico em um determinado espaço contaminar o perfil médio da atuação no ano. Assim, as avaliações por períodos maiores podem reduzir os efeitos desses fenômenos. Na Tabela 3 abaixo estão os resultados resumidos por território.

Tabela 3
Indicadores α e β para a Desenbahia no biênio 2010-2011

Território de Identidade	α	β
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	0,44	0,69
Bacia do Jacuípe	0,63	1,45
Bacia do Paramirim	0,42	0,56
Bacia do Rio Corrente	0,38	5,17
Bacia do Rio Grande	1,17	2,06
Baixo Sul	0,32	0,94
Chapada Diamantina	0,36	0,65
Costa do Descobrimento	0,62	0,79
Extremo Sul	0,58	1,14
Irecê	0,70	1,35
Itaparica	0,38	0,54
Litoral Sul	1,03	0,71
Médio Rio de Contas	0,64	0,41
Médio Sudoeste da Bahia	0,76	0,66
Metropolitana de Salvador	1,49	0,94
Piemonte da Diamantina	0,72	0,30
Piemonte do Paraguaçu	0,54	0,65
Piemonte Norte do Itapicuru	0,60	0,59
Portal do Sertão	0,74	1,51
Recôncavo	0,28	0,56
Semi-árido Nordeste II	0,58	0,70
Sertão do São Francisco	0,79	0,37
Sertão Produtivo	0,97	0,46
Sisal	0,60	0,77
Vale do Jiquiriçá	0,54	0,66
Velho Chico	0,64	0,92
Vitória da Conquista	0,73	1,58

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos indicadores obtidos, podem-se classificar os resultados em quatro grupos:

$\alpha > 1$ e $\beta > 1$	Bacia do Rio Grande.
$\alpha > 1$ e $\beta < 1$	Metropolitana de Salvador e Litoral Sul.
$\alpha < 1$ e $\beta > 1$	Vitória da Conquista; Portal do Sertão; Irecê; Bacia do Jacuípe; Extremo Sul; Bacia do Rio Corrente.
$\alpha < 1$ e $\beta < 1$	Sertão Produtivo; Médio Sudoeste da Bahia; Sertão do São Francisco; Piemonte da Diamantina; Velho Chico; Médio Rio de Contas; Costa do Descobrimento; Sisal; Piemonte Norte do Itapicuru; Semiárido Nordeste II; Piemonte do Paraguaçu; Vale do Jiquiriçá; Bacia do Paramirim; Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte; Recôncavo; Itaparica; Chapada Diamantina; Baixo Sul.

Quadro 1
Resultados por grupo

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que apenas três territórios apresentaram α maior que a unidade, refletindo a elevada concentração do crédito no estado: Metropolitana de Salvador (que também responde por grande parcela do PIB do estado), Bacia do Rio Grande (onde se concentra o agronegócio de grãos da Bahia) e Litoral Sul (que reúne espaços que já tiveram destaque no passado, quando a Bahia se caracterizava como uma economia primário-exportadora, e que voltou a apresentar um surto de crescimento, inclusive com as obras de requalificação do Aeroporto de Ilhéus e as do Porto Sul). Do outro lado, contaram-se 24 territórios com α inferior à unidade. Assim, a expectativa inicial era a de que a Desenhavia destinasse o crédito com menos intensidade para os três primeiros territórios e apresentasse uma performance mais proeminente que

as outras instituições financeiras nas demais 24 regiões. Não obstante, admitindo-se a limitação da agência, tanto em razão de sua baixa capilaridade quanto em função da escassez de recursos, um resultado geral que privilegie o foco nas regiões com α menor que a unidade já pode ser considerado como uma política de desconcentração do crédito bem sucedida.

Segue o resultado alcançado, considerando, inclusive, a atuação da agência (β):

- O primeiro grupo, composto apenas pelo território Bacia do Rio Grande, apresentou α de 1,17 e β de 2,06, indicando que essa região é uma praça financeira dinâmica e que a agência tem atuado reforçando esse dinamismo. Nesse caso, ela não estaria contribuindo para a desconcentração do crédito. Esse resultado, no entanto, já deveria ser esperado, considerando que a Desenhavia tem uma gerência voltada prioritariamente para o agronegócio, e este território reúne os negócios mais relevantes de grãos do estado.
- O segundo grupo, formado pelos territórios Metropolitana de Salvador e Litoral Sul, com $\alpha > 1$ e $\beta < 1$, são praças financeiras consideradas dinâmicas e nas quais a atuação da agência não reforçou esse dinamismo. Metropolitana de Salvador obteve α de 1,49 e β de 0,94, e Litoral Sul, α de 1,03 e β de 0,71. De acordo com a metodologia proposta, pode-se afirmar que, nesses casos, a Desenhavia não atuou reforçando a concentração espacial do crédito no estado.
- O terceiro grupo, o mais importante, é composto pelos seis territórios que obtiveram $\alpha < 1$ e $\beta > 1$: Vitória da Conquista ($\alpha = 0,73$ e $\beta = 1,58$); Portal do Sertão ($\alpha = 0,74$ e $\beta = 1,51$); Irecê ($\alpha = 0,70$ e $\beta = 1,35$); Bacia do Jacuípe ($\alpha = 0,63$ e $\beta = 1,45$); Extremo Sul ($\alpha = 0,58$ e $\beta = 1,14$); e Bacia do Rio Corrente ($\alpha = 0,38$ e $\beta = 5,17$). Essas são regiões consideradas como praças financeiras não dinâmicas e nas quais a Desenhavia atuou fomentando a economia local. Conforme a metodologia proposta, esses territórios exprimem o sucesso da política de desconcentração do crédito.
- Finalmente, o quarto grupo está formado pelos 18 territórios considerados não dinâmicos, nos quais a agência não logrou êxito em fomentar a economia

Admitindo-se a limitação da agência [...] um resultado geral que privilegie o foco nas regiões com α menor que a unidade já pode ser considerado como uma política de desconcentração do crédito bem sucedida

local, isto é, apresentaram $\alpha < 1$ e $\beta < 1$. São eles: Sertão Produtivo ($\alpha = 0,97$ e $\beta = 0,76$); Médio Sudoeste da Bahia ($\alpha = 0,76$ e $\beta = 0,66$); Sertão do São Francisco ($\alpha = 0,79$ e $\beta = 0,37$); Piemonte da Diamantina ($\alpha = 0,72$ e $\beta = 0,30$); Velho Chico ($\alpha = 0,64$ e $\beta = 0,92$); Médio Rio de Contas ($\alpha = 0,64$ e $\beta = 0,41$); Costa do Descobrimento ($\alpha = 0,62$ e $\beta = 0,79$); Sisal ($\alpha = 0,60$ e $\beta = 0,77$); Piemonte Norte do Itapicuru ($\alpha = 0,60$ e $\beta = 0,59$); Semiárido Nordeste II ($\alpha = 0,58$ e $\beta = 0,70$); Piemonte do Paraguaçu ($\alpha = 0,54$ e $\beta = 0,65$); Vale do Jiquiriçá ($\alpha = 0,54$ e $\beta = 0,66$); Bacia do Paramirim ($\alpha = 0,42$ e $\beta = 0,56$); Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte ($\alpha = 0,44$ e $\beta = 0,69$); Recôncavo ($\alpha = 0,28$ e $\beta = 0,56$); Itaparica ($\alpha = 0,38$ e $\beta = 0,54$); Chapada Diamantina ($\alpha = 0,36$ e $\beta = 0,65$); e Baixo Sul ($\alpha = 0,32$ e $\beta = 0,94$).

Classificados como terceiro grupo – $\alpha < 1$ e $\beta > 1$ – estão seis territórios de identidade que congregam 107 municípios. Este grupo pode ser considerado como o que exprime o êxito da política de desconcentração do crédito, uma vez que se trata de regiões com baixo dinamismo financeiro em relação ao porte econômico, e a Desenbahia atuou contribuindo para movimentar a praça.

No quarto grupo – $\alpha < 1$ e $\beta < 1$ – estão inseridos os municípios com os menores níveis de atividade econômica, o que explica as dificuldades de uma atuação mais proeminente da Desenbahia.

Embora os resultados encontrados permitam algumas inferências iniciais sobre o sucesso ou não da Desenbahia na sua meta de desconcentração do crédito, é importante notar que o trabalho refere-se a um período de análise de apenas dois anos, o que não reflete todos os desdobramentos de uma política de médio prazo. Não foi possível ampliar a base de dados da Desenbahia em função de mudanças na variável de acompanhamento da performance anual, com a alteração de dados de aprovação de operação de crédito para desembolsos. Como essa mudança ocorreu no ano de 2010, os dados de anos anteriores não puderam ser utilizados. Por outro lado, para os anos a partir de 2012, não há dados de PIB municipal disponibilizados. Dessa forma, propõe-se que outras análises sejam realizadas para monitoramento, utilizando um período de tempo maior.

Embora os resultados encontrados permitam algumas inferências iniciais sobre o sucesso ou não da Desenbahia na sua meta de desconcentração do crédito, é importante notar que o trabalho refere-se a um período de análise de apenas dois anos

Como já mencionado, outro fator que influencia diretamente os resultados é a restrição de atuação em razão das limitações relativas às fontes de recursos (*funding*) das instituições financeiras estaduais. Isto significa que, ao priorizar alguns segmentos e setores, outros deixarão de ser atendidos.

Finalmente, e não menos importante, figuram as dificuldades técnicas e operacionais para contratação de operações de crédito em regiões que apresentam baixo grau de dinamismo econômico e escassez de projetos e de investimento. Diante dessas considerações, os resultados encontrados podem ser considerados satisfatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições financeiras públicas justificam-se, entre outras razões, pela sua capacidade de desconcentração espacial do crédito, promovendo, assim, um desenvolvimento econômico mais equânime entre as regiões de um determinado espaço econômico. Esta justificativa também é utilizada para fundamentar a existência das agências de fomento e dos bancos de desenvolvimento, e, não raro, tais instituições propõem-se a trabalhar estrategicamente para melhorar a distribuição de crédito nas suas áreas de atuação.

Após apresentar algumas formulações que buscam aferir a distribuição de crédito nas regiões do país e capturar o foco operacional das AF&BDs, uma proposta de metodologia foi descrita e testada. Nessa proposta, dois fenômenos relacionados à distribuição do crédito são verificados: no primeiro, observa-se o dinamismo financeiro de uma região, enquanto que, no segundo, verifica-se a atuação da instituição financeira que tem por foco a descontração regional do crédito.

Avaliando o caso da Desenbahia a partir dessa metodologia, constata-se que, apesar de muito restrito o período de análise, é possível concluir que a agência alcançou êxito no seu objetivo de interiorização do crédito. Seis territórios de identidade (regiões) com baixo dinamismo financeiro, reunindo mais de uma centena de municípios, tiveram projetos apoiados pela Desenbahia no biênio 2010-2011, em um volume relativo de recursos superior à média de crédito que o conjunto de instituições financeiras destina à região. Esse resultado aponta para o sucesso da política de interiorização dentro de um cenário com restrições internas, como, por exemplo, as limitações de *funding*, e externas, como o baixo grau de dinamismo das economias locais.

Por fim, sugere-se a aplicação desta metodologia para avaliação das estratégias de desconcentração de crédito de outras instituições financeiras de desenvolvimento, com a utilização de dados de análise de períodos mais extensos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Victor Leonardo et al. *Padrão de atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) Brasileiras: balanços e perspectivas*. Brasília: IPEA; ABDE, 2010.
- CROCCO, Marco. O estudo do gap regional de crédito e seus determinantes, sob uma ótica pós-keynesiana. *Revista Economia*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 281-307, 2011.
- DEOS, Simone; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. Uma proposta de delimitação conceitual de bancos públicos. In: JAYME JR., Frederico; CROCCO, Marco (Org.). *Banco público e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- DESENBANHIA. *Planejamento Estratégico 2008-2011*. 2007. Mimeo.
- JAYME JR., Frederico; CROCCO, Marco. Bancos públicos e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: JAYME JR., Frederico; CROCCO, Marco (Org.). *Banco público e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.



Análise temporal dos indicadores da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem com métodos da mecânica estatística

Everaldo Freitas Guedes*

Gilney Figueira Zebende**

Aloísio Machado da Silva Filho***

A indústria de transformação é um setor que tem por finalidade transformar matéria-prima em produtos comercializáveis (acabados ou semiacabados), utilizando para esse fim trabalho manual ou mecânico e energia. Essa atividade tem grande relevância para a economia pelo fato de produzir materiais exigidos por setores de importância estratégica, como a infraestrutura nacional e a defesa, e por empregar grande parcela da população. Na Bahia, a situação não é divergente. O setor de transformação exerce um papel essencial, devido, principalmente, à capacidade de geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

* Mestre em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Senai/Cimatec. everaldoguedes@oi.com.br

** Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutor em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Senai/Cimatec e do Departamento de Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). gzebede@hotmail.com

*** Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Senai/Cimatec e professor adjunto do Departamento de Ciências Exatas na área de estudo Probabilidade e Estatística da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). aloisioestatistico@yahoo.com.br

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de trabalhadores na indústria de transformação baiana cresceu significativamente, saltando de 103,5 mil, em 1990, para 229,5 mil em 2012 (uma variação positiva de 121,74%). Como característica, a produção dessa atividade econômica apresenta-se concentrada em torno de segmentos especializados na fabricação de bens intermediários, destinados, em grande parte, a abastecer as regiões Sul e Sudeste do país (UDERMAN, 2005). Entretanto, por causa da interferência de fatores de mercado, endógenos ou exógenos, a produção industrial, ao longo do tempo, tem sido caracterizada por apresentar um comportamento complexo, exibindo, por exemplo, sazonalidade e intensas variações aleatórias. Esses fatores têm dificultado diretamente o planejamento e a tomada de decisão, proporcionando maior risco para quem mantém investimentos no setor. À luz desse fato, considera-se que os analistas, ao aplicar com propriedade métodos quantitativos e qualitativos, poderão alcançar um diferencial no planejamento e na tomada de decisão.

A estatística, como área do conhecimento, tem desempenhado um papel fundamental, por ser uma ciência destinada a fornecer métodos para lidar, racionalmente, com situações sujeitas a incertezas. Neste trabalho será enfatizada a área de estudo da estatística denominada análise de séries temporais, que tem como objetivo descrever e analisar os comportamentos passados da série, visando à compreensão do comportamento e à consequente previsão de movimentos futuros (MORETTIN; TOLOI, 2004). Motivado pelo que foi apresentado até aqui, este artigo pretende analisar a dinâmica temporal do indicador de produção da indústria de transformação da Bahia, bem como dos segmentos alimentos e bebidas; borracha e plásticos; celulose e papel; metalurgia básica; minerais não metálicos; químico; e refino de petróleo e álcool, de modo a fornecer mais um procedimento para gestão de tais indicadores. Para contemplar tal objetivo serão utilizados instrumentos conhecidos na literatura como métodos da mecânica estatística: *detrended fluctuation analysis* (DFA), idealizado por Peng e outros (1994), e coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} implementado por Zebende (2011).

Para analisar a dinâmica temporal da indústria de transformação da Bahia no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2013, o presente artigo está estruturado em cinco seções: Introdução; A indústria de transformação; O indicador de produção industrial; Métodos estatísticos; Resultados; e Considerações finais.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

O setor da indústria de transformação é voltado para a conversão de matérias-primas em bens, distinguindo-se da agricultura e da indústria extrativa mineral por abranger todas as etapas da produção industrial, incluindo a agroindustrial, como açúcar, sucos e beneficiamento de produtos agrícolas (SANDRONI, 1999). Na indústria de transformação, as atividades podem ser classificadas conforme as categorias de uso dos bens produzidos, como indústrias de bens de capital, de bens intermediários e de bens de consumo (MENDES et al., 2007).

Os bens de capital são os que permitem produzir outros bens, como máquinas, equipamentos e computadores. Os bens intermediários são os que ainda estão inacabados e precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal, a exemplo do aço, do vidro e da borracha, usados na produção de carros. Por fim, os bens de consumo são aqueles diretamente usados para a satisfação das necessidades humanas. Estes podem ser duráveis (carros, móveis, eletrodomésticos) e ou não duráveis (gasolina, alimentos, cigarro). De acordo com Sandroni (1999), os bens de consumo duráveis prestam serviço durante um período de tempo relativamente longo, enquanto os não duráveis possuem utilidade por pouco tempo. Ademais, o autor explica que os bens duráveis diferem dos não duráveis pelo fato de que sua comercialização está sujeita a oscilações muito maiores, devido a modismos, à situação econômica geral e a outras influências. Em consequência, as indústrias que produzem bens duráveis são muito mais afetadas pelas crises econômicas do que as que se dedicam aos bens não duráveis.

Na próxima seção serão abordados conceitos relativos ao indicador de produção industrial que darão suporte à análise das séries temporais dessa pesquisa.

O INDICADOR DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O indicador de produção industrial tem como objetivo principal fornecer, mensalmente, uma estimativa do desempenho da atividade industrial, tendo como alicerce as informações de quantidades produzidas de um universo de produtos selecionados pela Pesquisa Industrial Mensal (produção física) (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004).

Tabela 1
Setores investigados pela PIM-PF na Bahia

Setor	Nº de produtos	(%)
Alimentos e bebidas (1)	14	18,9
Borracha e plástico (2)	6	8,1
Celulose e papel (3)	3	4,1
Metalurgia (4)	8	10,8
Minerais não metálicos (5)	5	6,8
Químico (6)	29	39,2
Refino de petróleo e álcool (7)	8	10,8
Veículos automotores (8)	1	1,4
Total	74	100

- (1) Águas minerais e águas gaseificadas sem adoçantes ou aromatizantes; cacau em pó, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes; café torrado e moído, inclusive aromatizado; cervejas e chope; farinha de trigo; farinhas e pellets da extração do óleo de soja; leite em pó, blocos e grânulos; manteiga, gordura e óleo de cacau; óleo de soja em bruto, mesmo degomado; óleo de soja refinado; óleos vegetais, hidrogenados, mesmo refinados; pasta de cacau, inclusive líquido; refrigerantes; tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração de óleo de soja.
- (2) Chapas ou folhas de plástico; embalagens de plástico para produtos alimentícios ou de bebidas; garrações, garrafas, frascos e artigos semelhantes de plástico (PET); pneumáticos novos de borracha; sacos ou sacolas de plástico para embalagens; tubos canos e mangueiras de plásticos, exclusive eletrodutos.
- (3) Papel higiênico; papel, não revestido, para usos na escrita, impressão e outros fins gráficos; pastas químicas de madeira (celulose), processo sulfato, branqueadas.
- (4) Alumínio não ligado em formas brutas (lingotes, plaquetas, granelhas etc.); arames farpados de aço; barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre; ferrosilício, fio-máquina de aço e carbono; lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço de carbono; ouro em barras, fios, perfis, chapas e outras formas semimanufaturadas; vergalhões de aço de carbono.
- (5) Cimentos portland, exceto brancos; granito talhado, serrado ou trabalhado de outro modo, inclusive chapas de granito para pias; azulejos de cerâmica decorados; massa de concreto preparada para construção; painéis, ladrilhos, telhas e semelhantes, de fibrocimento.
- (6) Hexanolactama; ácido sulfúrico; acrilonitrila; adubos e fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio; agentes orgânicos de superfície, exceto sabões; amoníaco (amônia); benzeno; butadieno não saturado; cloro; copolímero de etileno; dióxidos de titânio; estireno; éter metil-ter-butílico (MTBE); etileno; etileno glicol; hidróxido de sódio; misturas de alquibenzenos; octanol; policarbonatos; PVC; polietileno de alta densidade; polietileno de baixa densidade; princípios ativos para herbicidas; propeno (propileno) não saturado; sulfato de amônia ou uréia; xilenos (o-xileno, m-xileno, p-xileno).
- (7) Alcool etílico não desnaturado, com teor alcoólico em volume $\geq 80\%$ (anidro e hidratado); asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de petróleo ou de outros minerais betuminosos; gás liquefeito de petróleo (GLP); gasóleo (óleo diesel) e outros óleos combustíveis; gasolina automotiva; naftas para petroquímica; óleos lubrificantes sem aditivos; querosenes de aviação.
- (8) Automóveis, jipes ou caminhonetes para o transporte de passageiros, com motor de ignição de faísca de qualquer cilindrada.

A pesquisa é realizada nos estados mais industrializados do país: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santos, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Na Bahia, essa pesquisa é realizada em oito dos 23 setores da indústria de transformação, e a amostra é constituída por 74 produtos. A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra por setor da indústria de transformação.

A próxima seção traz os procedimentos metodológicos dos métodos estatísticos abordados na presente pesquisa.

MÉTODOS ESTATÍSTICOS

Método DFA – autocorrelação

A análise das flutuações sem a componente tendência, do inglês *detrended fluctuation analysis* (DFA), implementada por Peng e outros (1994), pode ser modelada para identificar e mensurar autocorrelação de longo alcance em séries temporais não estacionárias. Segundo Machado (2014), uma das peculiaridades do método DFA é permitir a identificação de autoafinidade e de autocorrelação em séries temporais com tendências. Em uma série temporal existe autoafinidade quando são mantidas as propriedades estatísticas observadas em diferentes escalas de tempo (MACHADO, 2014). Devido à sua robustez e a aplicações em diversas áreas do conhecimento¹, o DFA motivou pesquisadores a estudá-lo em relação à não estacionariedade, às tendências polinomiais e aos efeitos do tamanho finito (GALHARDO, 2010). De acordo com Peng *et al.* (1994), é necessário seguir os seguintes passos para modelar o DFA:

Passo 1 – Define-se o desvio padrão de cada registro em relação à incidência média da série completa, integrando

¹ É possível citar sua aplicação em séries de veículos e passageiros do sistema ferry boat (ZEBENDE; MACHADO, 2009); sinais biológicos (IVANOV *et al.*, 1998); séries temporais de fenômenos físicos (MORET, 2014); séries econômicas (ZEBENDE; SILVA; MACHADO, 2011); climatologia (TALKNER; WEBER, 2000); séries históricas de indicadores de criminalidade e violência (SOARES *et al.*, 2008) e (MACHADO; SILVA; ZEBENDE, 2014).

o sinal u_i (série original) e obtendo-se a série integrada $y(k)$ pela seguinte expressão:

$$y(k) = \sum_{i=1}^n u_i - \langle u \rangle; k = 1, 2 \dots N.$$

em que $\langle u \rangle$ denota o valor médio de u_i , e N , o total de pontos da série.

Passo 2 – A série integrada $y(k)$ é dividida em intervalos de igual tamanho n não sobrepostos. Para cada intervalo de tamanho n , é necessário ajustar um polinômio de grau maior ou igual a 1 a $y(n)$, denotado por $y_n(k)$ (Figura 1).

Passo 3 – Em seguida, a série integrada $y(k)$ é subtraída de $y_n(k)$ em cada intervalo de tamanho n , com base na seguinte expressão (Figura 1):

$$F_{DFA}(n) = \sqrt{\frac{1}{N} \sum_{k=1}^N [y(k) - y_n(k)]^2},$$

e o cálculo anterior é repetido sistematicamente para diferentes amplitudes de tamanho n ($4 \leq n \leq \frac{N}{4}$).

Passo 4 – Verificar se $F_{DFA}(n)$ tem comportamento do tipo $F_{DFA}(n) \approx n^\alpha$ (Figura 2). Neste caso, α denota o expoente de correlação de longo alcance. Aplicando $\log$ em $F_{DFA}(n) = n^\alpha$, tem-se:

$$\log F_{DFA}(n) = \log a + \alpha \log n$$

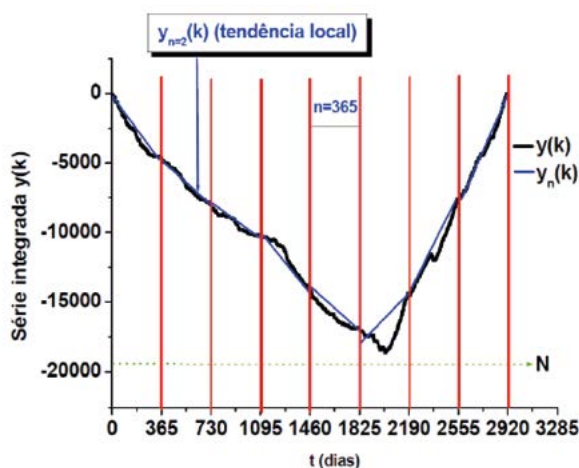


Figura 1
Série integrada $y(k)$ dividida em intervalos de 365 dias e as tendências locais $y_n(k)$ dos acidentes de trânsito sem lesão registrados diariamente em Salvador-BA, 2003 a 2010

Fonte: Machado (2009).

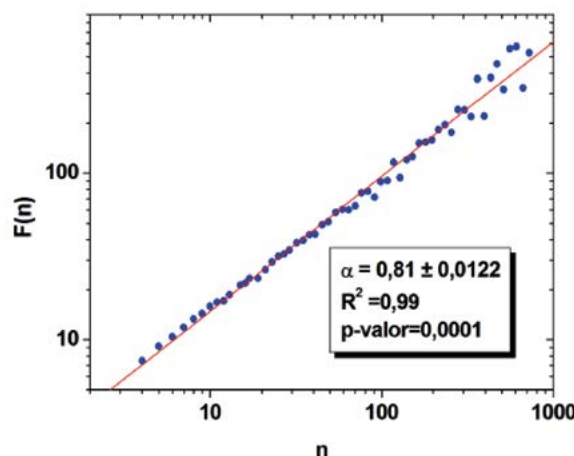


Figura 2
Comportamento do expoente α dos acidentes de trânsito sem lesão registrados diariamente Salvador-BA – 2003-2010

Fonte: Machado (2009).

Para séries temporais não correlacionadas, espera-se $\alpha = 0,50$, caso típico de séries aleatórias. Se $\alpha > 0,50$, pode-se inferir que a série apresenta comportamento persistente de longo alcance. Caso $\alpha < 0,50$, espera-se um comportamento antipersistente. SOARES e outros (2008) relatam que o expoente obtido pelo DFA permite avaliar em que medida as flutuações da série temporal passada implicam manutenção do comportamento das flutuações da série temporal futura, indicando um efeito de memória de longa duração na série. Na próxima seção será abordado o coeficiente capaz de mensurar o nível da correlação cruzada entre duas séries temporais em regime não estacionário.

Coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA}

O coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} modelado por Zebende (2011), destina-se à quantificação do nível de correlação cruzada, tendo como base o DFA (PENG et al., 1994) e o *detrended cross-correlation analysis* (DCCA) (PODOBNIK; STANLEY, 2008). Segundo Zebende (2011), o expoente obtido por meio do DCCA quantifica a correlação cruzada como lei de potência, mas não quantifica o nível da correlação cruzada.

O ρ_{DCCA} destina-se à estimação do coeficiente de correlação cruzada em diferentes escalas de tamanho n , cujo coeficiente possui campo de variação limitado entre -1 e 1, como outros coeficientes de correlação cruzada. Desta maneira, -1 denota anticorrelação perfeita, e 1, correlação perfeita. Por outro lado, o $\rho_{DCCA} = 0$ significa que não existe correlação cruzada entre os sinais. O campo de variação supracitado foi provado por Podobnik e outros (2011), tendo como método a *desigualdade de Cauchy*. Segundo Zebende (2011), Vassoler e Zebende (2011), e Fernandes e outros (2015), devem-se seguir os seguintes passos para modelar o ρ_{DCCA} :

Passo 1 – De posse de duas séries temporais, em regime não estacionário, $\{x_t\}$ e $\{y_t\}$, $t = 1, 2, 3 \dots N$ (N denotando o número total de pontos da série), integram-se as séries, obtendo os seguintes sinais:

$$xx_k = \sum_{t=1}^k x_t \text{ e } yy_k = \sum_{t=1}^k y_t, k = 1, 2, 3 \dots N.$$

Passo 2 – Em seguida, dividem-se as duas séries integradas $\{xx_k\}$ e $\{yy_k\}$ em $(N - n)$ caixas sobrepostas de igual tamanho n com $4 \leq n \leq \frac{N}{4}$.

Passo 3 – É calculada a tendência local em cada caixa pelo processo dos mínimos quadrados em cada série $xP_i(k)$ e $yP_i(k)$. Em seguida, define-se a covariância dos resíduos em cada intervalo por:

$$f_{xy}^2(n, i) = \frac{1}{n+1} \sum_{k=1}^{i+n} (xx_k - xP_i(k))(yy_k - yP_i(k))$$

Passo 4 – Calcula-se a média de todas as caixas sobrepostas $(N - n)$ com o objetivo de obter uma nova função de covariância:

$$F_{xy}^2 = \frac{1}{N - n} \sum_{i=1}^{N-n} f_{xy}^2(n, i).$$

Passo 5 – É calculado o coeficiente de correlação cruzada sem tendência $\rho_{DCCA}(n)$ por:

$$\rho_{DCCA}(n) = \frac{F_{xy}^2(n)}{F_{xx}(n)F_{yy}(n)}. \text{ Em que } F_{xx}(n) \text{ e } F_{yy}(n) \text{ são as funções de autocorrelação, definidas pelo método DFA de cada uma das séries envolvidas.}$$

De acordo com Wang e Xie (2013), uma das vantagens do coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} em

relação aos demais, como o coeficiente de correlação de Pearson, é a capacidade de mensurar correlação entre dois sinais em diferentes escalas de tempo n . Além disso, a correlação entre os sinais é obtida sem a componente tendência, que tende a mascarar as verdadeiras correlações (MACHADO; SILVA; ZEBENDE, 2014). Na seção a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa.

RESULTADOS

Análise exploratória

A fim de avaliar o comportamento das variáveis objetos de estudo, foram calculadas algumas medidas descritivas (Tabela 2). Ao se analisar as referidas medidas, constataram-se variabilidade relativa moderada ($10\% < CV < 50\%$) e comportamento assimétrico em todas as variáveis em torno dos valores médios, o que caracteriza comportamento não estacionário (Tabela 2). Para uma melhor compreensão das flutuações das séries originais, elas foram representadas graficamente aos pares (Figura 3).

Autocorrelação das séries – DFA

Para atender ao objetivo da presente pesquisa, aplicou-se o DFA nas séries temporais do indicador de produção da indústria de transformação (agregado) e demais segmentos da Bahia, de janeiro de 1991 a dezembro de 2013 (Tabela 3 e Figura 4).

A modelagem via DFA identificou persistência para as séries temporais do indicador da indústria de transformação (agregado) e demais segmentos ($\alpha > 0,50$) (Tabela 3). Neste caso, se existir uma tendência de crescimento ou decrescimento nos indicadores analisados, esse comportamento tende a ocorrer em longo prazo. O expoente obtido pela modelagem do DFA permite avaliar em que medida as flutuações da série passada implicam a manutenção das flutuações da série futura, indicando ou não um efeito de memória de longa duração (SOARES et al., 2008). Baseando-se nessa afirmação é possível utilizar o DFA como mais um método de análise para os indicadores da indústria de transformação.

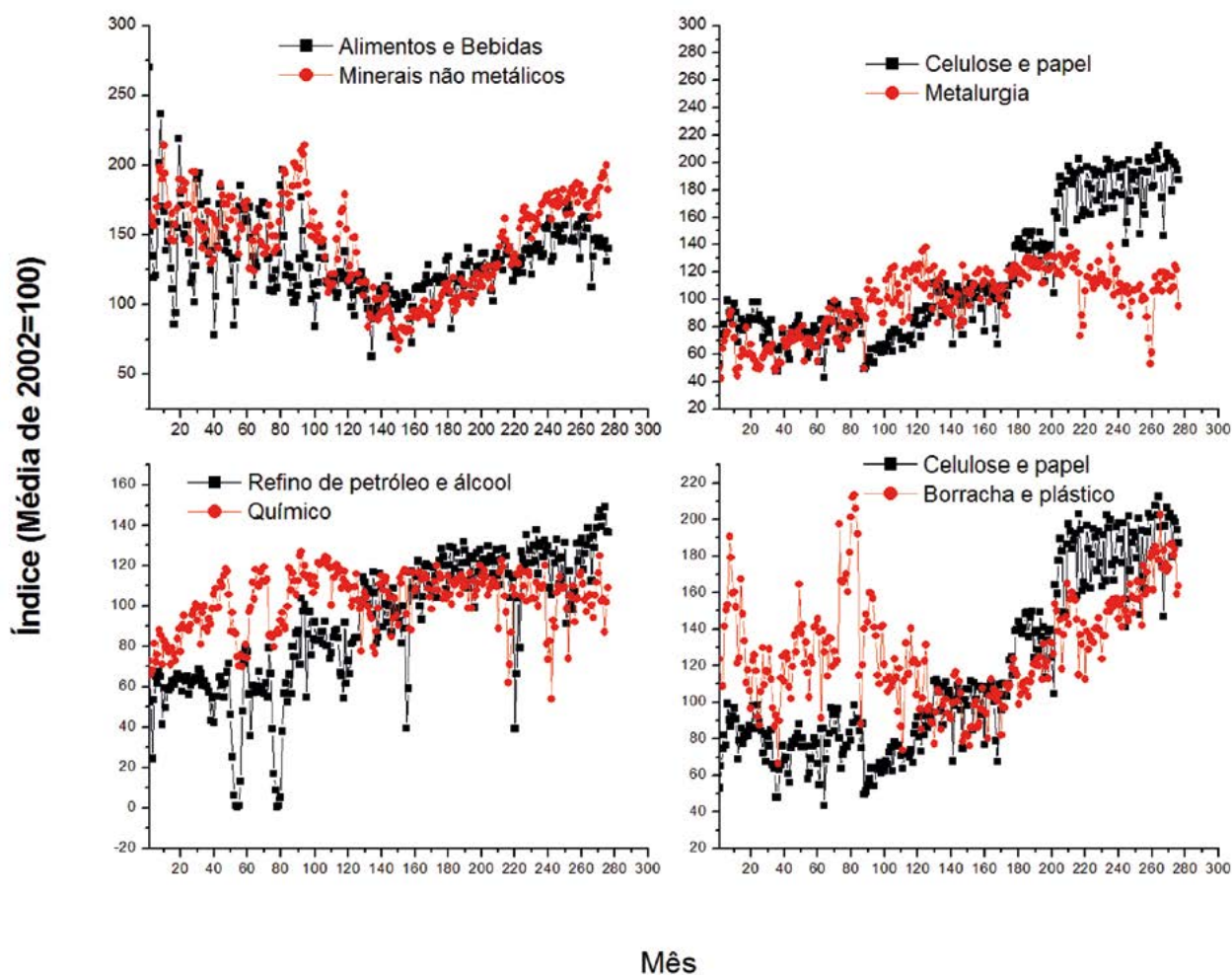


Figura 3
Índice mensal dos segmentos da produção industrial – jan. 1991-dez. 2013

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2
Resumo descritivo das séries analisadas – jan. 1991-dez. 2013 (1)

Segmento	Min	Max	Média	DP	CV	AS	Curt
Ind. de transformação	59,35	143,39	104,94	17,56	16,73	-0,06	2,10
Alimentos e bebidas	62,84	270,05	131,18	26,86	20,47	0,96	5,81
Borracha	66,34	213,46	128,98	29,43	22,82	0,45	2,71
Celulose e papel	43,19	212,56	115,14	47,48	41,24	0,61	1,96
Metalurgia	42,44	139,06	97,80	23,98	24,52	-0,46	2,11
Minerais não metálicos	67,74	214,25	144,32	33,97	23,54	-0,23	2,00
Químico	53,98	127,01	102,31	14,38	14,05	-0,78	2,87
Refino de petróleo e álcool	0,59	149,03	90,74	33,12	36,50	-0,54	2,68

Fonte: Elaboração própria.

Notas: Min=mínimo; Max=máximo; DP=desvio padrão; CV=coeficiente de variação de Pearson; As=assimetria; Curt=curtose.

Tabela 3
Valores do expoente α para o indicador de produção da indústria de transformação (agregado) e demais segmentos Jan. 1991-dez. 2013

Segmento	Expoente $\alpha \pm$ erro padrão
Ind. de transformação	$0,83 \pm 0,02$
Minerais não metálicos	$1,13 \pm 0,03$
Celulose e papel	$1,00 \pm 0,04$
Borracha e plástico	$0,96 \pm 0,02$
Refino de petróleo e álcool	$0,92 \pm 0,01$
Metalurgia básica	$0,85 \pm 0,03$
Químico	$0,85 \pm 0,02$
Alimentos e bebidas	$0,61 \pm 0,03$

Fonte: Elaboração própria.

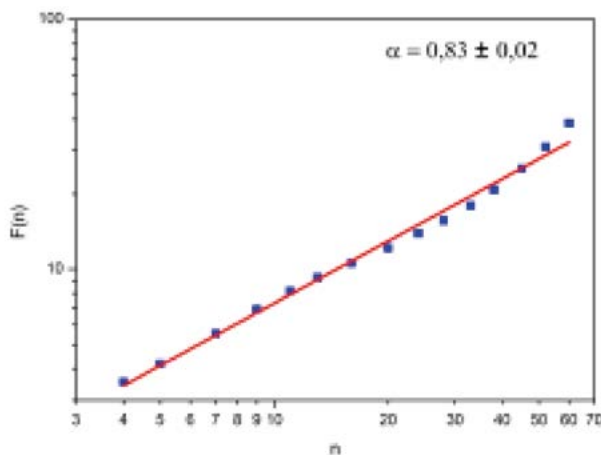


Figura 4
 F_{DFA} em função de n para o indicador de produção da indústria de transformação da Bahia (agregado) Jan. 1991-dez. 2013

Fonte: Elaboração própria.

Correlações cruzada das séries - ρ_{DCCA}

Como o método DCCA quantifica a correlação cruzada como lei de potência, mas não quantifica o nível da correlação cruzada, na presente pesquisa optou-se pela modelagem do ρ_{DCCA} como instrumento de análise das correlações cruzadas entre o indicador da indústria de transformação da Bahia e seus segmentos (Figura 5). Como era esperado, a modelagem com o ρ_{DCCA} identificou correlação cruzada positiva entre as séries analisadas (Figura 5).

Com a análise da Figura 5 é possível constatar que, para grandes escalas de tempo ($n \geq 20$ meses), os segmentos

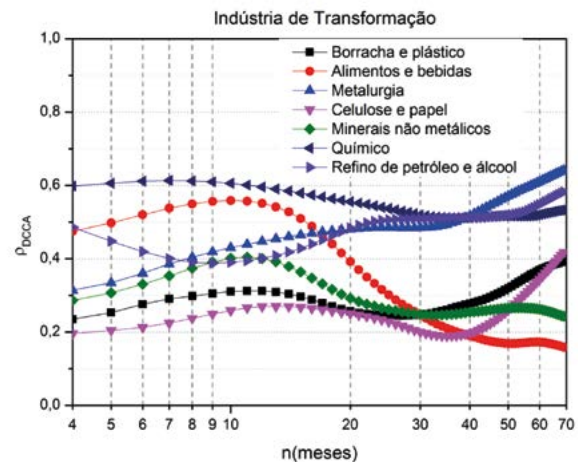


Figura 5
Correlação cruzada entre o indicador da indústria de transformação da Bahia (agregado) e os segmentos alimentos e bebidas; borracha e plástico; celulose e papel; metalurgia; minerais não metálicos; químico; e refino de petróleo e álcool Jan. 1991-dez. 2010

Fonte: Elaboração própria.

metalurgia, químico, e refino de petróleo e álcool obtiveram maiores correlações cruzadas. Já alimentos e bebidas, e químico apresentaram os maiores níveis de correlação cruzada em pequenas escalas de tempo ($4 \leq n \leq 10$ meses). Com os referidos resultados é possível inferir qual segmento tem maior ou menor peso no indicador de produção da indústria de transformação da Bahia, considerando a variável tempo. Para uma compreensão dos resultados, definiram-se os valores médios do ρ_{DCCA} no período em estudo (Tabela 4).

Tabela 4
Níveis de correlação cruzada entre o indicador da produção da indústria de transformação da Bahia (agregado) e os seus segmentos alimentos e bebidas; borracha e plástico; celulose e papel; metalurgia; minerais não metálicos; químico; e refino de petróleo e álcool – jan. 1991-dez. 2013

Segmento	$n \leq 12$	$12 < n \leq 24$	$24 < n \leq 60$	$n > 60$
Alimentos e bebidas	0,53	0,43	0,2	0,17
Borracha e plástico	0,29	0,27	0,29	0,38
Celulose e papel	0,24	0,25	0,24	0,39
Metalurgia básica	0,39	0,47	0,54	0,63
Minerais não metálicos	0,36	0,32	0,26	0,25
Químico	0,61	0,56	0,52	0,53
Refino de petróleo e álcool	0,41	0,46	0,52	0,57

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de indicadores econômicos pode ser realizada por diversas metodologias da econometria. A presente pesquisa teve como objetivo geral verificar tais indicadores no tempo com procedimentos conhecidos na literatura como métodos da mecânica estatística: DFA e ρ_{DCCA} .

Ao se analisar a autocorrelação (correlação do sinal com ele mesmo) via DFA, foi constatado que os indicadores da produção da indústria de transformação da Bahia e seus segmentos, definidos e calculados pelo IBGE – alimentos e bebidas; borracha e plástico; celulose e papel; metalurgia; minerais não metálicos; químico; e refino de petróleo e álcool –, apresentaram comportamento persistente ($\alpha > 0,50$) (Tabela 3). Neste caso, existindo uma tendência de crescimento ou decrescimento nos indicadores avaliados, tal comportamento tende a ocorrer em longo prazo.

A modelagem com o ρ_{DCCA} identificou correlação cruzada positiva entre as séries analisadas (Figura 5) e padrão de comportamento diverso, considerando a escala temporal em questão. Para grandes escalas de tempo ($n \geq 20$ meses), os segmentos metalurgia, químico, e refino de petróleo e álcool tiveram maiores correlações cruzadas. Já para pequenas escalas de tempo ($4 \leq n \leq 10$ meses), correlações cruzadas menores ocorreram para os segmentos alimentos e bebidas, e químico (Figura 5 e Tabela 4).

Com os resultados do coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} é possível mensurar qual segmento possui maior ou menor importância nas flutuações do indicador da produção da indústria de transformação da Bahia, levando em consideração a escala temporal em análise (grandes e pequenas escalas).

Considerando as propriedades dos métodos estatísticos modelados nesta pesquisa, acredita-se que a aplicação de tais métodos possa auxiliar pesquisadores e gestores dos setores privados e públicos no estudo e monitoramento dos indicadores avaliados. Como o DFA e o coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} podem fornecer uma visão de futuro, é possível utilizá-los como mais uma ferramenta quantitativa de análise econômica.

Por fim, como ampliação desta pesquisa, pensa-se em utilizar essa metodologia em outros estados industrializados do Brasil e, se possível, identificar um padrão de comportamento.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, M.; CASTRO, A.; MACHADO, A. Quantificando a influência do mercado de câmbio nos preços do milho e da soja no município de barreiras. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 182, p. 42-49, 2014.
- FERNANDES, M. et al. Quantifying cross-correlation between Ibovespa and Brazilian blue-chips: The DCCA approach, *Physica A*, [S.l.], v. 424, 124-129, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378437115000047>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- GALHARDO, C. E. C. *Análise e modelagem estocástica do barorreflexo através de séries temporais de pressão arterial sistólica*. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em Física)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Física, Niterói, RJ, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores conjunturais da indústria: produção*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Séries relatórios metodológicos, 31).
- IVANOV, P. et al. Scaling and universality in heart rate variability distributions. *Physica A*, [S.l.], v. 249, p. 587-593, 1998. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0378-4371\(97\)00522-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0378-4371(97)00522-0)>. Acesso em: 19 fev. 2015.
- MACHADO, A. *Autocorrelação e correlação cruzada: teorias e aplicações*. 2014. 127 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Salvador, 2014.
- MACHADO, A. *Correlação de longo alcance em indicadores de criminalidade de Salvador-BA: DFA e DCCA*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Salvador, 2009.
- MACHADO, A.; SILVA, M. da; ZEBENDE, G. F. Autocorrelation and crosscorrelation in time series of homicide and attempted homicide. *Physica A*, [S.l.], v. 400, p. 12-19, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378437114000193>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

- MACHADO, A. et al. Modelagem do teste estatístico do coeficiente de correlação cruzada sem tendência rhodcca: teoria e aplicação. In: WORKSHOP DE PESQUISA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – PTI, 4., 2014, Salvador. *Trabalhos apresentados...* Salvador: SENAI /CIMATEC, 2014.
- MENDES, C. M. et al. *Economia (Introdução)*. Florianópolis: UFSC, 2007.
- MORET, M. Self-affinity and nonextensivity of sunspots. *Physics Letters A*, [S.l.], v. 378, p. 494-496, 2014.
- MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. São Paulo: ABE - Projeto Fisher; Editora Edgard Blucher LTDA, 2004.
- PENG, C. K. et al. On the mosaic organization of dna sequences. *Physical Review E*, [S.l.], v. 49, p. 1685-1689, 1994. Disponível em: <<http://polymer.bu.edu/hes/articles/pbhssg94.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- PODOBNIK, B. et al. Statistical tests for power-law cross-correlated processes. *Physical Review E*, [S.l.], v. 84, p. 066118, 2011. Disponível em: <<http://polymer.bu.edu/hes/articles/pjzs11.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- PODOBNIK, B.; STANLEY, H. E. Detrended cross-correlation analysis: A new method for analyzing two nonstationary time series. *Physical Review Letters*, [S.l.], v. 100, p. 084102, 2008. Disponível em: <<http://link.aps.org/doi/10.1103/PhysRevLett.100.084102>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SOARES, J. S. J. et al. Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 161, p. 40-49, 2008.
- TALKNER, P.; WEBER, R. Power spectrum and detrended fluctuation analysis: application to daily temperatures. *Phys. Rev. E*, [S.l.], p. 150-160, 2000. Disponível em: <<http://www.physik.uni-augsburg.de/theo1/Talkner/Papers/TWeber PRE 2000.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.
- UDERMAN, S. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 2, n. 3, 2005.
- VASSOLER, R.; ZEBENDE, G. F. Dcca cross-correlation coefficient apply in time series of air temperature and air relative humidity. *Physica A*, [S.l.], v. 391, p. 2438-2443, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2011.12.015>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- WANG, G.-J.; XIE, C. Cross-correlations between renminbi and four major currencies in the renminbi currency basket. *Physica A*, [S.l.], v. 392, p. 1418-1428, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2012.11.035>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- ZEBENDE, G. F. Dcca cross-correlation coefficient: quantifying level of cross-correlation. *Physica A*, [S.l.], v. 390, n. 2, p. 614-618, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2010.10.022>>. Acesso em: 4 jan. 2012.
- ZEBENDE, G. F.; MACHADO, A. Cross-correlation between time series of vehicles and passengers. *Physica A*, [S.l.], v. 388, p. 4863-4866, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2009.07.046>>. Acesso em: 19 mar. 2010.
- ZEBENDE, G. F.; SILVA, P. A. D.; MACHADO, A. Study of cross-correlation in a self-affine time series of taxi accidents. *Physica A*, [S.l.], v. 390, p. 1677-1683, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2010.12.038>>. Acesso em: 20 mar. 2015.



O programa Vida Melhor Urbano e a economia dos setores populares: a experiência da unidade de inclusão socioprodutiva Salvador Norte

Vinicius Gonçalves dos Santos*

Lucas Kelsen**

Perivaldo do Rosário Neris***

As transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho nas duas últimas décadas têm conduzido ao reconhecimento de que a reprodução da vida de uma parcela considerável da população está condicionada ao desenvolvimento de atividades que estão assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa. Tal constatação serve de ponto de partida para compreender-se a expansão de uma diversidade de ocupações, muitas vezes consideradas informais, que já fazem parte da paisagem cotidiana dos grandes centros urbanos.

* Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014); graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (2010); licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (2011); professor do curso de Administração da Faculdade Maurício de Nassau e coordenador da Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte. goncalves.economia@hotmail.com

** Graduando em Direito pela Faculdade Estácio de Sá. ici.unissn@gmail.com

*** Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista. perivaldolenon@gmail.com

É a partir do reconhecimento dessa realidade que nasce o Programa Vida Melhor Urbano. Trata-se de uma iniciativa pioneira que atua no fomento a empreendimentos individuais e familiares, direcionando suas ações para pessoas prioritariamente inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), na faixa etária de 18 a 60 anos e com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. O principal objetivo consiste na complementação da estratégia de proteção social por meio do apoio à ampliação da produção e da renda das famílias.

Para isso, o programa conta atualmente com cinco unidades – três localizadas em Salvador, uma em Lauro de Freitas e uma em Feira de Santana –, que são responsáveis pelo acompanhamento de mais de 12 mil beneficiários, atendidos dentro das seguintes linhas: assistência técnica, microcrédito, qualificação e cessão de bens e equipamentos de produção.

O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil dos empreendedores assistidos pela Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte¹, bem como auferir as diferenças ocorridas sobre rendimento das atividades cadastradas entre o período inicial do programa (2012/2013) e o de finalização do contrato de gestão (2014). Do ponto de vista metodológico, fez-se uso de dados primários, pesquisa bibliográfica e documental. O estudo foi desenvolvido tendo como referência uma pesquisa amostral abrangendo 864 empreendedores.

Além desta introdução, a estrutura do relatório contém mais três seções. Na primeira expõe-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa. Na segunda apresenta-se o perfil socioeconômico dos empreendedores em questão. Já na terceira seção analisam-se os indicadores qualitativos e quantitativos selecionados. Por fim, têm-se as considerações finais do estudo.

CONCEPÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA: A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

O conceito de economia dos setores populares adotado no presente trabalho corresponde a um esforço teórico

O conceito de economia dos setores populares adotado no presente trabalho corresponde a um esforço teórico que busca definir um conjunto complexo de atividades que muitas vezes são expressas por diferentes denominações, como economia do trabalho, economia popular e solidária ou economia social

que busca definir um conjunto complexo de atividades que muitas vezes são expressas por diferentes denominações, como economia do trabalho, economia popular e solidária ou economia social. Em outras palavras, prioriza-se o conceito de economia dos setores populares como

[...] as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Essa economia abrange uma gama de atividades, além das realizadas de forma individual ou familiar, as diversas modalidades de empreendimentos autogestionários, associativos, grupos de comercialização, escolas e projetos de educação etc.

Para Kraychete (2000), essas formas de trabalho não se constituem como iniciativas isoladas, pois estão em constante interação com o seu entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes. Dessa forma, elas não devem ser confundidas com a economia capitalista, pois possuem uma lógica econômica específica. Trabalhar com o conceito de economia

¹ Itapuã, Bairro da Paz, Mussurunga, São Cristóvão, Vila Verde, Cassange, Narandiba, Cajazeiras e Castelo Branco.

Para medir o trabalho informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) toma a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho

dos setores populares significa ampliar a visão para além da esfera do setor informal. Essa forma de enxergar as relações de reprodução da vida, além da análise tradicional, caracterizada pelo par mercado formal e informal, permite incluir diversas atividades que não seriam levadas em consideração.

Para medir o trabalho informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) toma a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho (SILVA; ENGLER, 2008). Parte-se do pressuposto de que todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com estas características são informais, sem entrar no mérito de possíveis exceções. Porém, o que se observa é que o mercado informal seria só uma fração de um universo que se constitui por uma gama complexa de atividades. Tal fragilidade e limitação para identificar a dimensão do fenômeno da ocupação por conta própria nos países subdesenvolvidos são consequência do fato de que

[...] as estatísticas oficiais não levam em conta as atividades da economia pobre das cidades; por outro lado, os dados obtidos em outras fontes nem sempre são

utilizáveis sem crítica ou sem o complemento de outros tipos de informação: a falta ou a debilidade dos conceitos concernentes aos fenômenos a serem estudados são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da insuficiência estatística. (SANTOS, 2008, p. 25).

A situação parece ser facilmente explicável para Santos (2008), que considera que as estatísticas adotadas pelos países subdesenvolvidos seguem a mesma metodologia usada nas nações desenvolvidas, o que significa dizer que não se levam em consideração as especificidades de cada país e a sua história.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

De acordo com o relatório de aferição amostral de resultados obtido junto aos empreendedores que completaram um ano de ciclo de atendimentos, o trabalho por conta própria na área pesquisada é realizado principalmente pelo público feminino, que representam 82% das ocupações catalogadas na pesquisa (Gráfico 1).

Essa constatação ajuda a compreender o universo das atividades, uma vez que, frente às dificuldades apresentadas, as mulheres têm desempenhado um papel importante na complementação da renda familiar, contribuindo ativamente neste quesito.

Quanto ao tipo de atividade, 29% das ocupações estão relacionadas com a produção e venda de alimentos (restaurante, venda de doces, bomboniere, buffet,

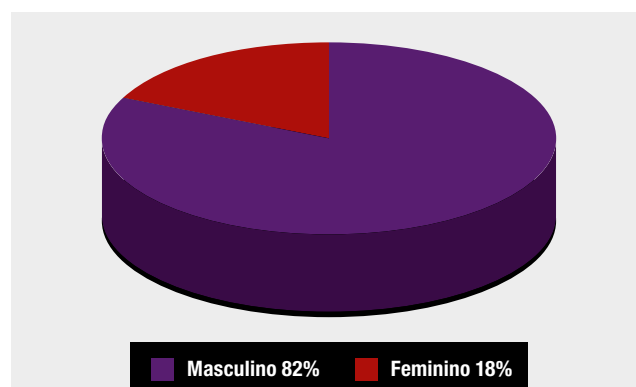


Gráfico 1
Sexo

Fonte: Unidade de Inclusão Socioproductiva Salvador Norte (2015).

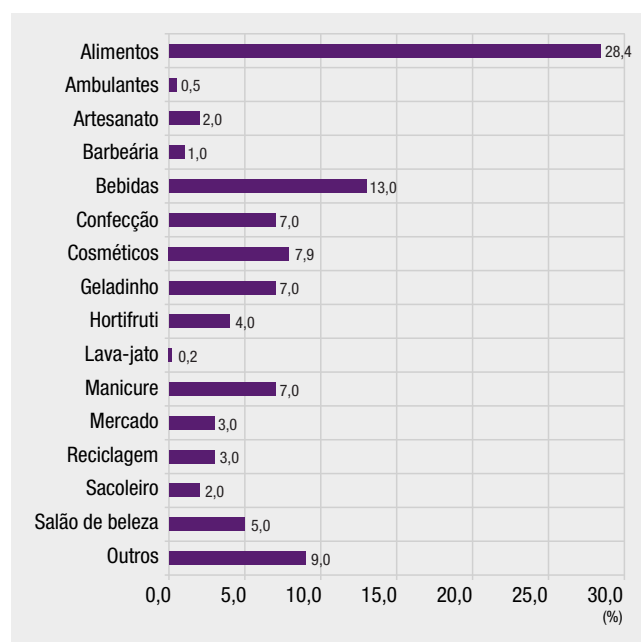


Gráfico 2
Atividades

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

ornamentação, decoração, produção de lanches, venda de acarajé e abará). Destacam-se ainda outras atividades, sobretudo pelo seu caráter estratégico no meio urbano (Gráfico 2).

Também se faz menção à existência da atividade de reciclagem. Essas experiências têm se apresentado como uma proposta de organização dos espaços urbanos, com a constituição de novos empreendimentos e cadeias produtivas solidárias. São atividades que ganharam um novo estímulo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos², que atribui um papel preponderante a esses atores sociais.

Assim, não pelo quantitativo expresso, mas pelo seu papel estratégico, este é um público que pode ser agregado junto às atividades coletivas, com o intuito de potencializar a estratégia de superação da pobreza.

Dessa forma, incluem-se não somente as atividades de reciclagem, mas também os ambulantes (0,5%), na sua luta incansável contra as políticas de ordenamento do município – que muito pouco tem evoluído para proporcionar

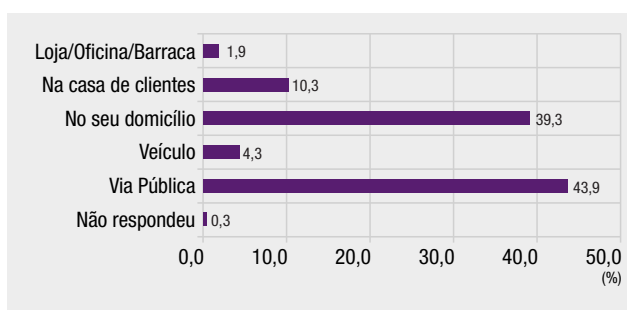


Gráfico 3
Local de realização do trabalho

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

uma estrutura funcional adequada –, e os pequenos comércios de bebidas (13%), dentre outros segmentos.

Essas atividades são realizadas, predominantemente, em vias públicas (44%) e no próprio domicílio (39%) (Gráfico 3), especificidade de crucial importância para a compreensão do fenômeno das ocupações da economia dos setores populares. Enquanto o trabalho informal busca definir as ocupações através da análise da unidade produtiva, a economia dos setores populares toma como referência a unidade familiar.

De acordo com a pesquisa, 49% das ocupações são desenvolvidas no próprio domicílio, ou em casa de clientes. Isso significa dizer que a referência do trabalho informal utilizada pela OIT não dá conta do fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos. Além de realizarem as atividades no domicílio, 81,6% dos seus clientes são moradores da própria comunidade, o que denota uma forte interação com o meio.

Verifica-se que aproximadamente 70% das atividades catalogadas possibilitam um rendimento líquido abaixo de um salário mínimo³, com destaque para famílias que vivem na linha de pobreza (12%) e extrema pobreza (10%). Tal constatação traz a compreensão da existência de convergência do público do Programa Vida Melhor Urbano com as políticas de combate à pobreza do governo federal.

² Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

³ Salário mínimo no momento da pesquisa: R\$ 740,00

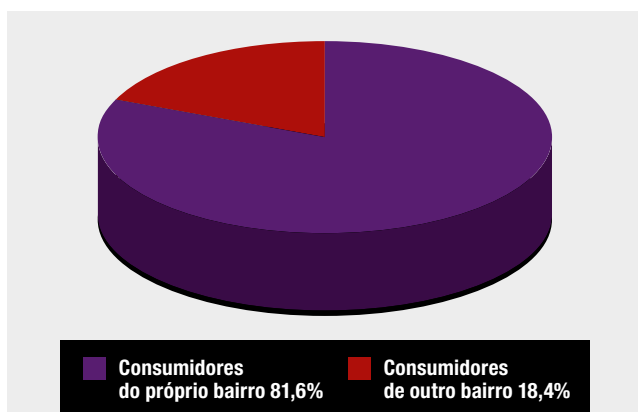


Gráfico 4
Consumidores

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

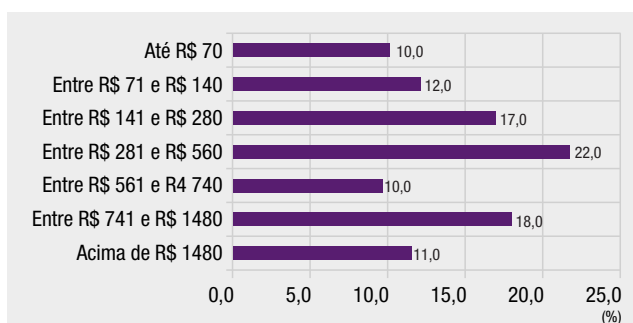


Gráfico 5
Rendimento líquido

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

Por fim, quando questionados sobre a principal motivação para iniciarem a atividade, 51% responderam, categoricamente, que se tratava de uma alternativa ao desemprego, e 19%, de uma fonte complementar de renda. São informações precisas que refletem e corroboram as estimativas apresentadas pela OIT, segundo as quais “[...] o desemprego não vai parar de aumentar”. Calcula-se que, em 2019, mais de 212 milhões de pessoas estarão sem qualquer trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014).

Diante deste cenário, emerge o que a literatura veio a denominar de a “nova questão social”, caracterizada, sobretudo, pelo crescente índice de desemprego estrutural e de pobreza. Isso corresponde à constatação de que os problemas derivados do desemprego passam a ser percebidos como estados permanentes, não mais conjunturais e residuais, como se acreditava, e que têm

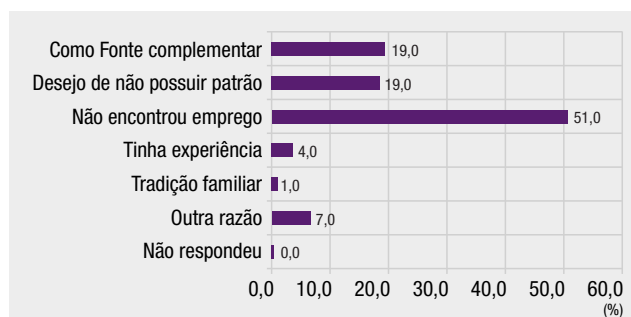


Gráfico 6
Motivação para o início da atividade

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

como fundamento “[...] o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano” (STEIN, 2000, p. 134).

ANÁLISE DOS INDICADORES

A análise aqui empreendida compreende a verificação da variação de oito indicadores qualitativos e quantitativos, a exemplo do conhecimento das bases de sustentabilidade do negócio (custos de produção, lucro, etc.), conhecimento dos critérios e mecanismos para acesso a crédito, formalização (MEI), dentre outros. Também se verificou a nova aplicação do estudo de viabilidade econômica (EVE), com vistas a aferir a variação de renda oriunda do negócio no ano de atendimento.

O estudo foi desenvolvido com os dados dos empreendimentos com mais de um ano de assistência técnica, compreendendo o marco zero (M0), atividade desenvolvida em 2012/2013, e o marco um (M1), atividade desenvolvida ao longo de 2014, contemplando 864 empreendimentos.

As informações extraídas da pesquisa indicam uma acentuada evolução nos indicadores qualitativos referentes à assistência técnica (conhecimento da margem de ganho e custos de produção), bem como nos indicadores de conhecimento dos critérios e mecanismos para acesso à formalização. Pelo exposto, por meio do trabalho de assistência técnica, foi possível identificar uma ampliação de 42% para 60% no patamar de conhecimento sobre a margem de ganho do negócio, e um salto de 35%

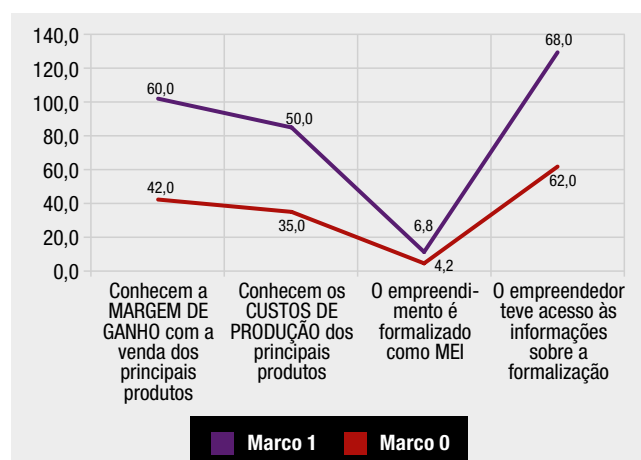


Gráfico 7
Indicadores qualitativos – Margem de ganho, custo de produção, formalização e acesso a informações sobre a formalização

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

para 50% relativo ao conhecimento sobre o custo de produção, informações de crucial importância para o bom desenvolvimento da atividade.

Sobre o processo de formalização, percebe-se um tímido avanço, de 4,2% para 6,8%. Esse indicador espelha que o caráter da informalidade dessas atividades não pode ser atribuído apenas à falta de conhecimento, mas envolve também questões de outra natureza. Apesar de grande parte dos empreendimentos estar na informalidade, registra-se que o nível de conhecimento acerca do processo de formalização já era bastante satisfatório no primeiro momento da assistência técnica.

Para os encaminhamentos de qualificação e acesso a financiamento e equipamentos, o programa conseguiu apresentar uma melhora, registrando uma média de aproximadamente sete pontos percentuais na evolução desses parâmetros. Porém, cabe destacar que, apesar do avanço, tais parâmetros se mostram como indicadores da fragilidade dessas atividades, que, na sua maioria, não dispõem de acesso a qualificação, a financiamento adequado à sua realidade e, principalmente, a equipamentos.

Por fim, de acordo com o estudo, foi registrado um grau de incremento da renda produtiva familiar de 10,88% (R\$ 63,52). A hipótese é a de que o trabalho de

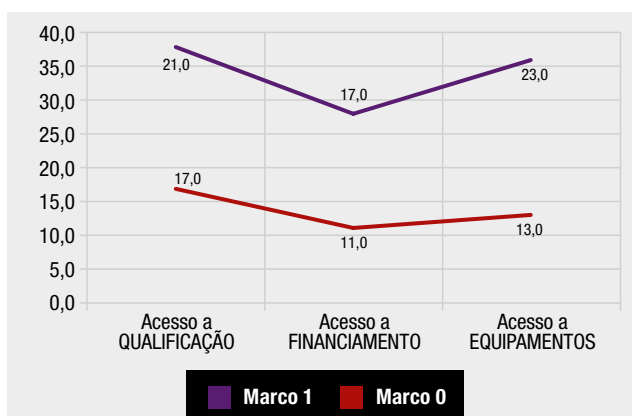


Gráfico 8
Indicadores qualitativos – Acesso a qualificação, financiamento e equipamentos

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

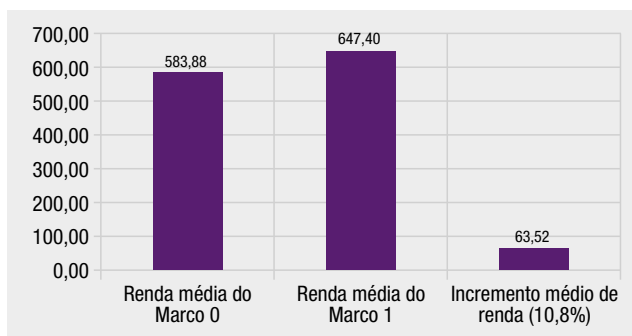


Gráfico 9
Grau de incremento de renda produtiva familiar

Fonte: Unidade de Inclusão Socioprodutiva Salvador Norte (2015).

assistência técnica do programa, junto com as demais atividades de fomento, tenha contribuído para agregar maior eficácia ao objetivo proposto pelo conjunto das atividades analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa contribuíram para identificar um conjunto de atividades que não são levadas em consideração na caracterização do trabalho informal. Enquanto este busca definir as ocupações através do foco na unidade produtiva, a economia dos setores populares toma como referência a unidade familiar. De acordo com os dados da pesquisa, 49% das ocupações são desenvolvidas no próprio domicílio ou em casa de clientes. Isso significa dizer que a referência

do trabalho informal utilizada pela OIT não dá conta do fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos.

Tal constatação leva à percepção de que a problemática do trabalho não deve se concentrar somente sobre o emprego assalariado. Há um contingente considerável de ocupações que, mesmo de forma precária, tem garantido a reprodução da vida de muitas famílias. Visto isso, torna-se pertinente se pensar em políticas que estejam voltadas para melhoria dos indicadores sociais apresentados. Dessa forma, uma mudança qualitativa nesse tipo de economia depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior.

Assim, apesar do reconhecimento da importância do programa, bem como da eficácia dos resultados apresentados, o Vida Melhor Urbano ainda carece de amadurecimento e de aportes estratégicos de apoio para os empreendedores. Some-se a isso inversões de recursos, sobretudo para atividades de qualificação e cessão de bens e equipamentos de produção.

Por fim, os resultados apontados demonstram um avanço do Programa Vida Melhor Urbano junto às comunidades de abrangência da Unis Salvador Norte, que vem desempenhando um importante papel no campo de ações de combate à pobreza do governo do estado. Assim, o programa contribui com a política social do governo federal, cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza no Brasil, proporcionando às famílias assistidas melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CASTELLES, M. *A sociedade em rede: a era da informação - economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; FRANCISCO, L.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (Org.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégia de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- UNIDADE DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA SALVADOR NORTE. *Relatório anual de prestação de contas: 17 de dezembro de 2013 a 17 de março de 2015*. Salvador, 2015. (Contrato de Gestão, n. 38 /2013).
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Panorama laboral 2014: América Latina y El Caribe*. Lima: OIT, 2014.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, C. A.; ENGLER, H. B.; CARVALHO, A. A. Flexibilização no mundo do trabalho: terceirização e desemprego na indústria calçadista- Franca/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. *Anais...* São Luis: ABEPSSS, 2008.
- STEIN, R. H. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social*, Brasília-DF, v. 6, p.133-168, 2000.

Código de Defesa do Consumidor: 25 anos de história e perspectivas

Marcos Medrado

Administrador e radialista; exerceu mandatos como vereador, deputado estadual, deputado federal e vice-prefeito; superintendente de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-Bahia).



Todos nós somos consumidores. Indistintamente.

Seja no aspecto jurídico, econômico ou social, esta assertiva deve ser considerada da forma mais abrangente possível. Isto porque qualquer indivíduo inserido em uma sociedade moderna será, necessariamente, um consumidor por excelência. Mesmo que não o faça de modo consciente, ou mesmo que o direito não lhe reconheça a personalidade ou capacidade jurídica, todo indivíduo faz uso de um produto ou serviço.

Ao acordar, o indivíduo levanta-se de uma cama, liga uma luz, abre uma cortina, desliga um ventilador, abre uma torneira, toma um banho, usa uma escova e pasta de dente, abre a geladeira, esquenta um fogão, faz uma refeição. Todas essas ações envolveram o consumo de um produto ou de um serviço, quando não os dois.

Com tantas relações, tão presentes no dia-a-dia, pode-se dizer que, junto com o comportamento, nascem as regras, e que estas, por sua vez, se definem na ciência jurídica. Daí a máxima do direito: Ubi societas, ibi Jus.

Nos EUA e nos países europeus, a proteção do consumidor surgiu como resultado da consolidação da sociedade afluenta. Já no Brasil, de modo diverso, seu aparecimento foi concomitante com a industrialização e com o processo inflacionário – que provoca a elevação do custo de vida –, desencadeando fortes mobilizações sociais das décadas de 1960 e 1970.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, vigente até hoje, consagrou-se a proteção do consumidor como um dos direitos fundamentais do indivíduo e um dos princípios da ordem econômica, cabendo, portanto, ao Estado a promoção da defesa do consumidor, na forma da lei.

Para atender a esta determinação constitucional, editou-se a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, então chamada de Código de Defesa do Consumidor, que assegura o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor e estabelece a boa-fé como princípio basilar das relações de consumo.

O CDC – como é apelidado por muitos – propôs, em um dos seus eixos centrais, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo. Segundo os fundamentos da defesa do consumidor, este sempre se encontra em posição de desvantagem em relação ao fornecedor, que é aquele que detém o conhecimento técnico do negócio e o poder econômico, exercendo-o com a finalidade de lucro, e que conta com corpo jurídico que assegura as suas empreitadas comerciais.

Estabeleceram-se em favor do consumidor o direito à proteção da vida, da saúde e da segurança; à educação para o consumo consciente; à informação clara, precisa e adequada; à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, por meio do equilíbrio das relações de consumo; e ao acesso facilitado aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção e reparação de danos,

inclusive com mecanismos para facilitação da defesa das suas razões em juízo.

Por isso, o código, aplaudido internacionalmente – como um paradigma na proteção dos consumidores – e copiado por muitos países, criou um novo ramo das ciências jurídicas, fazendo nascer, do direito civil, uma especialização, com regras e princípios próprios, para serem aplicados às relações de consumo.

Mas, se onde há sociedade, haverá o direito, se a primeira é viva, evolutiva e pulsante, o segundo também tem que acompanhá-la.

A sociedade brasileira tem experimentado grandes avanços sociais, entre os quais a inclusão social de importante parcela da população, que volta a compor o mercado consumidor. Junto com o consumo que faz girar a economia, representando o aspecto econômico, há a sensação de empoderamento e reconquista da dignidade, denotando o viés sociológico e também o aspecto jurídico, vez que mais pessoas vão demandar a proteção dos órgãos de defesa do consumidor.

Ao longo dos 25 anos de existência do CDC, muitas legislações foram sendo incorporadas ao sistema de proteção e defesa do consumidor. Dentre as mais recentes, pode-se citar o Plano Nacional de Consumo (Plandec), instituído através do Decreto Federal nº 7.963/13, com a finalidade de promover a integração e articulação de políticas, programas e ações governamentais e da sociedade civil.

Este plano tem como eixos de atuação a prevenção e redução de conflitos; a regulação e fiscalização; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, através da interiorização dos órgãos de proteção e defesa do consumidor ou do aumento do poder de atuação dos Procons.

Outro importante exemplo é o marco civil da internet, que, através da Lei Federal nº 12.965/14, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Esta legislação repercutiu como um dos primeiros regramentos sobre o assunto no mundo, fato que leva

a crer que venha a ser tida como exemplo, assim como ocorreu com o Código de Defesa do Consumidor.

Claro que essas duas legislações não serão – nem deveriam ser – recebidas como esgotadoras das necessidades da defesa do consumidor, que ainda conta com inúmeros desafios. Pode-se citar, por exemplo, a virtualização das relações, que crescem na impessoalidade e no distanciamento entre consumidor e fornecedor, permitindo que se compre a qualquer tempo, de qualquer lugar e em qualquer mercado no mundo.

Ainda há que se dedicar atenção especial aos consumidores idosos, que sofrem com as dificuldades impostas pela idade avançada; ao consumo infantil, com crianças desde cedo bombardeadas com mensagens publicitárias que sugerem e constroem suas personalidades futuras; ou ao consumidor superendividado, que fica preso aos grilhões dos juros e taxas, que podem fazer a máquina do consumo parar de girar toda a economia. Estes são alguns exemplos do que hoje se reconhece como consumidor hipervulnerável.

Logo, a simples positivação do direito – com a edição de tantas e quantas leis – não se mostra suficiente para fazê-lo valer e torná-lo efetivo. E talvez este seja o principal e mais difícil desafio para o direito do consumidor.

Pelos seus próprios princípios, a defesa do consumidor lida com um público extremamente carente de proteção, vez que é sobrepujado pelas empresas e grupos econômicos que ainda colocam o lucro final acima dos deveres e obrigações na relação de consumo. Portanto, a melhor perspectiva para a defesa do consumidor se traduz na busca pela efetivação do direito do consumidor.

Por fim, cabe dizer que esta não é uma luta isolada dos órgãos e entidades ou do poder público. A solução passa pelas ações concatenadas de atuação forte de toda a sociedade, buscando a harmonização dos interesses econômicos e a evolução consciente do mercado de consumo. Mais que o mero respeito à lei, deve-se buscar o respeito à pessoa e ao cidadão.

E o motivo já se conhece: todos nós somos consumidores.

Complexo Atividade Mineral e Beneficiamento deverá gerar cerca de R\$ 26 bilhões em investimentos até 2017

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 66 bilhões, com expectativa de atrair 327 empresas com intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades industriais até 2017. Além disso, espera-se uma geração de 42.150 mil empregos diretos.

O maior volume de investimentos deverá ser alocado no território de identidade Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 8 bilhões e a implantação/ ampliação de 97 empresas. Destaca-se também o território Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 19 bilhões, destinados a 14 projetos de instalação de diversos parques eólicos. Vale ressaltar ainda o território Vale do Jiquiriçá, com investimentos previstos de R\$ 5,5 bilhões, sendo que o maior volume deverá ser aplicado na atividade de mineração.

Por complexo de atividade, destaca-se Atividade Mineral e Beneficiamento, que tem projeção de investimento de R\$ 26 bilhões, montante destinado a 50 projetos de extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Agroalimentar, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 10 bilhões, em 55 projetos, voltados para alimentos e bebidas. E no complexo Outros, que engloba as atividades de energia e gás, o montante chega a aproximadamente R\$ 20,5 bilhões, com 57 projetos de implantação de empresas.

Os investimentos industriais fazem parte da política de atração de empreendimentos, via concessão de incentivos fiscais, implementada pelo Governo do Estado da Bahia através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz e a consolidação da cadeia produtiva. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2015-2017

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	10.157.400.000	55	15,5%	17%
Atividade mineral e beneficiamento	26.165.050.000	50	39,9%	15%
Calçados/têxtil/confecções	112.150.000	25	0,2%	8%
Complexo madeireiro	83.290.000	14	0,1%	4%
Eletroeletrônico	197.560.000	10	0,3%	3%
Metal-mecânico	5.331.540.000	50	8,1%	15%
Químico-petroquímico	2.824.740.000	35	4,3%	11%
Reciclagem	38.560.000	6	0,1%	2%
Transformação petroquímica	182.150.000	25	0,3%	8%
Outros	20.489.782.150	57	31,2%	17%
Total	65.582.222.150	327	100%	100%

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 08/05/2015.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2015-2017

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	23.500.000	2	0	1
Bacia do Rio Corrente	9.622.000.000	2	15	1
Bacia do Rio Grande	680.600.000	10	1	3
Baixo Sul	56.000.000	2	0	1
Chapada Diamantina	1.178.396.000	5	2	2
Costa do Descobrimento	13.000.000	6	0	2
Extremo Sul	6.920.000	5	0	2
Irecê	2.429.155.000	10	4	3
Litoral Norte e Agreste Baiano	333.700.000	6	1	2
Litoral sul	2.459.930.000	15	4	5
Médio Rio de Contas	173.850.000	8	0	2
Médio Sudoeste da Bahia	2.014.170.000	7	3	2
Metropolitana de Salvador	8.105.440.000	97	12	30
Piemonte da Diamantina	430.007.000	3	1	1
Piemonte do Paraguaçu	451.700.000	2	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	4.654.500.000	11	7	3
Portal do Sertão	556.820.000	67	1	20
Recôncavo	2.401.290.000	5	4	2
Semiárido Nordeste II	885.000.000	3	1	1
Sertão do São Francisco	4.145.769.000	27	6	8
Sertão Produtivo	19.094.818.150	14	29	4
Sisal	58.500.000	3	0	1
Vale do Jiquiriça	5.501.000.000	3	8	1
Velho Chico	216.464.000	4	0	1
Vitória da Conquista	89.693.000	10	0	3
Total	65.582.222.150	327	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 08/05/2015.

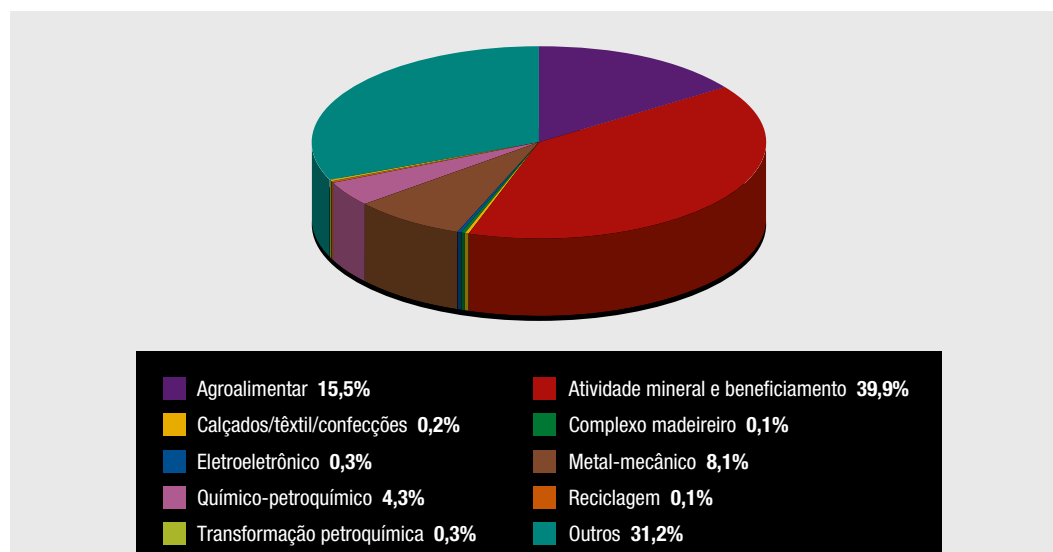


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2015-2017

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 08/05/2015.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Pro cobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

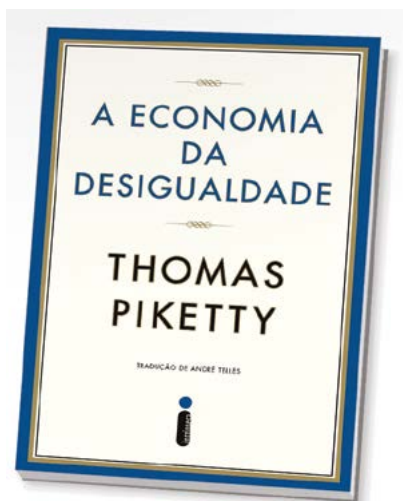
Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

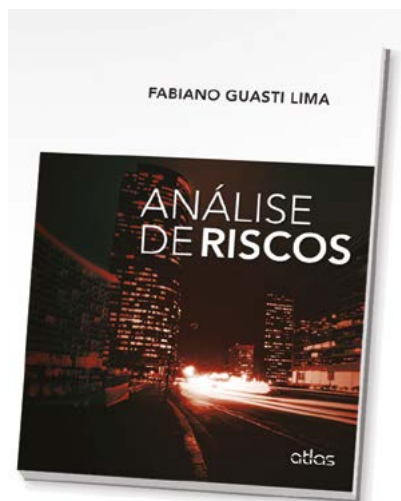




A ECONOMIA DA DESIGUALDADE Thomas Piketty

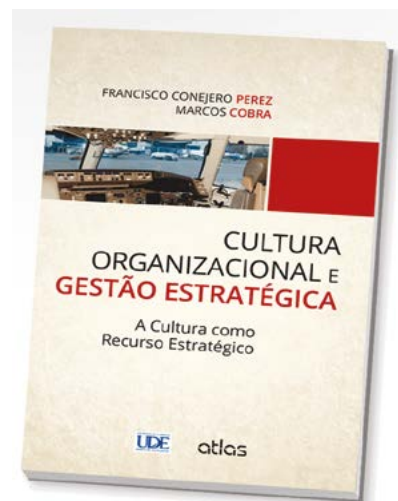
O livro *A Economia da Desigualdade*, de Thomas Piketty, apresenta questionamentos quanto à origem da desigualdade e a sua perpetuação, além de discutir se ela é uma consequência da concentração do capital, se é transmitida de geração a geração, se ocorre devido às diferenças salariais ou ainda se resulta do jogo de oferta e demanda do mercado de trabalho.

O autor analisa opções de redução das desigualdades, tais como investimento em educação e redistribuição de renda através de um sistema tributário eficiente. Ele considera que o debate político da esquerda e da direita não diverge necessariamente em suas noções de justiça social, mas sim nos mecanismos econômicos que produzem a desigualdade.



ANÁLISE DE RISCOS Fabiano Guasti Lima

O livro *Análise de Riscos* propõe ao investidor um estudo minucioso para detectar os tipos de risco existentes, o cálculo e a sua administração. Inicialmente, apresenta a definição de risco, os tipos e sua evolução histórica. Faz ainda uma revisão das crises globais mais recentes e dos desastres financeiros que provocaram perdas expressivas em bancos e diversas instituições. Em seguida, com aplicações práticas ao mercado brasileiro, a obra passa a abordar os produtos propriamente ditos, com capítulos específicos sobre a análise de riscos para renda fixa e variável, em projetos de investimentos, de crédito, operacionais, até culminar com os modelos avançados de estimativa do *value at risk*.



CULTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO ESTRATÉGICA: A CULTURA COMO RECURSO ESTRATÉGICO Francisco Conejero Perez, Marcos Cobra

Francisco Conejero Perez e Marcos Cobra consideram que identificar e compreender a cultura organizacional é de suma importância na formulação e administração estratégica de uma empresa. Os autores destacam que a cultura é dinâmica e parte integrante do processo empresarial, sendo preciso realizar, frequentemente, pesquisas no intuito de identificar sua influência nas ações estratégicas da empresa e na forma como os funcionários a veem.

Eles utilizam como referência a cultura organizacional das empresas de aviação brasileiras, que sempre atraíram estudiosos do setor e de outros segmentos de negócios. A Varig e a TAM, a Real e a Panair foram paradigmas de empresas de sucesso.



GLÓRIA INCERTA: A ÍNDIA E SUAS CONTRADIÇÕES

Jean Drèze e Amartya Sen

Jean Drèze e Amartya Sen, dois economistas indianos, tratam no livro *Glória Incerta: A Índia e Suas Contradições* das transformações ocorridas na economia e na sociedade do país após a independência da Inglaterra em 1947.

Os autores consideram que a Índia adotou um sistema político democrático, com liberdade de expressão e amplos direitos políticos, e alcançou um crescimento econômico bem acelerado nas últimas três décadas, tornando-se uma das economias que avançam com maior velocidade no mundo. No entanto, eles apontam as privações e a manutenção das desigualdades sociais, que mantêm o país entre os que possuem maior contingente de pessoas vivendo em condições de pobreza. Esse quadro coloca em cheque a visão da democracia indiana como uma experiência bem sucedida em termos de suas consequências.



HISTÓRIA, ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO: PARA UMA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO

José Luís Fiori

Em *História, Estratégia e Desenvolvimento: Para Uma Geopolítica do Capitalismo*, José Luís Fiori apresenta um panorama da geopolítica do capitalismo desde a Europa do século VIII até a globalização dos dias atuais. Faz uma longa análise da história mundial sob a ótica capitalista, mostrando a origem, as estratégias e as razões do desenvolvimento desse sistema.

A obra reúne uma série de artigos, agrupados em três blocos temáticos. O primeiro trata da história e da geopolítica do desenvolvimento capitalista. O segundo aborda a conjuntura internacional e a crise contemporânea. E o terceiro enfoca a situação geopolítica e as escolhas estratégicas do Brasil na primeira metade do século XXI.



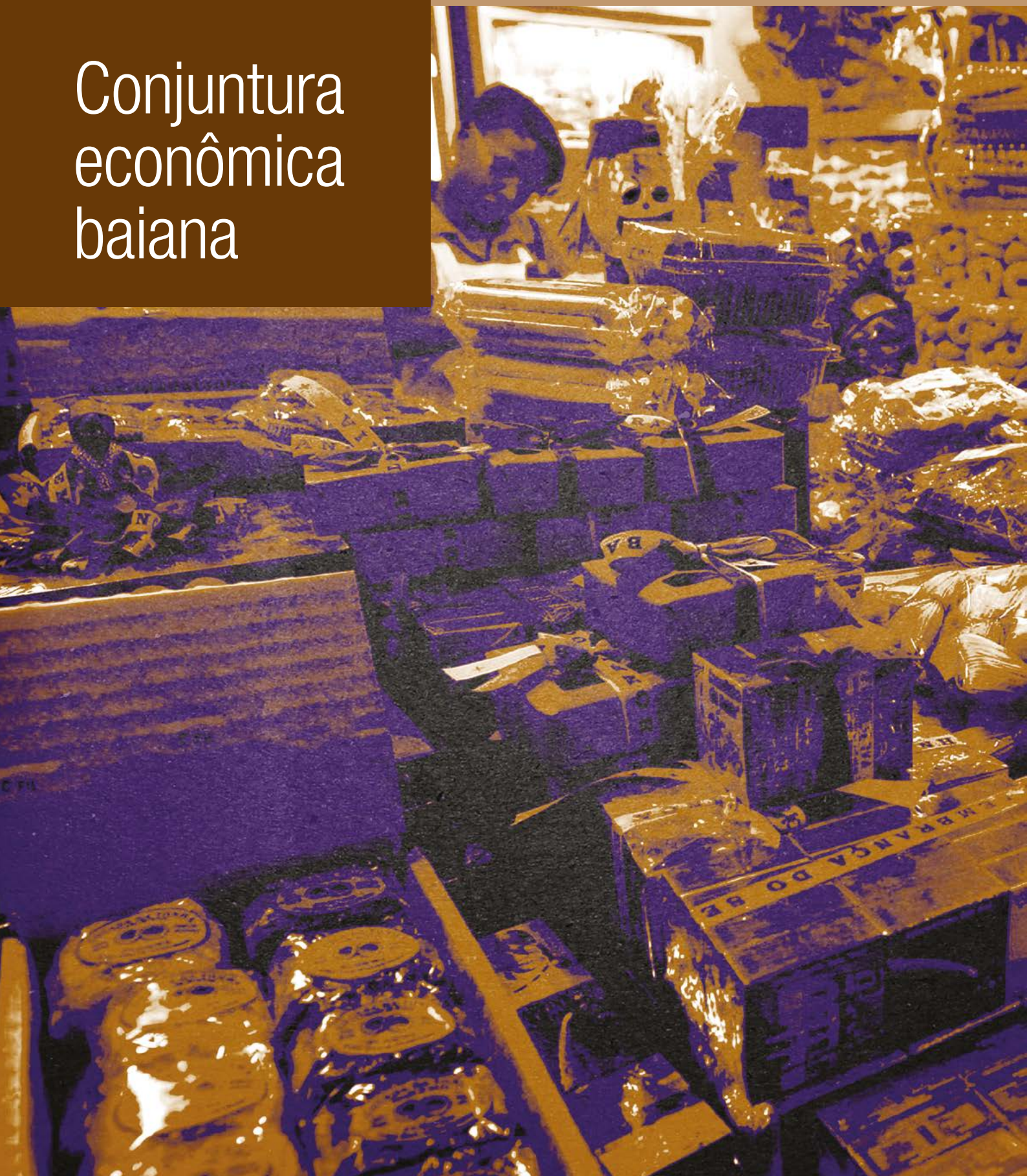
REINVENTANDO O CAPITALISMO DE ESTADO – O LEVIATÃ NOS NEGÓCIOS: BRASIL E OUTROS PAÍSES

Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini

O livro de Sergio Lazzarini e Aldo Musacchio analisa a ascensão de uma nova espécie de capitalismo de Estado, em que os governos interagem com os investidores privados e, muitas vezes, usam sua influência para auxiliar setores ou empresas interessadas em dividendos políticos. Entre os exemplos estudados estão o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras e a Vale.

Os autores abordam as várias formas de parceria entre os empresários e o Estado no Brasil, analisam a política industrial brasileira dos últimos anos e registram a ascensão da JBS e da Vale como “campeãs nacionais”. Também tratam do papel do BNDES, cujo modelo atual de *funding*, gera distorções na economia.

Conjuntura econômica baiana



Em 2014, todas as atividades econômicas tiveram queda em relação ao ano anterior, exceto o comércio varejista, que continuou apresentando ampliação no volume de vendas. O comportamento dos principais indicadores ratifica a desaceleração na atividade econômica na Bahia, com perspectivas de manutenção da desaceleração para o primeiro trimestre de 2015.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou decréscimo de 2,8% em 2014, comparada com o ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, sete apresentaram retração no período, com destaque para (-22,4%), (-44,3%), (-9,9%) e (-2,1%). Em sentido oposto, impactaram positivamente os segmentos (7,2%), (2,5%), (1,3%) e (1,0%). Nessa mesma análise, a indústria extrativa mineral expandiu-se 1,3% no período.

O comportamento da atividade industrial seguiu o mesmo comportamento no indicador do nível de pessoal ocupado da indústria baiana, que teve retração em 2014. Indústria geral (-1,7%), transformação (-1,7%) e extrativa mineral (-2,2%) seguiram a mesma trajetória, conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As principais contribuições negativas foram observadas nos segmentos (-5,6%), (-14,9%), (-9,7%), (-10,3%), (-2,4%), (-3,1%) e (-1,5%). Entre os segmentos que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador, destacam-se (4,7%), (4,0%), (3,1%), (3,0%) e (18,9%).

Em 2014, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram retração (-7,8%), e as importações expandiram-se (4,6%). As vendas externas somaram US\$ 9,310 bilhões, e as compras, US\$ 9,296 bilhões, proporcionando superávit de US\$ 14,5 bilhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações em 2014 decorreu principalmente do decréscimo nas vendas de alguns

segmentos, tais como (-5,4%), (-9,6%), (-36,5%), (-41,8%), (-13,2%) e (-11,5%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, destacaram-se (13,6%), (9,6%), (35,6%), (14,4%) e (16,9%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou, no ano de 2014, crescimento de 4,6% em relação a 2013. Todos os segmentos tiveram expansão, exceto (-16,8%). As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de (8,8%), (14,0%), (7,3%), (21,5%), (24,1%), (10,9%) e (2,0%). O comércio varejista ampliado que inclui os segmentos (-6,0%) e (-2,7%), registrou acréscimo em 2014 de 1,1%, em relação ao ano anterior.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), teve, no ano de 2014, variação de 6,25%, revelando-se superior aos 5,08% registrados em 2013. O índice foi impulsionado pelos grupos (8,42%), (6,49%), (8,68%), (3,68%), (7,85%), (7,14%) e (1,94%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em dezembro de 2014 fechou em 16,9% da população economicamente ativa. Entre os empregados por setor de atividade econômica, em termos relativos, o aumento da ocupação ocorreu em (3,3%) e (3,1%). Houve queda nos setores (-8,8%) e (-2,6%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve expansão para os ocupados (2,6%), (0,9%) e (2,4%). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados expandiu-se 2,5% no ano.

Nesse cenário, inicia-se a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes ao fechamento do ano de 2014.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em dezembro de 2014, acréscimo de 2,4% na comparação com o mesmo mês de 2013. Em 2014, o índice registrou crescimento de 5,4%.

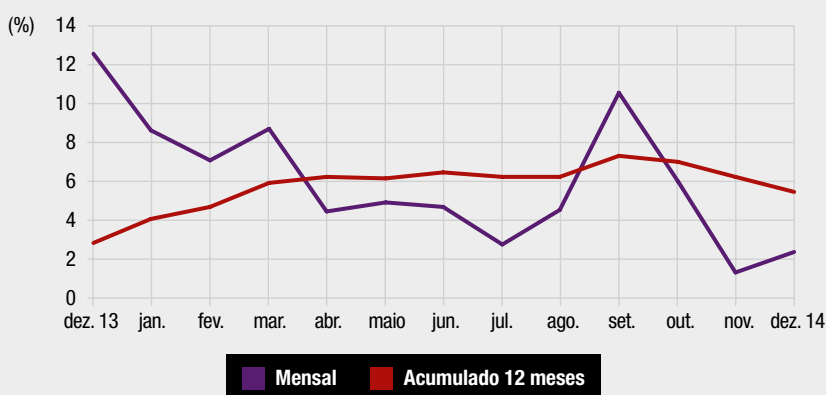


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

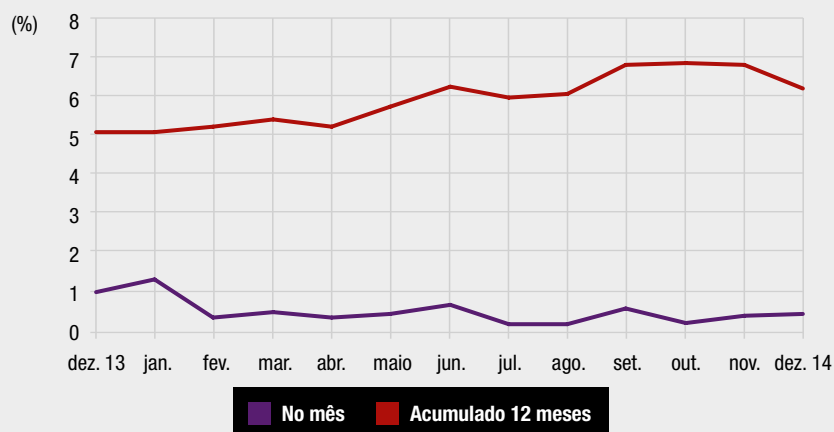


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apontou inflação de 0,49% em dezembro de 2014. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 165 exibiram alta nos preços, 135 não sofreram alterações e 75 apresentaram queda. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice destacam-se *Refeição a la carte* (3,30%), *Anti-inflamatório e antirreumático* (3,97%), *Pacote turístico* (3,18%), *Empregado doméstico* (2,02%) *Condomínio* (1,64%), *Cruzeiro marítimo* (4,80%), *Antigripal e anti-tussígeno* (10,67%), *Feijão mulatinho* (5,29%), *Feijão rajado* (4,73%) e *Batata inglesa* (14,37%). Em contrapartida, os produtos/serviços cujos preços exerceram as maiores pressões negativas foram *Gasolina* (0,92%), *Acessórios e peças de veículos* (2,47%), *Móvel para sala* (1,84%), *Acessórios fotográficos* (3,87%), *Produto para pele* (2,76%), *Frango congelado* (1,51%), *Forno de micro-ondas* (6,00%), *Calça comprida feminina* (1,56%), *Abacaxi* (23,26%) e *Leite em pó* (1,06%). No acumulado do ano, o índice apresentou variação positiva de 6,23%.

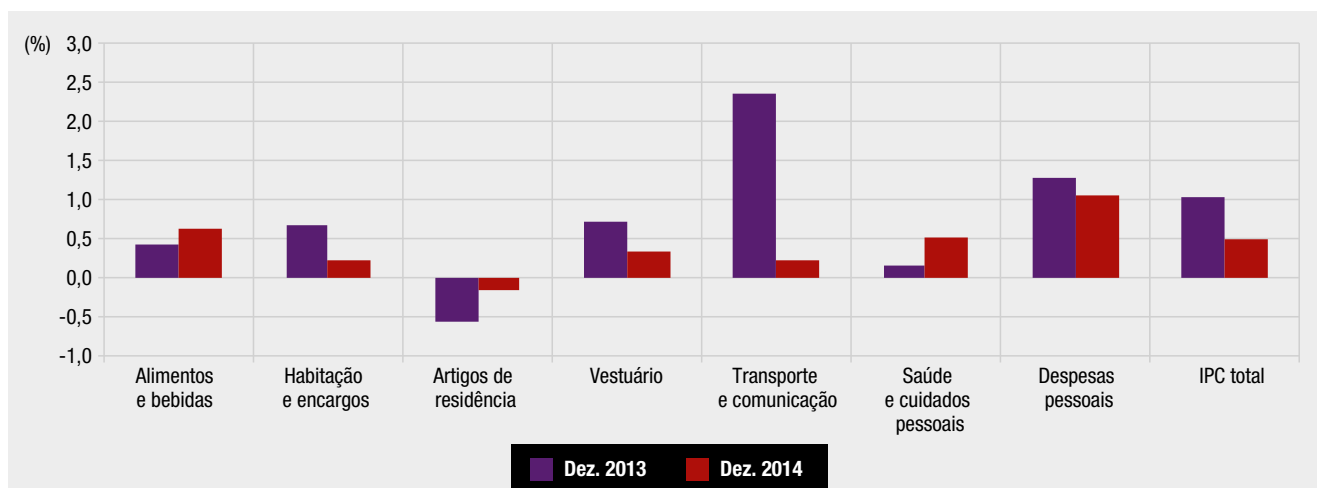


Gráfico 3

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Alimentos e bebidas (0,63%) e Despesas pessoais (1,06%) foram os grupos que exerceram as maiores influências para a inflação em Salvador no mês de dezembro. Os subgrupos que evidenciaram as maiores pressões nos preços no período foram Alimentação fora do domicílio e Recreação e fumo.

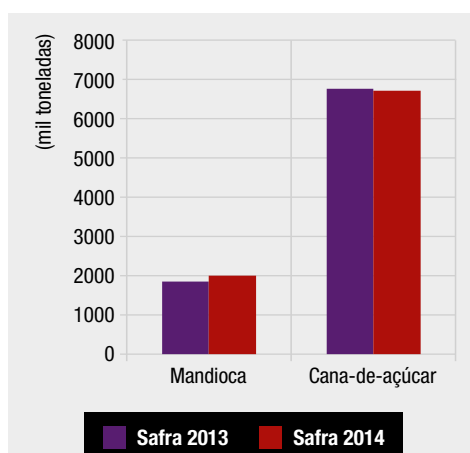


Gráfico 4

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em dezembro de 2014, a colheita de cana-de-açúcar, em andamento no estado, decresceu 0,7%, e a produção de mandioca aumentou 7,4%. O baixo desempenho da cultura de cana-de-açúcar foi oriundo do pequeno crescimento da área plantada (3,5%) e da área colhida (0,5%), culminando em retração de 1,2% no rendimento físico em relação à safra de 2013.

O LSPA apresentou estimativas de elevação da produção das culturas de milho, soja e algodão em relação à safra de 2013, com taxas de 38,1%, 15,9% e 25,8%, respectivamente. Em sentido oposto, há uma perspectiva de retração para a cultura de feijão (-01%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho cresceram 16,0% e 15,2%, respectivamente, resultando em uma previsão de rendimento de 19,9%. A soja indicou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (5,4%), com ampliação de 10,0% no rendimento médio. A cultura de algodão apontou acréscimo na área plantada (15,6%), na área colhida (15,8%) e no rendimento (8,7%). Para o feijão, estima-se ampliação na área cultivada (16,0%) e na área colhida (20,4%), com retração no rendimento médio (-17,0%).

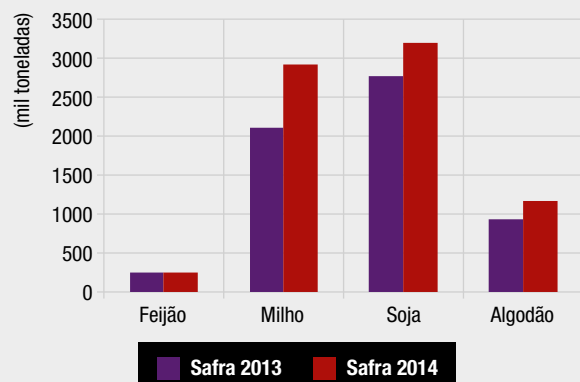


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

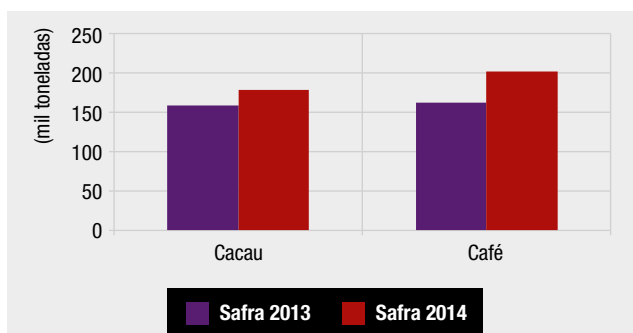


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram o mesmo comportamento em 2014. Em relação ao cacau, em fase de colheita, constatou-se acréscimo da produção de 13,3%. Projeta-se expansão na área plantada (3,2%) e na área colhida (2,7%), com previsão de rendimento médio de 10,4%. Já para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram crescimento na produção (24,2%) em 2014, com arrefecimento na área plantada (-4,6%) e aumento na área colhida (0,6%) e no rendimento médio (23,5%).

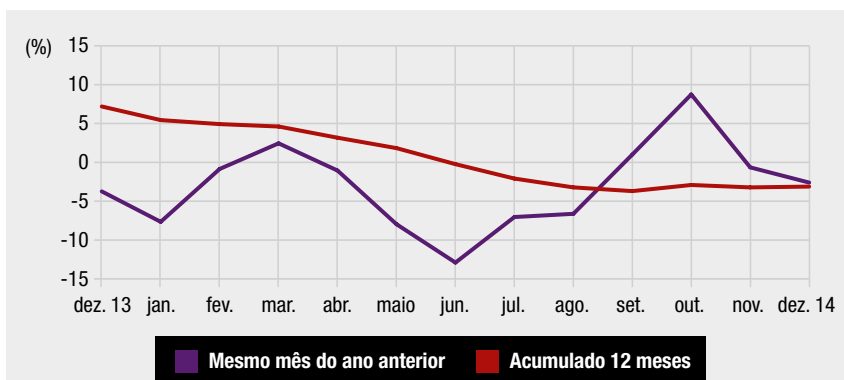


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE) referentes à indústria de transformação baiana apontaram, em dezembro de 2014, decréscimo de 2,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O resultado negativo é atribuído ao recuo, principalmente, dos segmentos de *Bebidas* (-2,2%) e *Metalurgia básica* (-21,6%). Outros segmentos que apresentaram resultados negativos foram *Equipamentos de informática* (-59,3%) e *Veículos automotores* (-11,8%). Em sentido oposto, as contribuições positivas vieram de *Produtos de borracha* (9,4%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (9,2%). No ano 2014, o indicador acumulou alta de 3,1%.

A análise da indústria geral em dezembro de 2014 indicou variação negativa de 7,9% – eliminando influências sazonais – na comparação com o mês de novembro do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pela redução da indústria de transformação e da extrativa mineral.

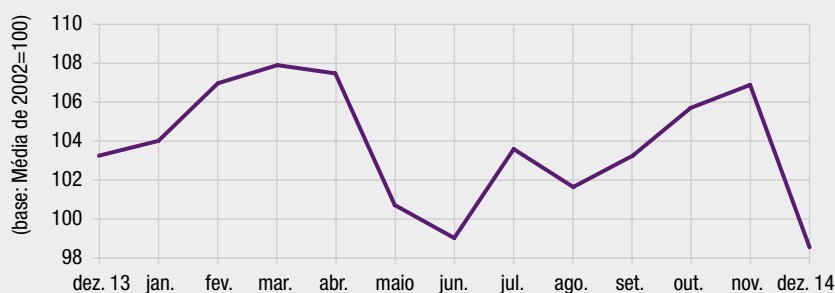


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 2,5% no nível de emprego no mês de dezembro de 2014, quando comparado ao mesmo mês de 2013. Os segmentos que exerceram pressões significativas para o resultado do indicador mensal foram *Calçados e couro* (-5,6%), *Máquinas e equipamentos* (-14,9%), *Produtos de metal* (-9,7%), *Têxtil* (-10,3%), *Vestuário* (-10,5%), *Metalurgia básica* (-3,1%) e *Borracha e plástico* (-1,5%). Entre os segmentos que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador, destacam-se *Minerais não metálicos* (4,7%), *Papel e gráfica* (4,0%), *Produtos químicos* (3,1%), *Fabricação de meios de transporte* (3,0%) e *Fumo* (18,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice teve variação negativa de 1,7%.

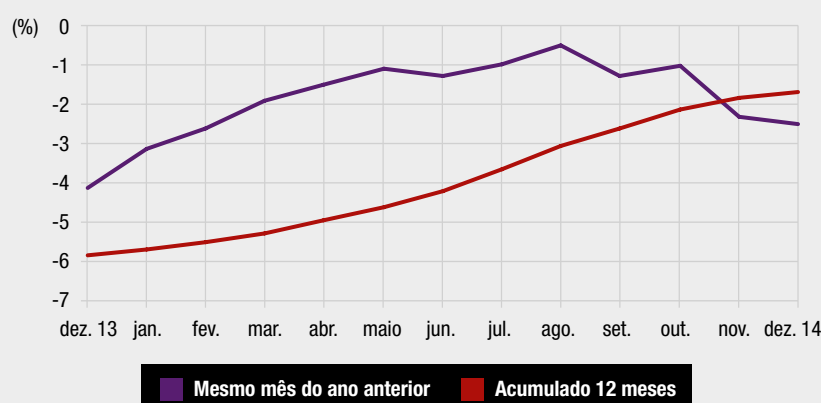


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

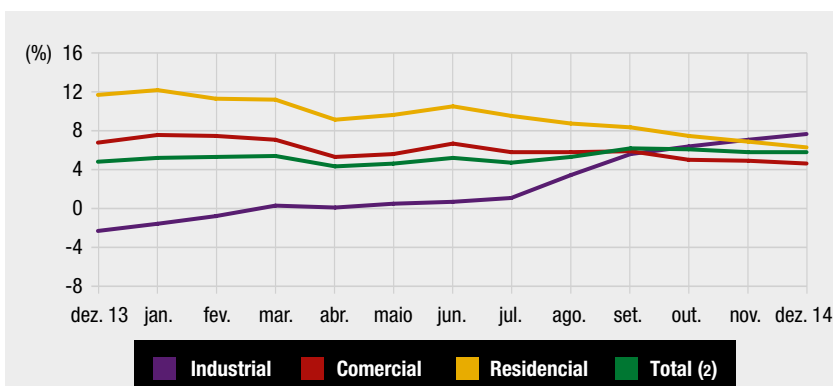


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2014, crescimento de 7,0% em relação ao mesmo mês de 2013, totalizando 1,858 GWh (gigawatt/hora). Em 2014, entre as classes *industrial, residencial e comercial*, notou-se consumo de 8,306 MWh, 6,513 MWh e 3,157 MWh, respectivamente, representando, para o consumo da classe *industrial*, ampliação de 7,6%; *residencial*, acréscimo de 6,2%; e *comercial*, aumento de 4,6%.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), no mês de dezembro de 2014, o comércio varejista baiano teve crescimento das vendas de 0,7%, considerando igual mês do ano anterior. O comportamento em todos os meses do ano resultou em uma taxa acumulada de 4,6%. Na mesma análise, o segmento *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* apontou ampliação de 16,7% no ano.

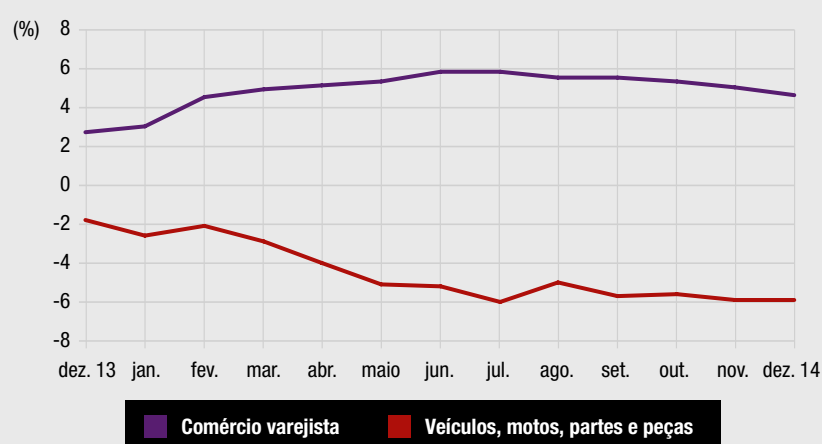


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

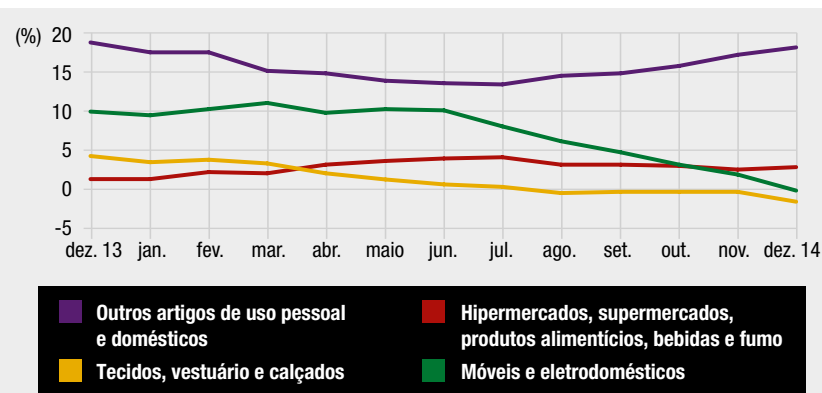
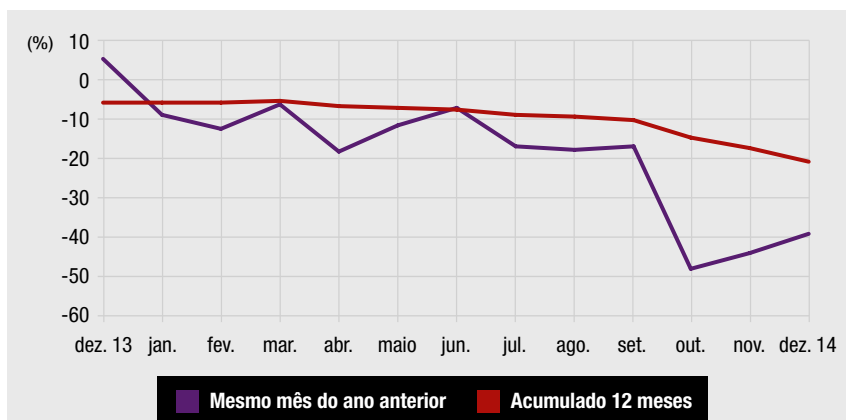


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado de 2014, os segmentos de maior destaque na variação positiva do comércio varejista foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (18,1%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (16,7%); *Combustíveis e lubrificantes* (7,3%); *Hipermercados* (2,8%); e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (4,9%). Os segmentos *Equipamentos e materiais para escritório* (-15,1%); *Tecidos, vestuário e calçados* (-1,6%); e *Móveis e eletrodomésticos* (-0,2%) mostraram arrefecimento.



Segundo o Bacen, em dezembro de 2014, foram emitidos 113,2 mil cheques sem fundos na Bahia, o que representou uma queda de 39% em comparação com o mesmo mês de 2013. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 20,8%.

Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em dezembro de 2014, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia teve expansão de 3,3%, ante os 3,7% em dezembro de 2013, seguindo uma trajetória média em torno de 3,6% ao longo do ano.

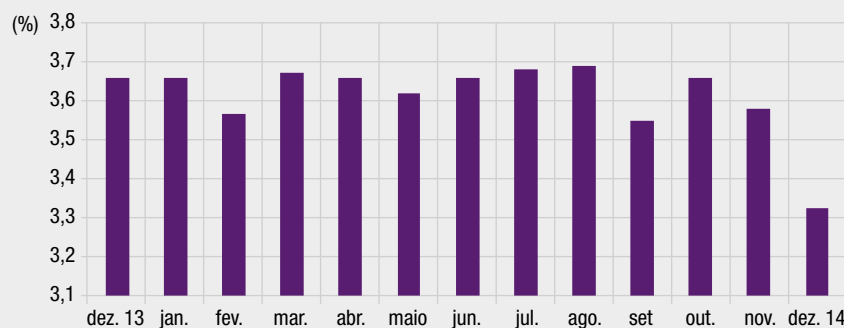


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

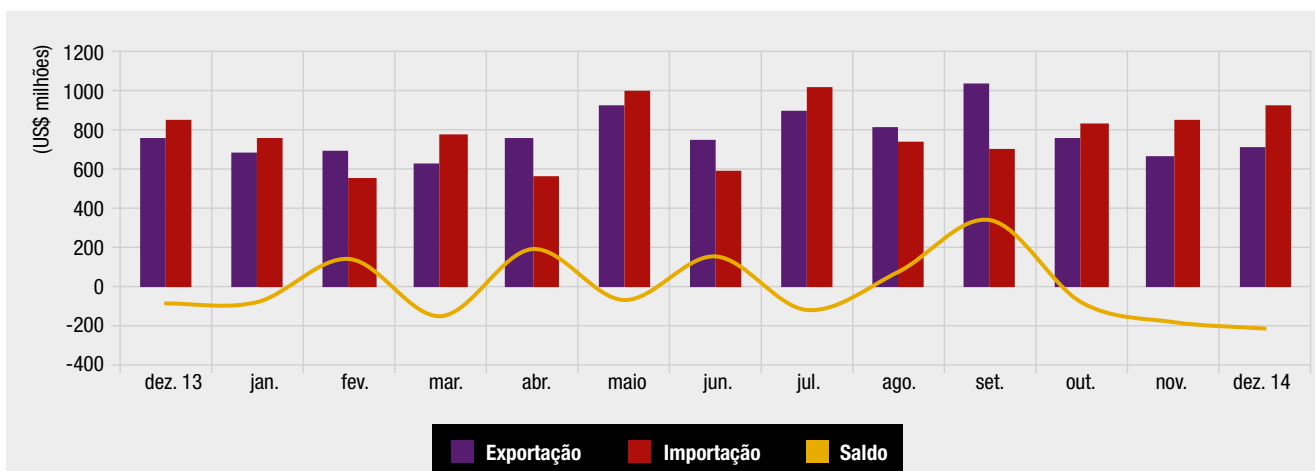


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em dezembro de 2014, as exportações baianas somaram US\$ 712 milhões, e as importações, US\$ 927 milhões, resultando em um déficit de US\$ 215 milhões. Confrontando dezembro de 2014 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram retração, com variação de 6,3%, e as importações registraram crescimento de 9,1%.

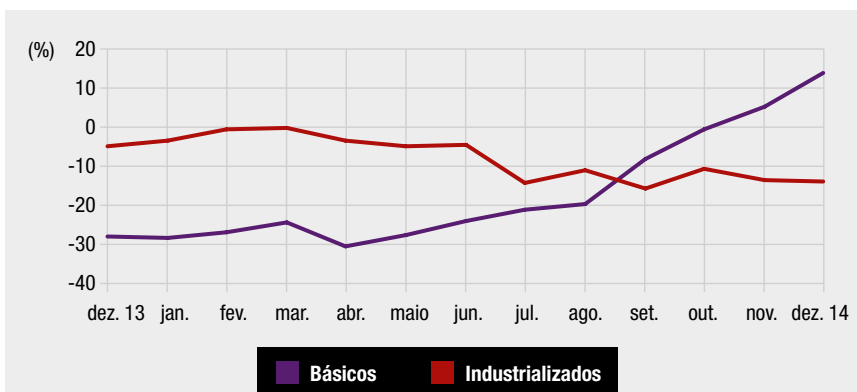


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre dezembro de 2014 e dezembro de 2013, exibiram aumento nas vendas de produtos básicos (112,9%) e arrefecimento nos produtos industrializados (-19,5%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram crescimento de 13,9% e queda de 13,5%, respectivamente.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado cresceu 34,5% em dezembro de 2014, na comparação com o mesmo mês de 2013, acumulando, em 12 meses, expansão real de 5,0%, ou seja, 4,5 p.p. abaixo do registrado no mesmo período de 2013.

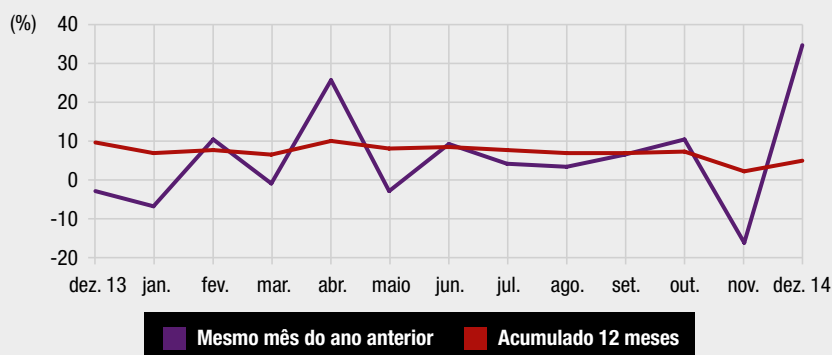


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia em dezembro de 2014 apresentou retração de 20.749 postos de trabalho. Esse resultado emanou da redução de postos em todos os setores de atividade econômica: *Construção civil* (-7.914), *Serviços* (-5.400), *Agropecuária* (-4.314) e *Indústria de transformação* (-2.984). Em 2014, ocorreu a criação de 22.008 postos de trabalho, o que correspondeu a um acréscimo de 1,2% em relação ao estoque anterior.

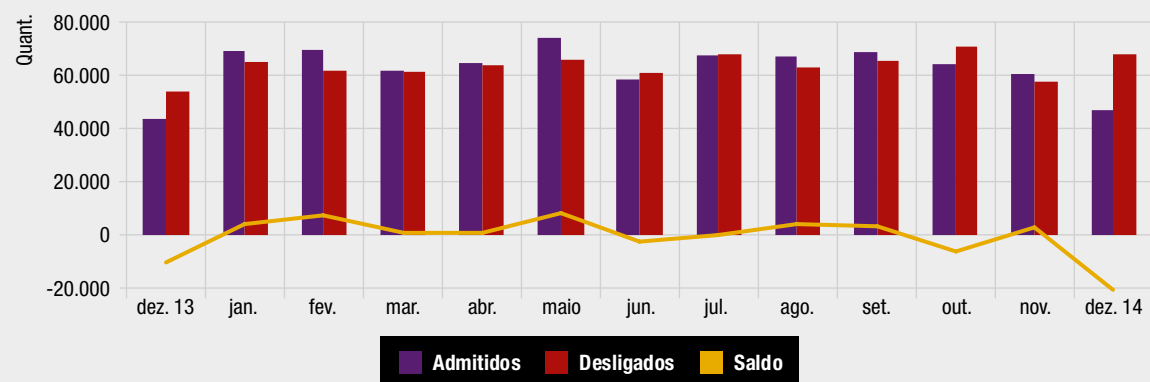


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

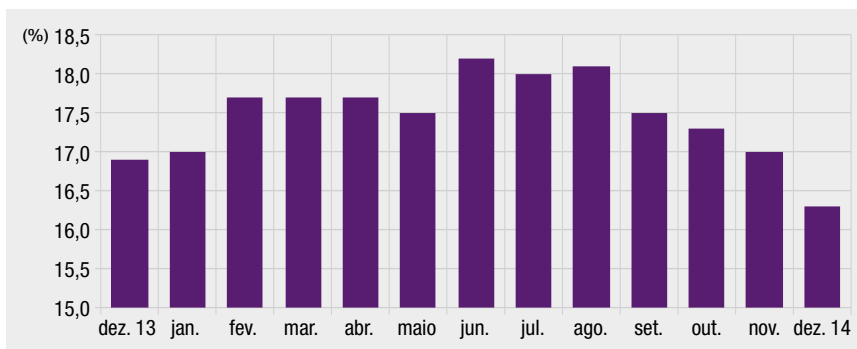


Gráfico 19
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), em dezembro de 2014, 305 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 16,3% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com novembro de 2014, houve acréscimo de 1,4%, e com relação a dezembro de 2013, crescimento de 4,0%. Tomando-se o total de ocupados, ocorreu aumento de 1,0% na comparação entre dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2013. Entre os ocupados por setor de atividade econômica, em termos relativos, houve retração em *Construção* (-2,6%) e *Indústria de transformação* (-8,8%). Destaque positivo para *Serviços* (3,1%) e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (3,3%).

O rendimento médio real dos ocupados no mês de dezembro de 2014 (R\$ 1.285,00), em comparação com o mês de novembro do mesmo ano (R\$ 1.275,00), apresentou acréscimo de 0,8%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS). Já em relação ao mesmo mês do ano anterior, manteve-se praticamente estável.

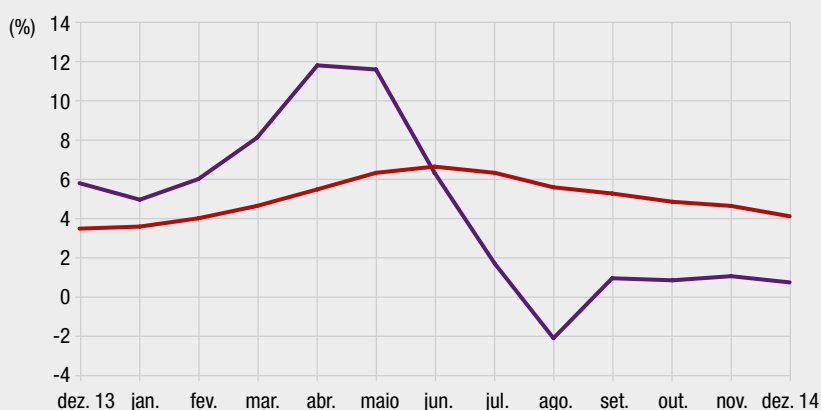


Gráfico 20
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS
Bahia – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)¹ – Salvador – dez. 2014

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)	Índice acumulado	
	dez. 2013	dez. 2014	No ano (2)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,42	0,63	6,49	173,17	424,02
Habitação e encargos	0,66	0,22	8,68	149,69	1026,41
Artigos de residência	-0,56	-0,15	7,14	101,12	232,73
Vestuário	0,71	0,33	1,94	114,25	204,81
Transporte e comunicação	2,36	0,22	3,69	120,10	861,17
Saúde e cuidados pessoais	0,16	0,52	7,85	155,26	520,39
Despesas pessoais	1,27	1,06	8,42	166,20	655,60
Geral	1,03	0,49	6,25	144,34	485,25

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – dez. 2014

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)	Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	
Aracaju	245,7	1,65	13,34	36,89
Belém	307,63	1,77	3,81	46,19
Belo Horizonte	316,06	2,10	1,22	47,45
Brasília	329,66	2,68	13,79	49,49
Curitiba	315,84	-1,07	4,82	47,42
Florianópolis	353,10	1,87	10,58	53,01
Fortaleza	280,39	-0,07	2,53	42,10
Goiânia	301,21	1,83	9,66	45,22
João Pessoa	372,02	2,65	5,10	40,84
Manaus	320,70	2,98	4,22	48,15
Natal	268,71	3,78	-1,70	40,34
Porto Alegre	348,56	1,73	5,89	52,33
Recife	286,39	4,35	4,26	43,00
Salvador	267,82	4,73	1,01	40,21
São Paulo	354,19	1,79	8,24	53,18
Rio de Janeiro	338,03	3,72	7,13	50,75
Vitória	333,15	3,66	0,55	50,02

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	104.841	140.845	34,3	7.576	7.315	-3,4
Algodão herbáceo	924.981	1.163.996	25,8	295.535	341.690	15,6
Alho	6.740	6.937	2,9	640	613	-4,2
Amendoim	3.747	3.951	5,4	3.386	3.719	9,8
Arroz total	16.027	10.210	-36,3	10.658	9.271	-13,0
Batata-inglesa	81.250	105.940	30,4	2.094	2.506	19,7
Cana-de-açúcar	6.753.539	6.706.024	-0,7	124.474	128.802	3,5
Cebola	112.858	323.120	186,3	4.958	9.273	87,0
Feijão total	248.005	247.633	-0,1	460.239	534.058	16,0
Feijão 1ª safra	39.987	94.806	137,1	202.255	265.571	31,3
Feijão 2ª safra	208.018	152.827	-26,5	257.984	268.487	4,1
Fumo	3.203	3.532	10,3	3.341	3.589	7,4
Mamona	9.645	33.566	248,0	75.979	91.039	19,8
Mandioca	1.851.524	1.988.586	7,4	183.368	295.722	61,3
Milho total	2.114.626	2.919.923	38,1	678.182	826.260	21,8
Milho 1ª safra	1.422.086	2.479.794	74,4	379.221	553.490	46,0
Milho 2ª safra	692.540	440.129	-36,4	298.961	272.770	-8,8
Soja	2.765.533	3.206.364	15,9	1.211.267	1.276.369	5,4
Sorgo granífero	47.369	68.530	44,7	99.445	90.732	-8,8
Tomate	204.792	306.011	49,4	4.223	6.976	65,2
Pernamentes						
Banana (4)	1.113.304	1.088.647	-2,2	76.856	77.078	0,3
Cacau	158.109	179.179	13,3	550.712	568.271	3,2
Café total	162.464	201.715	24,2	179.316	171.142	-4,6
Café arábica	111.026	123.901	11,6	138.115	128.762	-6,8
Café cenephora	51.438	77.814	51,3	41.201	42.380	2,9
Castanha-de-cajú	4.269	5.279	23,7	23.257	25.994	11,8
Coco-da-baía (3)	566.214	552.836	-2,4	82.083	79.976	-2,6
Guaraná	2.672	2.691	0,7	6.922	6.972	0,7
Laranja (4)	994.841	1.025.027	3,0	72.926	71.816	-1,5
Pimenta-do-reino	4.049	4.467	10,3	1.907	1.972	3,4
Sisal	143.122	132.078	-7,7	255.074	210.061	-17,6
Uva	52.808	77.504	46,8	2.395	2.864	19,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2014 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.280	5.620	6,4	19.856	25.061	26,2
Algodão herbáceo	294.471	341.060	15,8	3.141	3.413	8,7
Alho	640	613	-4,2	10.531	11.316	7,5
Amendoim	3.364	3.719	10,6	1.114	1.062	-4,6
Arroz total	10.658	9.271	-13,0	1.504	1.101	-26,8
Batata-inglesa	2.094	2.506	19,7	38.801	42.275	9,0
Cana-de-açúcar	117.545	118.088	0,5	57.455	56.788	-1,2
Cebola	4.958	9.273	87,0	22.763	34.845	53,1
Feijão total	374.240	450.473	20,4	663	550	-17,0
Feijão 1ª safra	142.269	204.891	44,0	281	463	64,6
Feijão 2ª safra	231.971	245.582	5,9	897	622	-30,6
Fumo	3.243	3.589	10,7	988	984	-0,4
Mamona	30.280	50.460	66,6	319	665	108,8
Mandioca	177.966	176.585	-0,8	10.404	11.261	8,2
Milho total	570.569	657.171	15,2	3.706	4.443	19,9
Milho 1ª safra	290.665	409.581	40,9	4.893	6.054	23,7
Milho 2ª safra	279.904	247.590	-11,5	2.474	1.778	-28,2
Soja	1.211.267	1.276.369	5,4	2.283	2.512	10,0
Sorgo granífero	93.052	82.548	-11,3	509	830	63,1
Tomate	4.223	6.976	65,2	48.494	43.866	-9,5
Pernamentes						
Banana (4)	73.797	71.704	-2,8	15.086	15.183	0,6
Cacau	533.249	547.422	2,7	297	327	10,4
Café total	160.110	161.006	0,6	1.015	1.253	23,5
Café arábica	124.573	124.736	0,1	891	993	11,5
Café cenephora	35.537	36.270	2,1	1.447	2.145	48,2
Castanha-de-cajú	22.959	22.690	-1,2	186	233	25,1
Coco-da-baía (3)	75.322	73.697	-2,2	7.517	7.501	-0,2
Guaraná	6.669	6.719	0,7	401	401	0,0
Laranja (4)	63.202	62.240	-1,5	15.741	16.469	4,6
Pimenta-do-reino	1.762	1.826	3,6	2.298	2.446	6,5
Sisal	168.775	150.206	-11,0	848	879	3,7
Uva	2.357	2.862	21,4	22.405	27.080	20,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2014 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – dez. 2014

	(%)	
Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)
Indústria Geral	-2,5	-2,8
Indústrias extrativas	-1,5	1,4
Indústrias de transformação	-2,6	-3,1
Produtos alimentícios	9,3	1,0
Bebidas	-2,2	-1,1
Couros, artigos para viagem e calçados	9,2	-2,1
Celulose, papel e produtos de papel	1,3	-0,4
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,0	2,5
Outros produtos químicos	1,2	7,2
Produtos de borracha e de material plástico	9,4	0,4
Produtos de minerais não-metálicos	-5,6	-4,1
Metalurgia	-21,6	-9,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-59,3	-44,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-11,8	-22,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

	(%)	
Períodos	Mensal (1)	Ano (2)
Dezembro 2013	-3,7	7,2
Janeiro	-7,7	-7,7
Fevereiro	-0,9	-4,5
Março	2,4	-2,2
Abril	-1,1	-1,9
Maio	-8,0	-3,2
Junho	-12,9	-4,9
Julho	-7,0	-5,2
Agosto	-6,6	-5,4
Setembro	1	-4,7
Outubro	8,7	-3,4
Novembro	-0,6	-3,1
Dezembro 2014	-2,6	-3,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – dez. 2014

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)
Residencial	-2,1	5,8	6,2
Industrial (1)	-1,0	7,3	7,6
Comercial	-0,2	6,3	4,6
Rural/Irrigação	-17,2	20,5	2,9
Utilidades Públicas (2)	-0,6	3,3	2,6
Setor Público	5,5	7,1	1,7
Concessionária	-5,2	0,5	1,6
Total	-2,0	7,0	5,8

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – dez. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)
Comércio Varejista	0,7	4,6
Combustíveis e lubrificantes	3,8	7,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,1	2,8
Hipermercados e supermercados	2,9	3,3
Tecidos, vestuário e calçados	-5,8	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	-10,3	-0,2
Móveis	-6,6	-2,1
Eletrodomésticos	-11,9	1,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,9	16,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-21,8	4,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,6	-15,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,7	18,1
Comércio Varejista Ampliado	-1,4	1,1
Veículos, Motos, Partes e Peças	-6,3	-5,9
Material de construção	-4,4	-2,7

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – dez. 2013-dez. 2014

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)	
	No mês (1)	Mensal (2)	Ano (3)	Mensal (2)	Ano (3)
Dezembro 2013	12,8	3,8	-9,8	10,4	-2,4
Janeiro	-5,8	-11,8	-11,8	-2,8	-2,8
Fevereiro	-10,7	-1,4	-7,2	9,3	2,6
Março	2,0	-6,2	-6,9	-0,4	1,6
Abril	-0,9	-16,6	-9,4	-8,0	-1,0
Mai	0,7	-11,1	-9,8	-1,1	-1,0
Junho	-2,5	-4,5	-9,0	2,9	-0,4
Julho	4,0	-15,3	-9,9	-6,6	-1,3
Agosto	-7,8	-14,8	-10,5	-6,8	-2,0
Setembro	1,5	-10,8	-10,6	-0,2	-1,8
Outubro	-21,8	-36,9	-13,3	-29,4	-4,9
Novembro	-15,3	-39,3	-15,5	-33,3	-7,4
Dezembro 2014	18,2	-36,4	-17,4	-27,9	-9,3

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-dez. 2013/2014

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2013	2014			
Químicos e Petroquímicos	1.562.786	1.775.564	13,62	19,07	-4,69
Papel e Celulose	1.686.912	1.596.480	-5,36	17,15	-7,52
Petróleo e Derivados	1.515.787	1.369.842	-9,63	14,71	-2,74
Soja e Derivados	1.217.422	1.334.678	9,63	14,34	-3,67
Metalúrgicos	973.002	617.436	-36,54	6,63	-3,99
Automotivo	734.239	427.204	-41,82	4,59	-6,25
Algodão e Seus Subprodutos	313.623	425.329	35,62	4,57	-6,77
Metais Preciosos	349.850	303.646	-13,21	3,26	-23,51
Borracha e Suas Obras	275.893	244.138	-11,51	2,62	0,13
Cacau e Derivados	181.613	207.817	14,43	2,23	9,89
Couros e Peles	131.726	153.991	16,90	1,65	23,17
Frutas e Suas Preparações	147.497	144.760	-1,86	1,55	-3,12
Café e Especiarias	99.080	143.749	45,08	1,54	17,75
Sisal e Derivados	74.788	111.006	48,43	1,19	25,62
Minerais	60.733	96.929	59,60	1,04	2,52
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	63.943	65.683	2,72	0,71	35,54
Calçados e Suas Partes	71.905	54.328	-24,44	0,58	12,57
Fumo e Derivados	25.363	35.262	39,03	0,38	-13,39
Milho e Derivados	40.616	11.727	-71,13	0,13	-14,16
Carne e Miudezas de Aves	20.662	10.082	-51,21	0,11	17,55
Embarcações e Estruturas Flutuantes	380.462	6	-100,00	0,00	23,40
Demais Segmentos	163.757	180.085	9,97	1,93	-12,43
Total	10.091.660	9.309.740	-7,75	100,00	-11,08

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 02/12/2014.

Elaboração: SEI.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-dez. 2013/2014

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2013	2014		2013	2014		
China	2.155.387	2.352.755	9,16	1.850.943	1.736.393	-6,19	18,65
Estados Unidos	869.536	851.884	-2,03	1.093.480	1.068.314	-2,30	11,48
Argentina	674.208	260.492	-61,36	1.357.841	861.422	-36,56	9,25
Países Baixos (Holanda)	1.591.132	1.158.329	-27,20	1.432.457	802.057	-44,01	8,62
Antilhas Holandesas	1.254.457	1.247.140	-0,58	758.822	716.529	-5,57	7,70
Alemanha	558.065	871.075	56,09	416.062	489.073	17,55	5,25
México	138.756	205.388	48,02	266.328	294.286	10,50	3,16
França	273.239	462.315	69,20	161.026	240.572	49,40	2,58
Coreia do Sul	117.374	142.439	21,35	158.025	233.617	47,84	2,51
Cingapura	131.395	379.790	189,04	91.948	233.071	153,48	2,50
Bélgica	396.333	403.226	1,74	234.539	229.133	-2,31	2,46
Colômbia	112.803	121.636	7,83	225.832	222.884	-1,31	2,39
Japão	144.138	182.154	26,37	119.302	166.689	39,72	1,79
Itália	211.290	227.424	7,64	179.864	153.078	-14,89	1,64
Indonésia	61.310	62.065	1,23	118.000	136.173	15,40	1,46
Espanha	278.638	168.120	-39,66	188.805	128.207	-32,10	1,38
Canadá	7.238	8.060	11,36	149.583	127.812	-14,55	1,37
Chile	45.701	52.673	15,26	95.269	102.173	7,25	1,10
Romênia	31.211	169.091	441,76	15.661	82.577	427,29	0,89
Taiwan (Formosa)	126.152	120.347	-4,60	86.062	78.861	-8,37	0,85
Finlândia	54.671	56.545	3,43	56.712	75.820	33,69	0,81
Hong Kong	50.782	85.699	68,76	57.808	71.452	23,60	0,77
Uruguai	57.221	59.643	4,23	67.172	70.439	4,86	0,76
Venezuela	18.961	18.091	-4,59	73.500	65.458	-10,94	0,70
Suíça	7.419	1.080	-85,44	100.733	62.699	-37,76	0,67
Reino Unido	61.824	82.049	32,71	53.764	61.402	14,21	0,66
Vietnã	12.435	30.024	141,44	24.822	56.151	126,21	0,60
Índia	12.885	35.995	179,35	32.488	54.224	66,90	0,58
Emirados Árabes Unidos	2.032	19.104	840,24	15.529	47.862	208,22	0,51
Tailândia	12.169	24.194	98,82	29.926	41.670	39,24	0,45
Demais países	541.428	526.760	-2,71	579.358	599.642	3,50	6,44
Total	10.010.192	10.385.587	3,75	10.091.660	9.309.740	-7,75	100,00

Fonte: MDIC/SECEX.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013 - dez. 2014

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Maiο	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Setembro	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
Outubro	1.881	125,7	1.559	141,9	322	80,9	1.264	131,9	59,8	17,1	3.593
Novembro	1.877	125,4	1.560	141,9	317	79,6	1.272	132,8	59,6	16,9	3.597
Dezembro	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Maiο	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Junho	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
Julho	1.868	124,8	1.532	139,4	336	84,4	1.320	137,8	58,6	18,0	3.629
Agosto	1.848	123,4	1.513	137,7	335	84,2	1.344	140,3	57,9	18,1	3.633
Setembro	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
Outubro	1.863	124,4	1.541	140,2	322	80,9	1.338	139,7	58,2	17,3	3.641
Novembro	1.882	125,7	1.562	142,1	320	80,4	1.324	138,2	58,7	17,0	3.645
Dezembro	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
Variação mensal (%)											
Dez. 2014/nov. 2014	-0,7		0,1		-4,7		1,4		-0,9		-4,1
Variação no ano (%)											
Dez. 2014/dez. 2013	0,3		1,0		-3,2		4,0		-1,5		-3,6
Variação anual (%)											
Dez. 2014/dez. 2013	0,3		1,0		-3,2		4,0		-1,5		-3,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(1)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(1)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(1)
Maio	19,7	14,6	5,0	3,9	(1)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(1)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(1)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(1)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Setembro	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)	16,6	12,0	4,6	22,2	15,9	6,3
Outubro	17,1	12,5	4,6	3,6	(1)	16,4	11,8	4,6	20,0	15,2	(1)
Novembro	16,9	12,5	4,4	3,5	(1)	16,0	11,8	4,2	20,4	15,1	5,3
Dezembro	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)	16,0	11,6	4,4	20,2	15,3	(1)
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(1)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(1)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(1)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(1)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(1)
Junho	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)	17,1	12,4	4,7	22,2	16,9	5,3
Julho	18,0	13,3	4,7	4,0	(1)	16,8	12,4	4,4	22,8	16,8	6,0
Agosto	18,1	13,2	4,9	4,2	(1)	16,9	12,3	4,6	22,4	16,3	6,2
Setembro	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)	16,4	12,0	4,4	21,4	15,6	5,8
Outubro	17,3	12,6	4,7	3,9	(1)	16,4	11,8	4,6	20,5	15,3	5,2
Novembro	17,0	12,2	4,8	4,0	(1)	16,1	11,4	4,6	20,4	15,1	5,2
Dezembro	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)	15,3	10,6	4,7	19,7	13,7	6,0
Variação mensal											
Dez. 2014/nov. 2014	-4,1	-7,4	4,2	7,5	0,0	-5,0	-7,0	2,2	-3,4	-9,3	15,4
Variação no ano											
Dez. 2014/dez. 2013	-3,6	-8,9	11,1	16,2	0,0	-4,4	-8,6	6,8	-2,5	-10,5	-700,0
Variação anual											
Dez. 2014/dez. 2013	-3,6	-8,9	11,1	16,2	0,0	-4,4	-8,6	6,8	-2,5	-10,5	-700,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										(%)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	6,0	5,9	8,2	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	6,3	6,0	7,5	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	5,9	6,0	7,5	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	5,9	5,8	7,9	18,2	13,5	7,9
Maio	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	5,9	5,4	8,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	6,7	5,5	8,4	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	6,6	5,9	8,2	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	6,4	5,7	8,2	18,4	13,1	8,5
Setembro	100,0	8,3	9,4	19,5	60,1	6,0	5,6	8,5	18,4	13,2	7,9
Outubro	100,0	8,7	9,5	19,9	59,2	6,0	5,0	8,4	17,7	13,4	8,0
Novembro	100,0	8,6	9,6	20,1	59,2	5,7	5,4	8,4	18,5	12,7	7,9
Dezembro	100,0	8,8	10,1	19,4	59,2	5,9	5,3	8,1	18,7	12,4	8,0
Janeiro 2014	100,0	8,5	10,0	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maio	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1
Junho	100,0	8,7	10,1	19,4	59,4	5,2	5,8	8,7	18,3	13,0	7,7
Julho	100,0	8,6	9,9	19,3	59,7	5,5	5,8	9,0	18,0	12,8	8,0
Agosto	100,0	8,7	9,7	18,3	60,7	5,7	5,9	9,1	18,1	12,9	8,4
Setembro	100,0	7,9	9,8	18,3	61,7	5,8	5,5	9,3	18,7	13,2	8,6
Outubro	100,0	7,5	9,8	18,8	61,5	6,1	5,3	9,6	18,5	13,3	8,1
Novembro	100,0	7,4	9,8	19,8	60,8	6,1	5,3	9,4	18,5	13,0	7,9
Dezembro	100,0	7,9	9,7	19,9	60,4	6,2	5,3	9,5	17,8	12,9	8,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maio	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5
Setembro	67,2	49,3	8,3	9,5	20,7	19,1	1,6	2,8	7,9	1,4
Outubro	67,6	50,4	7,9	9,3	20,6	19,2	1,4	2,5	8,0	1,3
Novembro	67,5	50,3	7,7	9,5	20,3	19,1	(3)	2,6	7,9	1,7
Dezembro	68,5	51,3	7,2	10,0	19,1	17,8	(3)	2,7	8,0	1,7
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maio	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0
Junho	69,2	52,3	7,3	9,6	18,3	16,8	1,5	2,8	7,7	2,0
Julho	68,6	51,8	7,5	9,4	18,9	17,2	1,6	2,5	8,0	2,0
Agosto	68,1	51,2	7,5	9,3	19,1	17,4	1,8	2,6	8,4	1,8
Setembro	67,9	50,8	7,1	9,9	19,3	17,6	1,7	2,5	8,6	1,7
Outubro	68,5	51,5	7,0	10,0	19,4	17,9	1,5	2,6	8,1	1,4
Novembro	69,1	51,5	7,3	10,3	18,9	17,4	1,5	2,7	7,9	1,4
Dezembro	68,7	52,2	7,2	9,3	18,9	17,3	1,6	2,8	8,1	1,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2013	1.246	97,9	1.354	96,2	935	108,5
Fevereiro	1.236	97,1	1.346	95,6	935	108,5
Março	1.226	96,4	1.341	95,3	894	103,8
Abril	1.218	95,7	1.339	95,1	906	105,1
Maio	1.222	96,0	1.341	95,2	951	110,4
Junho	1.267	99,5	1.391	98,8	996	115,7
Julho	1.289	101,3	1.413	100,3	993	115,3
Agosto	1.295	101,7	1.408	100,0	1.008	117,0
Setembro	1.258	98,8	1.370	97,3	989	114,8
Outubro	1.282	100,7	1.371	97,4	1.045	121,3
Novembro	1.294	101,6	1.380	98,0	1.017	118,1
Dezembro	1.320	103,7	1.405	99,8	1.059	123,0
Janeiro 2014	1.291	101,4	1.380	98,0	1.011	117,4
Fevereiro	1.271	99,8	1.373	97,5	1.009	117,1
Março	1.274	100,1	1.367	97,1	987	114,6
Abril	1.283	100,8	1.385	98,3	986	114,4
Maio	1.292	101,5	1.388	98,6	968	112,3
Junho	1.290	101,4	1.398	99,3	970	112,6
Julho	1.282	100,7	1.378	97,8	1.018	118,1
Agosto	1.283	100,8	1.382	98,1	1.030	119,6
Setembro	1.293	101,6	1.392	98,9	1.021	118,5
Outubro	1.311	103,0	1.416	100,6	996	115,6
Novembro	1.310	102,9	1.414	100,5	1.001	116,2
Dezembro	1.321	103,8	1.415	100,5	1.058	122,8
Variação mensal (%)						
Dez. 2014/nov. 2014		0,8		0,1		5,7
Variação no ano (%)						
Dez. 2014/dez. 2013		0,1		0,8		-0,1
Variação anual (%)						
Dez. 2014/dez. 2013		0,1		0,8		-0,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014 (R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2013	1.246	(3)	824	911	1.244	3.039
Fevereiro	1.236	(3)	804	911	1.246	3.052
Março	1.226	(3)	785	918	1.233	2.993
Abril	1.218	(3)	778	912	1.236	2.848
Maio	1.222	(3)	815	916	1.236	2.763
Junho	1.267	(3)	842	932	1.265	2.801
Julho	1.289	(3)	867	944	1.286	2.903
Agosto	1.295	(3)	852	954	1.282	3.006
Setembro	1.258	707	859	954	1.261	2.862
Outubro	1.282	(3)	881	953	1.263	2.898
Novembro	1.294	(3)	890	980	1.271	2.922
Dezembro	1.320	(3)	883	966	1.289	3.144
Janeiro 2014	1.291	(3)	860	947	1.261	3.167
Fevereiro	1.271	(3)	872	917	1.240	3.110
Março	1.274	(3)	877	915	1.238	3.020
Abril	1.283	(3)	866	941	1.235	3.016
Maio	1.292	(3)	857	959	1.245	2.838
Junho	1.290	660	849	969	1.233	2.915
Julho	1.282	(3)	868	974	1.230	2.877
Agosto	1.283	(3)	870	977	1.238	2.952
Setembro	1.293	(3)	858	967	1.280	2.893
Outubro	1.311	(3)	833	965	1.301	2.929
Novembro	1.310	(3)	844	945	1.299	3.051
Dezembro	1.321	(3)	874	954	1.268	3.155
Variação mensal (%)						
Dez. 2014/nov. 2014	0,8	0,0	3,5	0,9	-2,4	3,4
Variação no ano (%)						
Dez. 2014/dez. 2013	0,1	0,0	-1,0	-1,3	-1,6	0,4
Variação anual (%)						
Dez. 2014/dez. 2013	0,1	0,0	-1,0	-1,3	-1,6	0,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2013	1.354	1.221	1.657	999	1.197	1.288	767	2.262
Fevereiro	1.346	1.208	1.623	1.020	1.175	1.273	786	2.379
Março	1.341	1.198	1.615	1.020	1.170	1.264	773	2.407
Abril	1.339	1.197	1.583	1.054	1.160	1.265	760	2.389
Mai	1.341	1.194	1.464	1.021	1.188	1.263	741	2.380
Junho	1.391	1.231	1.491	1.023	1.201	1.302	784	2.478
Julho	1.413	1.242	1.607	991	1.204	1.307	845	2.499
Agosto	1.408	1.243	1.675	1.036	1.183	1.313	823	2.512
Setembro	1.370	1.227	1.670	1.033	1.175	1.297	774	2.367
Outubro	1.371	1.231	1.650	1.053	1.181	1.313	712	2.344
Novembro	1.380	1.237	1.553	1.047	1.200	1.312	709	2.347
Dezembro	1.405	1.247	1.542	1.079	1.203	1.315	803	2.490
Janeiro 2014	1.380	1.222	1.487	1.048	1.191	1.286	830	2.510
Fevereiro	1.373	1.219	1.522	1.019	1.200	1.285	828	2.495
Março	1.367	1.213	1.518	993	1.203	1.281	786	2.442
Abril	1.385	1.232	1.628	1.016	1.201	1.289	819	2.493
Mai	1.388	1.250	1.742	1.023	1.201	1.310	834	2.417
Junho	1.398	1.251	1.737	1.047	1.201	1.318	798	2.504
Julho	1.378	1.241	1.609	1.055	1.213	1.312	776	2.368
Agosto	1.382	1.228	1.535	1.078	1.198	1.294	771	2.398
Setembro	1.392	1.217	1.624	1.048	1.186	1.284	742	2.549
Outubro	1.416	1.222	1.682	1.080	1.179	1.297	711	2.672
Novembro	1.414	1.222	1.698	1.069	1.185	1.298	697	2.798
Dezembro	1.415	1.238	1.615	1.099	1.219	1.309	719	2.689
Variação mensal (%)								
Dez. 2014/nov. 2014	0,1	1,3	-4,9	2,8	2,8	0,8	3,2	-3,9
Variação no ano (%)								
Dez. 2014/dez. 2013	0,8	-0,8	4,7	1,9	1,3	-0,5	-10,5	8,0
Variação anual (%)								
Dez. 2014/dez. 2013	0,8	-0,8	4,7	1,9	1,3	-0,5	-10,5	8,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2013	395	713	867	1.377	2.305	713	768	922	1.411	2.420
Fevereiro	395	713	860	1.359	2.294	713	767	917	1.399	2.485
Março	394	763	860	1.351	2.264	763	768	905	1.404	2.465
Abril	392	759	862	1.350	2.259	759	766	903	1.433	2.357
Maio	391	758	884	1.343	2.239	758	762	934	1.454	2.385
Junho	391	757	893	1.343	2.456	757	758	957	1.455	2.680
Julho	410	754	889	1.343	2.497	754	758	970	1.499	2.680
Agosto	436	753	888	1.339	2.533	753	756	966	1.478	2.731
Setembro	443	753	889	1.333	2.256	752	753	966	1.496	2.526
Outubro	443	753	888	1.441	2.465	750	753	977	1.494	2.554
Novembro	441	751	888	1.441	2.443	748	752	993	1.500	2.530
Dezembro	437	747	886	1.440	2.542	740	751	993	1.502	2.652
Janeiro 2014	431	740	882	1.401	2.370	731	764	970	1.461	2.456
Fevereiro	430	740	873	1.400	2.331	733	777	966	1.479	2.477
Março	430	773	862	1.394	2.369	754	776	965	1.495	2.477
Abril	429	771	880	1.388	2.423	770	776	960	1.494	2.659
Maio	427	770	900	1.389	2.423	766	773	960	1.502	2.646
Junho	425	766	893	1.382	2.512	761	769	956	1.488	2.646
Julho	423	759	892	1.417	2.400	759	766	973	1.501	2.545
Agosto	420	759	892	1.465	2.417	758	761	965	1.496	2.621
Setembro	419	757	905	1.464	2.406	753	759	964	1.512	2.599
Outubro	418	752	923	1.455	2.593	751	757	987	1.556	2.615
Novembro	415	751	919	1.446	2.582	748	752	1.002	1.549	2.599
Dezembro	516	747	929	1.451	2.570	744	750	1.028	1.541	2.592
Variação mensal (%)										
Dez. 2014/nov. 2014	24,3	-0,5	1,1	0,4	-0,5	-0,5	-0,2	2,6	-0,6	-0,3
Variação no ano (%)										
Dez. 2014/dez. 2013	18,1	0,0	4,9	0,8	1,1	0,5	-0,1	3,5	2,6	-2,2
Variação anual (%)										
Dez. 2014/dez. 2013	18,1	0,0	4,9	0,8	1,1	0,5	-0,1	3,5	2,6	-2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2013-dez. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	23.605	1.329	7.324	7.259	8.253
Declaração fora do prazo	27.665	1.604	8.241	4.828	10.650
Com ajuste (3)	51.270	2.933	15.565	12.087	18.903
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Setembro	6.203	768	3.445	3.078	-1.170
Outubro	-2.419	159	-1.955	1.689	-864
Novembro	7.962	-804	713	4.335	6.339
Dezembro	-10.237	-1.674	-3.392	338	-2.361
2014 (2)	1.644	-3.149	-9.796	5.744	12.170
Declaração fora do prazo	20.364	1.252	2.175	3.223	11.862
Com ajuste (3)	22.008	-1.897	-7.621	8.967	24.032
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279
Maio	8.205	1.360	-1.230	696	4.044
Junho	-2.564	-877	-3.204	191	279
Julho	-125	369	837	-1.523	159
Agosto	4.090	215	1.989	659	1.692
Setembro	3.163	-222	1.840	1.495	767
Outubro	-6.207	-918	-3.313	1.396	-1.780
Novembro	2.904	-2.126	2.526	4.467	2.426
Dezembro	-20.749	-2.984	-7.914	65	-5.400

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até novembro.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-dez. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	2.665	1.936	-1.187	-184	1.292
Declaração fora do prazo	14.904	762	5.796	1.733	6.126
Com ajuste (3)	17.569	2.698	4.609	1.549	7.418
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Setembro	2.604	550	2.403	1.097	-1.654
Outubro	-2.653	249	-2.230	527	-1.576
Novembro	5.436	-188	-298	2.197	4.336
Dezembro	-4.316	-579	-1.756	-264	-1.930
2014 (2)	-6.901	-711	-6.335	-2.071	2.579
Declaração fora do prazo	11.477	658	908	818	8.921
Com ajuste (3)	4.576	-53	-5.427	-1.253	11.500
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370
Maio	1.888	76	84	-313	2.208
Junho	-4.078	-614	-2.352	-529	-564
Julho	-1.577	240	312	-1.250	-929
Agosto	2.595	399	1.160	-25	901
Setembro	2.351	171	1.157	435	641
Outubro	-5.393	120	-2.844	21	-2.680
Novembro	4.843	-76	1.202	2.429	1.638
Dezembro	-9.756	-1.012	-4.430	-149	-3.952

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até novembro.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	269.836.233	360.198.499	1.672.294.424	242.211.223	253.813.471	1.439.327.707
Receitas correntes	197.567.324	223.334.027	1.243.280.132	193.078.642	247.795.348	1.219.645.808
Receita tributária	61.949.934	69.614.410	400.546.597	60.666.940	65.004.671	376.042.390
Impostos	61.115.808	68.982.119	393.706.694	59.850.479	64.356.935	369.194.804
Taxas	834.126	632.291	6.152.577	816.461	647.735	6.847.584
Receita de contribuições	110.550.825	127.012.606	670.990.426	104.765.860	129.005.532	642.688.582
Contribuições sociais	109.055.907	125.514.141	660.671.356	103.150.808	127.516.656	632.493.824
Contribuições econômicas	1.494.918	1.498.465	10.319.069	1.615.051	1.488.876	10.194.757
Receita patrimonial	12.126.131	12.237.315	82.394.770	11.563.361	23.244.644	85.183.285
Receitas imobiliárias	291.266	210.081	1.097.240	226.873	206.371	1.337.439
Receitas de valores mobiliários	3.604.844	3.292.333	33.141.486	3.244.087	4.299.864	25.644.716
Receita de concessões e permissões	115.229	5.209.830	7.591.289	57.520	15.030.696	21.117.216
Compensações financeiras	8.041.405	3.449.295	39.275.267	7.977.548	3.630.248	36.392.873
Receita de Cessão de Direitos	72.003	74.430	213.224	56.785	75.454	132.239
Outras receitas patrimoniais	1.385	1.346	7.796	548	2.011	123.637
Receita agropecuária	3.738	4.000	22.184	5.430	3.943	18.953
Receita da produção vegetal	1.687	2.217	10.976	3.321	1.935	19.076
Receita da produção animal e derivados	2.056	1.783	11.218	2.114	2.006	11.855
Outras receitas agropecuárias	-5	0	-7	-5	1	4.673
Receita industrial	69.270	106.860	476.014	50.252	238.087	600.445
Receita da indústria de transformação	69.270	106.860	476.115	50.252	238.087	925.162
Receita de serviços	6.168.474	5.268.516	35.634.235	8.164.783	7.603.447	33.835.458
Transferências correntes	218.108	183.560	6.702.131	67.517	325.216	16.609.831
Transferências intergovernamentais	0	0	105	0	0	157.410
Transferências de instituições privadas	134.914	58.115	205.580	3.068	161.016	167.705
Transferências do exterior	2.983	4.666	26.648	-22	3.563	5.064
Transferências de pessoas	106	123	1.881	1.155	105	6.083
Transferências de convênios	80.091	120.648	477.907	63.276	160.506	407.882
Transferências para o combate à fome	14	8	4.468	40	27	146.221
Receitas correntes a classificar	-4	-1.420	60	17	-3.036	-2.569
Outras receitas correntes	6.480.849	8.908.181	39.108.986	7.794.482	22.372.845	44.901.243
Multas e juros de mora	3.433.553	4.582.549	18.991.698	3.620.637	7.842.182	25.962.358
Indenizações e restituições	560.415	853.571	5.316.304	1.079.000	676.005	7.083.534
Receita da dívida ativa	1.149.439	2.738.897	7.573.753	1.576.789	12.159.904	18.717.690
Receitas diversas	1.337.441	733.165	7.136.098	1.518.057	1.694.754	12.738.239
Receitas de capital	72.268.909	136.864.472	323.706.309	49.132.580	6.018.123	219.681.897
Operações de crédito	53.598.653	122.625.549	353.792.921	4.326.848	-9.683.913	90.450.886
Operações de crédito internas	52.360.856	122.413.574	306.639.081	4.148.564	-10.170.668	88.511.697
Operações de crédito externas	1.237.797	211.975	62.348.299	178.284	486.755	1.939.189
Alienação de bens	105.757	168.869	2.921.609	218.825	179.352	2.288.061
Alienação de bens móveis	77.758	142.968	868.771	156.777	134.283	2.090.649
Alienação de bens imóveis	27.998	25.901	115.855	62.048	45.068	197.411
Amortizações de empréstimos	5.880.351	5.866.534	27.491.544	5.463.770	5.790.745	35.958.971
Transferências de capital	6.881	8.851	5.198.886	12.763	19.234	111.560
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas	0	0	49.101	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0	0	4.524	0	0	4.646
Transferências de convênios	2.929	479	75.839	6.894	11.804	89.605
Outras receitas de capital	12.677.268	8.194.668	86.141.859	39.110.374	9.712.704	98.535.698
Resultado do Banco Central do Brasil	5.374.767	0	36.153.654	31.816.140	0	44.361.949
Remuneração das disponibilidades	7.301.642	8.193.530	49.984.855	7.293.851	9.711.970	54.168.808
Proveniente da Execução de Garantias	0	0	479	0	0	1.327
Receita dívida ativa alienação estoques de café	40	699	996	30	388	617
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0	1	1	-7	0	0

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas de capital diversas	0	0	0	2	0	2
Receita (intraorçamentária) (II)	7.267.561	7.405.510	38.527.105	4.614.728	5.763.498	26.695.740
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	277.103.794	367.604.009	1.710.821.529	246.825.951	259.576.968	1.466.023.445
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	90.434.726	47.342.963	518.917.756	93.381.683	63.906.389	418.543.079
Operações de crédito internas	88.891.895	47.342.963	512.400.935	93.381.683	60.763.827	413.786.247
Mobiliária	88.891.895	47.342.963	512.400.935	93.381.683	60.763.827	413.786.247
Operações de crédito externas	1.542.831	0	6.516.820	0	3.142.562	4.756.832
Mobiliária	1.542.831	0	6.516.820	0	3.142.562	4.756.832
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	367.538.520	414.928.973	2.229.721.287	340.207.634	323.483.357	1.884.566.525
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	367.538.520	414.928.973	2.229.721.287	340.207.634	323.483.357	1.884.566.525
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	7.267.561	7.405.510	38.527.105	4.614.728	5.763.498	25.460.443
Receitas correntes	5.868.219	7.157.842	34.514.476	4.141.070	5.394.660	17.652.170
Receita tributária	55	9	215	30	133	24
Impostos	39	-14	10	15	122	279
Taxas	16	23	205	16	12	4.239.473
Receita de contribuições	2.492.691	3.626.723	16.014.801	2.245.563	3.211.327	14.404.501
Contribuições sociais	2.492.687	3.626.721	16.014.765	2.245.541	3.211.327	10.165.056
Contribuições econômicas	4	2	37	22	0	1.134
Receita patrimonial	323	362	2.461	702	537	20.605
Receitas imobiliárias	167	174	1.670	594	358	2.017
Receitas de valores mobiliários	0	0	0	106	0	17.539
Receita de concessões e permissões	156	188	789	2	180	44.508
Receita industrial	50.780	44.768	182.115	53.649	35.011	195.327
Receita da indústria de transformação	50.780	44.768	182.115	53.649	35.011	234.152
Receita de serviços	44.766	19.640	203.873	11.920	177.275	2.123.417
Outras receitas correntes	3.279.603	3.466.340	18.061.291	1.829.206	1.970.376	7.111.463
Multas e juros de mora	1.947	408	3.550	768	209	6.643
Indenizações e restituições	1.569	478	5.018	1.304	815	1.914.878
Receitas diversas	127	203	721	275	102	1.235.864
Receitas de capital	1.399.342	247.668	4.012.629	473.658	368.837	2.757.371
Operações de crédito	1.399.342	247.668	4.012.629	473.658	368.837	2.757.371
Operações de crédito internas	1.399.342	247.668	4.012.629	473.658	368.837	1.522.073
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Integralização de capital social	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0	0	0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0	0	0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo I (LRF, art. 52, Inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Despesa executada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	257.244.810	98.259.261	1.334.773.547	212.666.429	265.433.780	1.374.482.603
Despesas correntes	216.724.693	45.390.453	1.091.291.093	170.833.987	203.730.194	1.196.168.595
Pessoal e encargos sociais	35.700.549	25.180.501	200.783.353	31.118.099	41.416.750	208.429.627
Juros e encargos da dívida	33.893.330	-24.204.146	132.409.266	9.370.472	13.297.912	166.174.652
Outras despesas correntes	147.130.814	44.414.098	758.098.474	130.345.416	149.015.533	821.564.319
Transferência a estados, DF e municípios	40.212.553	-1.921.233	211.201.536	39.275.980	50.076.500	253.693.428
Benefícios previdenciários	60.082.683	16.716.029	333.370.792	54.118.334	59.789.758	357.303.686
Demais despesas correntes	46.835.577	29.619.302	213.526.146	36.951.102	39.149.275	210.567.203
Despesas de capital	40.520.117	52.868.808	243.482.453	41.832.442	61.703.585	178.314.005
Investimentos	5.675.475	11.700.381	26.853.917	4.363.199	7.896.868	24.123.815
Inversões financeiras	8.269.468	7.535.242	55.308.553	10.892.152	14.027.882	57.571.862
Amortização da dívida	26.575.174	33.633.186	161.319.985	26.577.092	39.778.836	96.618.328
Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	7.636.804	1.981.689	33.727.107	5.069.156	6.561.855	29.304.221
Despesas correntes	6.232.086	1.988.862	30.903.994	4.591.927	6.189.536	28.256.617
Pessoal e encargos sociais	2.798.407	1.846.500	15.494.631	2.601.864	3.860.616	16.834.908
Outras despesas correntes	3.433.679	142.362	15.409.363	1.990.063	2.328.920	11.421.711
Demais despesas correntes	3.433.679	142.362	15.409.363	1.990.063	2.328.920	11.421.711
Despesas de capital	1.404.718	-7.174	2.821.345	477.229	372.319	959.758
Investimentos	5.324	27.475	53.932	3.502	3.381	34.101
Inversões financeiras	1.399.394	-34.648	2.767.425	473.727	368.937	1.013.500
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	264.881.614	100.240.950	1.368.500.654	217.735.585	271.995.635	1.403.786.822
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	154.593.763	-122.778.391	502.973.936	57.573.130	-30.013.996	403.699.060
Amortização da dívida interna	154.237.665	-122.269.461	499.447.958	56.581.559	-35.202.082	382.510.735
Dívida mobiliária	154.237.665	-122.269.461	499.444.910	56.577.136	-35.202.082	382.506.312
Outras dívidas	0	0	-285.537	4.423	0	4.423
Amortização da dívida externa	356.098	-508.930	3.341.687	991.571	5.188.086	21.188.323
Dívida mobiliária	129.794	-632.794	2.212.395	832.777	4.605.292	9.146.957
Outras dívidas	226.304	123.864	1.129.292	158.794	582.794	12.041.368
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	419.475.377	-22.537.441	1.871.474.588	275.308.715	241.981.639	1.807.485.882
Superávit (XIII)	-	-	0	-	-	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	419.475.377	-22.537.441	1.871.474.588	275.308.715	241.981.639	1.807.485.882

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Receita realizada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.306.904.128	6.906.233.613	35.704.327.506	4.792.505.160	8.302.314.646	32.986.942.517
Receitas correntes	5.133.276.285	6.296.976.480	33.050.376.817	4.672.825.198	6.595.504.715	29.632.145.253
Receita tributária	3.417.218.847	3.699.687.637	20.252.321.979	2.926.369.529	4.075.703.121	18.476.905.637
Impostos	3.238.402.146	3.565.368.268	19.388.689.169	2.770.741.054	3.919.730.612	17.683.078.232
Taxas	178.816.701	134.319.369	863.632.810	155.628.474	155.972.509	793.827.405
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	0
Receita de contribuições	328.643.832	423.294.510	2.001.052.978	454.406.947	416.516.634	2.107.308.639
Contribuições sociais	328.643.832	423.294.510	2.001.052.978	454.406.947	416.516.634	2.107.308.639
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	0
Receita patrimonial	117.856.144	458.369.255	1.545.961.603	94.581.779	161.567.159	447.585.800
Receitas imobiliárias	5.974.489	9.757.547	36.472.567	8.241.256	7.931.540	33.804.334
Receitas de valores mobiliários	70.801.062	93.562.517	427.704.027	39.783.349	104.185.092	264.115.072
Receitas de concessões e permissões	2.869.495	777.620	11.202.146	2.541.726	358.019	10.300.793
Outras receitas patrimoniais	29.217.239	46.797.244	163.071.674	-	-	24.996.379
Receita agropecuária	40.374	261.187	482.703	-1.553.599	176.451	569.105
Receita da produção vegetal	-	-	0	-	76.641	76.641
Receita da produção animal e derivados	35.600	257.266	473.203	167.797	167.772	491.784
Outras receitas agropecuárias	4.774	3.921	9.500	-1.721.397	-67.963	680
Receita industrial	-	-	0	1.800	-	8.820
Receita da indústria de transformação	-	-	0	1.800	-	4.440
Receita da indústria de construção	-	-	0	-	-	4.380
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	-
Receita de serviços	25.030.180	32.634.024	145.111.238	28.198.262	79.995.975	158.545.508
Transferências correntes	1.786.520.966	2.216.334.922	12.405.778.368	1.652.587.970	2.105.645.494	9.266.373.955
Transferências intergovernamentais	1.742.586.670	2.177.778.704	12.122.442.880	1.629.365.624	2.079.537.396	11.109.143.606
Transferências de instituições privadas	-	266.984	266.984	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	-
Transferências de convênios	43.934.295	38.289.233	283.068.504	23.222.346	26.108.098	192.510.103
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	-
Outras receitas correntes	109.133.967	218.142.528	799.992.048	100.363.589	509.713.647	941.680.800
Multas e juros de mora	39.741.385	52.370.711	243.403.446	21.266.790	86.403.337	196.117.202
Indenizações e restituições	41.572.725	128.489.740	327.281.468	8.725.767	4.294.594	27.464.861
Receita da dívida ativa	8.168.211	7.142.541	67.526.464	14.093.733	261.446.776	281.172.400
Receitas diversas	19.651.646	30.139.537	161.780.671	56.277.299	157.568.939	436.926.338
Conta retificadora da receita orçamentária	-651.168.025	-751.747.582	-4.100.324.101	-582.131.079	-753.813.766	-3.765.067.546
Receitas de capital	1.173.627.844	609.257.134	2.653.950.689	119.679.962	1.706.809.930	3.354.797.264
Operações de crédito	1.003.836.685	79.654.723	1.422.045.633	3.080.606	1.461.253.308	2.657.101.135
Operações de crédito internas	59.293.547	79.654.723	465.101.535	3.074.298	637.740.000	1.341.035.434
Operações de crédito externas	944.543.138	-	956.944.098	6.308	823.513.308	1.316.065.701
Alienação de bens	2.813.715	6.734.713	16.767.078	3.685.131	8.899.626	20.175.835
Alienação de bens móveis	1.575.386	2.337.829	4.885.835	511.734	7.097.736	9.132.888
Alienação de bens imóveis	1.238.329	4.396.885	11.881.244	3.173.397	1.801.891	11.042.947
Amortização de empréstimos	13.841.830	69.902.339	182.396.990	-19.551	162.008.223	170.998.915
Amortização de empréstimos	13.841.830	69.902.339	182.396.990	-19.551	162.008.223	170.998.915
Transferências de capital	153.135.614	452.965.359	1.032.740.988	112.933.776	74.648.772	506.521.379
Transferências intergovernamentais	44.000	837.258	9.371.797	13.025.568	25.176.760	52.788.680
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	153.091.614	452.128.101	1.023.369.191	99.908.208	49.472.012	453.732.699
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	403.966.967	514.147.989	35.503.221.840	508.078.984	453.939.972	2.237.224.593
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.710.871.095	7.420.381.603	594.855.930.908	5.300.584.144	8.756.254.617	35.224.167.110
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.710.871.095	7.420.381.603	594.855.930.908	5.300.584.144	8.756.254.617	35.224.167.110
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.710.871.095	7.420.381.603	594.855.930.908	5.300.584.144	8.756.254.617	35.224.167.110
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	403.966.967	514.147.989	2.405.313.134	508.078.984	453.939.972	2.237.224.593
Receita de contribuições	393.832.677	503.541.518	2.363.620.764	505.204.241	447.872.701	2.215.367.079
Contribuições sociais	393.832.677	503.541.518	2.363.620.764	505.204.241	447.872.701	2.215.367.079
Receita de serviços	10.133.827	10.605.266	41.689.818	2.874.743	6.067.270	21.857.514
Total	403.966.967	514.147.989	2.405.313.134	508.078.984	453.939.972	2.237.224.593

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 25

Balanco orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Despesa executada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.848.154.831	8.208.360.218	33.619.821.651	5.060.337.958	7.571.620.715	30.825.427.733
Despesas correntes	5.176.385.630	7.334.774.518	29.995.559.485	4.599.294.807	5.983.208.705	26.679.972.105
Pessoal e encargos sociais	2.734.028.163	4.300.924.295	15.945.007.904	2.141.686.816	3.217.502.769	13.970.962.888
Juros e encargos da dívida	85.615.721	99.471.377	494.476.297	63.828.289	135.657.446	497.803.876
Outras despesas correntes	2.356.741.746	2.934.378.845	13.556.075.284	2.393.779.702	2.630.048.490	12.211.205.341
Transferências a municípios	818.820.568	843.777.899	4.814.879.398	735.322.308	860.808.196	4.453.586.846
Demais despesas correntes	1.537.921.178	2.090.600.946	8.741.195.886	1.658.457.394	1.769.240.294	7.757.618.495
Despesas de capital	671.769.201	873.585.700	3.624.262.166	461.043.151	1.588.412.010	4.145.455.627
Investimentos	533.382.473	546.429.646	2.530.665.432	363.169.853	737.088.713	1.827.531.939
Inversões financeiras	19.750.528	174.262.634	296.409.416	2.193.826	590.884.381	636.389.410
Amortização da dívida	118.636.201	152.893.421	797.187.318	95.679.471	260.438.916	1.681.534.278
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	0
RESERVA DO RPPS	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	422.190.880	792.057.965	2.390.071.109	269.006.755	814.455.549	2.204.495.496
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	6.270.345.712	9.000.418.184	36.009.892.761	5.329.344.713	8.386.076.264	33.029.923.228
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida interna	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida externa	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	6.270.345.712	9.000.418.184	36.009.892.761	5.329.344.713	8.386.076.264	33.029.923.228
Superávit (VI)	-	0	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	6.270.345.712	9.000.418.184	36.009.892.761	5.329.344.713	8.386.076.264	33.029.923.228

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	422.190.880	792.057.965	2.390.071.109	269.006.755	814.455.549	2.327.800.612
Pessoal e encargos sociais	372.823.715	678.673.032	2.048.873.332	213.296.077	451.978.344	1.751.072.383
Outras despesas correntes	49.367.165	113.384.933	341.197.777	55.710.678	362.477.204	576.728.230
Despesas de capital	0	-	0	-	-	0
Investimentos	0	-	0	-	-	0
Total	422.190.880	792.057.965	2.358.372.139	269.006.755	814.455.549	2.991.056.962

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2013-dez. 2014

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Janeiro	1.505.775.889	1.484.124.207	56.025.700	163.693.939	1.561.801.589	1.647.818.146
Fevereiro	1.239.789.328	1.453.994.092	72.418.888	280.889.224	1.312.208.217	1.734.883.316
Março	1.247.896.776	1.328.502.425	183.792.389	132.882.059	1.431.689.165	1.461.384.484
Abril	992.624.244	1.348.908.999	179.178.095	275.939.975	1.171.802.339	1.624.848.974
Maio	1.317.776.644	1.373.463.025	111.833.278	308.023.225	1.429.609.923	1.681.486.249
Junho	1.276.094.741	1.475.655.314	232.016.490	235.482.127	1.508.111.231	1.711.137.440
Julho	1.213.454.517	1.326.532.115	216.155.406	268.112.600	1.429.609.923	1.594.644.716
Agosto	1.267.210.202	1.372.151.126	263.197.384	306.692.299	1.530.407.586	1.678.843.425
Setembro	1.285.573.432	1.415.365.716	164.136.004	319.553.514	1.449.709.436	1.734.919.231
Outubro	1.343.128.761	1.531.899.546	133.531.331	150.400.071	1.476.660.093	1.682.299.617
Novembro	1.796.519.146	1.564.423.799	821.084.780	101.454.348	2.617.603.926	1.665.878.147
Dezembro	1.196.214.076	1.669.982.818	261.885.119	363.826.644	1.458.099.195	2.033.809.462

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

2014												
Unidade da Federação	Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-dez. 2014/2013											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	1.941.633 (t)	1.856.474	1.797.410	1.816.172	1.857.770	1.887.114 (t)	1.828.586 (t)	1.971.176	1.684.776	1.675.212	1.885.759 (t)	1.353.986
Acre	0 (t)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 (t)
Amazonas	663.711	720.430	701.301	634.659	667.543	631.993	567.743 (t)	632.909	651.475	600.676	763.119 (t)	0
Pará	733.435	676.427	636.046	696.640	681.023	720.018 (t)	718.350	768.474	750.830	780.229	813.709	1.092.105
Rorônia	261.787	191.264	218.059	226.689	239.835	257.455	267.810	285.615	0	0	0	0
Amapá	77.089	72.255	59.683	65.462	69.030	69.527	71.910	71.275	71.642	74.591	75.499	83.487
Roraima	49.272	47.990	45.305	47.876	51.409	53.440	48.848	47.131	48.165	52.562	56.540	0
Tocantins	156.338	148.108	137.015	144.846	148.931	154.681	153.925	165.772	162.663	167.154	176.892	178.395
Nordeste	5.291.162	5.069.902	4.808.552	4.862.134	26.400.097	5.125.049	4.908.980 (t)	5.027.161	5.259.314	5.562.708	30.166.585	5.833.935
Maranhão	408.968	368.327	370.487	332.790	379.816	368.955	371.820	404.306	398.902	450.620	421.483	439.152
Piauí	240.707	248.030	204.551	238.784	235.031	242.000	238.574	249.536	259.909	281.399	266.499	274.339
Ceará	775.352	762.942	724.674	738.926	723.088	752.458	780.739	761.177	830.214	856.339	861.852	887.968
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	358.043	347.248	361.082	334.755	381.141	376.606	374.675	396.950	409.691
Paraíba	373.911	331.353	339.589	346.514	383.408	364.374	344.151	350.459	367.946	385.225	405.870	399.130
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	971.082	989.635	1.053.642	1.005.336	988.313	1.064.817	1.114.645	1.158.919	1.184.000
Alagoas	259.419	247.902	240.484	238.750	262.532	208.059	224.489	223.057	246.630	244.860	256.201	275.469
Sergipe	252.588	228.821	211.512	218.489	216.838	226.008	210.607 (t)	217.251	221.593	247.733	247.733	233.284
Bahia	1.513.449	1.521.383	1.366.488	1.418.755	1.441.194	1.548.472	1.398.511	1.451.920	1.492.697	1.607.212	1.625.532	1.730.901
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	16.326.412	16.344.114 (t)	16.389.749	16.543.503	16.302.527	17.121.200	17.991.779	17.288.093	18.159.683
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	3.078.683	3.034.947 (t)	3.211.897	3.048.410	3.209.803	3.295.486	3.400.093	3.474.958	3.229.710
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	701.856	755.761	758.656	697.930	695.344	684.122	790.398	759.377	808.356
Rio de Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	2.676.961	2.514.530	2.430.417	2.545.639	2.620.494	2.645.156	2.884.164	2.652.799	2.608.066
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	9.868.912	10.038.876	9.988.778	10.251.524	9.776.885	10.496.436	10.917.124	10.400.959	11.513.550
Sul	5.379.863	4.921.918	4.935.593	5.243.683	5.016.922	5.102.846	4.724.562	5.056.243	5.587.398	5.619.429	5.327.825	2.498.295 (t)
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	1.874.550	1.719.730	1.724.115	1.672.688	1.707.120	1.951.086	1.994.028	1.838.616	0
Santa Catarina	1.337.314	1.259.176	1.278.663	1.257.322	1.250.828	1.293.069	1.181.943	1.241.952	1.334.752	1.396.959	1.480.990	0
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	2.111.810	2.046.364	2.085.662	1.869.931	2.107.171	2.301.561	2.228.441	2.008.219	2.498.295 (t)
Centro-Oeste	2.809.838	2.613.092	2.562.936	3.030.045	2.890.626	2.912.842	2.857.576	3.008.321	3.222.271	3.171.612	3.038.436	3.571.271 (t)
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	718.936	638.639	685.357	682.631	685.988	698.234	734.028	706.208	684.831
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	616.964	605.920	605.983	583.045	616.542	636.956	615.016	647.810	695.994
Goiás	978.814	958.688	928.682	1.155.869	1.078.473	1.090.618	1.049.940	1.096.847	1.320.167	1.152.436	1.117.504	1.324.816 (t)
Distrito Federal	569.159	501.122	503.608	538.276	567.594	530.884	541.961	608.944	566.914	670.132	566.914	865.630
Brasil	32.224.159 (t)	31.129.126	30.177.913	31.278.446	52.509.530 (t)	31.417.600 (t)	30.863.208 (t)	31.365.427	32.874.958	34.020.741	57.706.698 (t)	31.417.170 (t)
												426.984.976 (t)

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-dez. 2014/2013

Unidade da Federação	2013												Acumulado jan.-dez.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Norte	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.766.248	1.743.816 (i)	1.859.528	1.845.612	1.945.768	1.863.654 (i)	2.106.203	2.162.963	18.217.386
Acre	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007	62.289 (i)	62.325	60.043	63.696	76.190	0 (i)	0 (i)	591.334
Amazonas	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581	592.926	658.981	624.931	718.026	715.396	772.596	625.086	7.485.738
Pará	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791	612.478	638.539	653.126	671.922	653.756	813.672	996.067	8.025.256
Rorônia	237.898	208.410	175.043	211.901	231.249	227.789	253.129	253.129	234.135	226.382 (i)	235.803	259.717	2.528.203
Amapá	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680	56.945	65.774	64.707	66.103	0 (i)	79.607	73.793	703.660
Roraima	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710	43.092 (i)	41.153	41.688	44.332	44.249	45.737	48.870	479.880
Tocantins	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229	148.296	139.626	147.988	147.554	147.680	158.787	159.430	1.679.016
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.923.838 (i)	4.495.502	4.650.107	4.584.155	4.596.987	4.792.835	4.910.225	4.865.618	5.694.390	5.314.379	53.495.022
Maranhão	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472	332.679	366.418	383.636	403.899	364.973	401.678	396.000	4.390.311
Piauí	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866	216.670	217.168	230.478	233.170	211.838	262.836	249.396	2.676.757
Ceará	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930	681.406	698.646	746.131	819.418	755.868	786.627	858.792	8.705.388
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677	329.564	331.023	343.079	358.180	341.221	361.248	390.870	4.033.477
Paraíba	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501	317.798	343.837	310.442	309.045	318.464	331.789	334.627	3.787.497
Pernambuco	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822	942.417	969.343	954.553	969.347	1.009.916	1.077.882	1.129.287	11.711.614
Alagoas	261.371	222.776	195.662 (i)	218.071	225.718	208.826	202.577	227.363	229.587	223.012	244.465	273.754	2.535.520
Sergipe	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620	202.785	199.384	206.832	213.596	207.901	244.114	231.594	2.551.096
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501	1.354.009	1.268.591	1.390.323	1.373.983	1.432.425	1.983.751	1.450.061	16.831.543
Sudeste	15.487.942	14.672.331	14.775.898	16.064.849	16.494.348	18.904.335	15.886.588	16.038.005 (i)	17.711.648	17.343.269	16.662.812	7.268.575	171.272.595
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484	2.871.348	2.924.560	3.033.065	3.142.924	3.251.366	3.171.999	3.553.056	35.952.964
Espírito Santo	867.189	677.058	623.504	702.760	712.530	727.223	679.819	720.509	749.171	817.580	752.584	757.118	8.787.045
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352	2.739.775	2.367.355	2.381.846	2.855.689	2.853.917	2.822.490	2.958.401	31.645.901
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983	12.565.990	9.914.854	9.902.585 (i)	10.963.864	10.420.407	9.915.738	0 (i)	101.022.108
Sul	4.961.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866	4.756.524	4.769.215	4.838.876	5.039.151	4.987.908	5.446.316	6.006.402	58.829.641
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209	1.674.708	1.725.533	1.656.472	1.764.782	1.706.895	1.836.991	2.541.408	20.758.240
Santa Catarina	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762	1.130.936	1.100.342	1.160.272	1.222.097	1.168.340	1.332.640	1.318.292	14.010.836
Rio Grande do Sul	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896	1.950.880	1.943.341	2.022.132	2.052.272	2.112.672	2.276.685	2.146.702	24.060.564
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.645.368	2.675.657	2.677.076	2.702.585	2.821.402	3.012.684	2.884.469	3.032.498	32.664.232
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	650.804	618.924	610.133	639.562	627.323	642.356	631.556	651.371	639.535	7.464.696
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263	557.367	571.527	582.453	593.969	591.581	601.471	635.831	6.792.785
Goiás	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344	1.003.955	987.767	1.001.439	1.034.572	1.255.522	1.056.834	1.092.548	12.137.750
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836	504.203	478.220	491.368	550.504	534.025	574.793	664.584	6.268.999
Brasil	29.918.085	27.566.812	26.880.986 (i)	29.603.242	30.326.937	32.664.488 (i)	29.789.395	30.217.913 (i)	32.428.194	32.073.132 (i)	32.794.190	23.784.818	236.211.673

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização em dezembro.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	797.401.150	819.303.402	4.837.830.147	644.749.514	798.891.261	3.537.502.203
Receitas correntes	795.673.896	818.442.855	4.821.741.799	642.452.848	797.186.365	3.533.362.376
Receita tributária	319.142.298	313.222.364	2.007.932.969	254.373.774	285.833.823	1.370.201.478
Impostos	290.462.028	291.756.531	1.786.564.018	233.045.557	264.730.774	1.187.806.917
Taxas	28.680.270	21.465.832	221.368.951	21.091.275	21.103.049	181.460.418
Outras receitas tributárias	-	0	0	-	-	556.962
Receita de contribuições	32.162.934	44.292.903	200.779.186	28.289.143	37.562.650	155.572.240
Contribuições sociais	20.460.984	31.710.924	130.433.784	18.129.263	27.817.978	98.455.195
Contribuições econômicas	11.701.949	12.581.978	70.345.402	10.159.880	9.744.671	57.117.044
Receita patrimonial	66.584.186	33.396.283	197.344.860	16.084.698	26.609.909	197.146.544
Receitas imobiliárias	4.243.428	1.609.494	8.590.689	193.501	240.627	969.481
Receitas de valores mobiliários	22.582.539	21.775.311	121.943.247	13.335.723	13.808.122	47.510.500
Receitas de concessões e permissões	39.758.219	10.011.478	66.810.924	2.545.991	12.561.160	22.633.657
Outras receitas patrimoniais	-	-	0	9.482	-	126.032.906
Receita industrial	93.227	7.404	100.631	21.735	25.332	219.004
Receita da indústria de construção	93.227	7.404	100.631	21.735	25.332	219.004
Receita de serviços	3.208.904	-632.925	12.693.755	507.397	161.804	1.418.188
Transferências correntes	331.321.580	387.347.130	2.161.893.154	308.853.331	418.312.838	1.686.295.662
Transferências intergovernamentais	327.486.331	385.578.565	2.121.768.015	305.639.040	408.152.287	1.661.793.484
Transferências de instituições privadas	2.137.400	336.900	27.634.804	77.979	4.601.754	9.280.059
Transferências do exterior	-	0	1.360	-	-	0
Transferências de pessoas	700	126.000	137.784	1.050	41.179	53.653
Transferências de convênios	1.697.149	78.099.246	89.144.771	3.135.263	5.517.618	15.168.466
Outras receitas correntes	43.160.768	302.815.000	503.002.546	34.322.770	28.680.010	122.509.260
Multas e juros de mora	24.072.966	79.022.000	171.829.831	15.614.752	17.047.448	58.264.970
Indenizações e restituições	1.785.757	3.508.000	9.537.592	6.544.548	808.001	9.352.184
Receita da dívida ativa	15.284.232	203.004.000	291.781.470	9.909.007	8.662.420	44.128.779
Receitas diversas	2.017.813	17.281.000	29.853.652	2.254.463	2.162.141	10.763.326
Receitas de capital	1.727.254	893.636.000	908.863.801	2.296.667	1.704.896	4.139.827
Operações de crédito	-	50.000.000	50.000.000	-	-	0
Operações de crédito internas	-	50.000.000	50.000.000	-	-	0
Alienação de bens	-	300.001.000	300.226.822	-	481.163	553.577
Alienação de bens móveis	-	33.750	259.572	2.296.667	481.163	2.850.243
Transferências de capital	1.727.254	826.797	15.828.776	2.296.667	1.223.734	3.586.250
Transferências intergovernamentais	357.333	650.000	11.665.207	-	173.333	173.333
Transferências de convênios	1.369.921	176.797	4.163.569	-	1.050.400	1.116.250
Outras receitas de capital	-	0	0	-	0	0
Receitas diversas	-	0	0	-	0	0
Dedução da receita corrente	-	0	0	-	0	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	36.144.159	58.371.394	228.683.636	30.187.032	48.160.694	165.238.392
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	833.545.309	877.674.796	5.066.513.782	674.936.546	847.051.955	3.702.740.596
Déficit (IV)	-	-	0	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	833.545.309	877.674.796	5.066.513.782	674.936.546	847.051.955	3.702.740.596

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	36.144.159	58.371.394	228.683.636	30.187.032	48.160.694	171.568.779
Receita de contribuições	36.144.159	56.037.490	226.349.732	30.187.032	48.157.694	169.322.011
Receita de serviços	36.144.159	56.037.490	226.349.732	30.187.032	48.157.694	108.830.725
Receita de capital	-	-	0	-	-	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	0	-	-	0
Total	36.144.159	58.371.394	228.683.636	30.187.032	48.160.694	128.862.040

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível.

Tabela 29
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – set.-dez. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	783.363.334	1.031.821.640	4.476.130.301	626.131.916	906.390.312	2.900.536.762
Despesas correntes	711.211.125	915.816.811	4.097.950.907	575.573.754	789.826.064	2.668.251.490
Pessoal e encargos sociais	323.938.774	435.160.448	1.981.818.465	302.880.140	423.479.305	1.570.660.462
Juros e encargos da dívida	11.141.372	11.536.295	68.218.184	11.398.241	11.654.647	57.351.999
Outras despesas correntes	376.130.979	469.120.068	2.047.914.258	261.295.374	354.692.112	1.040.239.030
Despesas de capital	72.152.209	116.004.829	378.179.394	50.558.162	116.564.248	232.285.272
Investimentos	61.424.609	88.084.198	280.116.276	17.527.845	53.292.496	77.379.286
Inversões financeiras	-	-	0	-	-	2.560.000
Amortização da dívida	10.727.600	-	70.142.488	33.030.317	63.271.752	152.345.986
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	36.654.099	56.486.754	229.318.645	30.281.865	47.184.710	697.321.440
Subtotal das despesas (III) = (I+II)	820.017.433	1.088.308.394	4.705.448.946	656.413.781	953.575.022	3.205.533.709
Superávit (IV)	-	-	0	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	820.017.433	1.088.308.394	4.705.448.946	656.413.781	953.575.022	3.205.533.709

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	36.654.099	56.486.754	229.318.645	30.281.865	47.184.710	162.240.241
Pessoal e encargos sociais	36.654.099	56.481.434	229.313.325	30.281.865	47.176.931	162.232.462
Outras despesas correntes	-	5.320	5.320	-	-	-
Despesas de capital	-	-	0	-	-	-
Investimentos	-	-	0	-	-	-
Total	36.654.099	56.486.754	229.318.645	30.281.865	47.184.710	162.240.241

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

(...) Dado indisponível.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

